



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA.**

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

FARÃ VAZ

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ÁFRICA: PROGRAMA
COOPERAÇÃO TRIPARTIDA PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE**

REDENÇÃO – CE

2016

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

FARÃ VAZ

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-ÁFRICA: PROGRAMA
COOPERAÇÃO TRIPARTIDA PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Humanidades.

Orientador: Professor Doutor Bas'ilele Malomalo

REDENÇÃO-CE

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

**Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Vaz, Farã.

V495c

Cooperação internacional Brasil–África: programa cooperação tripartida prosavana em Moçambique. / Farã Vaz. – Redenção, 2016.

130 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Bas'lele Malomalo.
Inclui Figuras e Referências.

1. Cooperação internacional 2. Cooperação Sul-Sul. I. Título.

CDD 337.11814

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. BasÍlele Malomalo

Primeiro Examinador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Segundo Examinador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macedo Pereira

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ProSAVANA- Programa de Cooperação Tripartida Brasil, Japão e Moçambique

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, o meu pai Francisco Vaz, à minha mãe Tchonctha Mendes, o meu querido tio José Manuel Vaz, o meu tio Izequel Vaz, o meu primo Manuel Vaz (*in memoriam*), à minha tia Fátima António dos Santos, à Irmã Helena dos Santos e à Arlinda António dos Santos e seu marido e outros. A todos sou grato por tudo que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho resulta da forte colaboração e debate do grupo de pesquisa com o professor orientador e os colegas, sem os quais não teria sido possível alcançar o nível almejado na pesquisa.

Só posso agradecer ao Prof. Dr. Bas´Ilele Malomalo por sua dedicação e pela confiança depositada em mim, e pela persistência com a qual orientou o meu Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Agradeço a meus colegas do grupo de pesquisa e dos estudos particulares: Felizberto A. Mango, Didier Té, Manuel Nanque, Aminata Mendes, Ivanilson D. Geraldo Monteiro, Maria Nayane Azevedo Pinto, Jannieire Araújo, Francisco Felipe Peixoto pelos momentos alegres e pelas discussões produtivas que tivemos.

Direciono meus agradecimentos aos professores, funcionários da UNILAB, entre os quais destaco o Técnico Administrativo Cícero Tiotonio, a Profa. Vera Rodrigues, o Prof. Ricardino Dumas Texeira, a Profa. Dra. Jaqueline Freire que colaboraram durante a minha formação.

Ao Programa de Bolsa de Permanência (PBP) do Estado brasileiro, Programa de Assistência Estudantil (PAES) da UNILAB, sem os quais não seria possível a minha permanência na Universidade.

Por último, agradeço o imensurável apoio que recebi da minha família, em particular de meu tio José Manuel, Irmã Helena dos Santos, Fátima António dos Santos e Arlinda António dos Santos, meus tios Izequel Vaz, Izidoro Vaz, de meus primos Manuel Vaz (*em memoria*), João Manuel Vaz, minha querida prima Peti Mama Gomes e das pessoas que sempre me incentivaram a continuar os estudos.

RESUMO

O Brasil, no período de 2003 a 2010, direcionou a sua política externa para o continente africano, dentro de um contexto em que deixou de ser mero receptor da cooperação para se tornar um financiador, especializado na cooperação técnica para o desenvolvimento. Esse trabalho, como pesquisa de graduação, tem como objeto de investigação o Programa de Cooperação Tripartida Brasil, Japão e Moçambique (Prosavana-JBM). O ProSavana é conhecido como Programa de desenvolvimento de agricultura de agronegócios na savana moçambicana. A nossa pesquisa visa entender a cooperação internacional Sul-Sul Brasil-África, analisar a cooperação Brasil-África, o Programa ProSavana-JBM em Moçambique no Corredor de Nacala, compreender a concepção de desenvolvimento posta em prática no ProSavana no domínio da agricultura, bem como apreender a visão dos movimentos sociais das comunidades e agricultores, na implementação do programa investigado, bem como a resistência de movimentos sociais contra o Programa. Para tanto combina-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a avaliação da quinta geração

Palavras-chave: cooperação Sul-Sul, Brasil-Moçambique, ProSavana, desenvolvimento, sociedade civil.

ABSTRACT

Brazil in the 2003-2010 period, directed its foreign policy to the African continent, within a context where it is no longer a mere recipient of cooperation to become a financier that specializes in technical cooperation for development. This work, as a graduate research, has as its object of investigation the Tripartite Cooperation Program Brazil, Japan and Mozambique (ProSavana-JBM). The ProSavana is known as agribusiness agriculture development program in Mozambique's savanna. Our research aims to understand the international au South-Brazil-South Africa, to analyze the Brazil-Africa cooperation, ProSavana-JBM Program in Mozambique in the Nacala Corridor, understand the concept of development put into practice in ProSavana in agriculture, seize the vision of the social movements of communities and farmers in implementing against the program investigated, as well as the resistance of social movements against the program. For that it is combined the bibliographical research, documentary research and evaluation of the fifth generation

Keywords: South-South cooperation, Brazil, Mozambique, ProSavana, development, civil society.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

- ABC- Agência Brasileira de Cooperação
- ADECRU- Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais.
- AGROMOZ- Sociedade comercial dos grupos Américo Amorim (Portugal), Intelec (Moçambique) e Pinesso (Brasil).
- APD- Ajuda para o Desenvolvimento / Ajuda Pública para o Desenvolvimento.
- BM- Banco Mundial
- BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- CAD/OCDE- Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- CNS-Cooperação Norte-Sul
- CPLP- Comunidade de Países da Língua Portuguesa.
- CSS- Cooperação Sul-Sul
- CT- Cooperação Técnica.
- CTPD- Cooperação Técnica para o Desenvolvimento.
- CTR- Cooperação Triangular.
- DUAT- Direito de Uso e Aproveitamento da Terra.
- EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentos (sigla em inglês).
- FGV- Fundação Getúlio Vargas.
- FIOCRUZ. Fundação Osvaldo Cruz.
- FMI- Fundo Monetário Internacional (*sigla em inglês*).
- FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique.
- G77- Grupo de 77 países em coligação nas Nações Unidas.
- GRAIN- Organização Internacional sem Fins Lucrativos, que trabalha para apoiar os pequenos agricultores e os movimentos sociais nas lutas alimentares baseados na biodiversidade e no controlo da comunidade.
- IBAS- Índia, Brasil e África do Sul.
- IDH- Índice de Desenvolvimento Humano.
- IICA- Instituto Internacional de Cooperação Agrícola.
- INNQC- Instituto Nacional de Normatização e Qualidade em Moçambique.
- IPEA- Instituto de Pesquisa Aplicada.
- JICA- Agência Japonesa de Cooperação Internacional.

LHM- Liga Moçambicana de Direitos Humanos.

MDIC- Ministério de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior.

MINAG- Ministério da Agricultura Nacional.

ODM – Objetivos de Desenvolvimento de Milenio

OIs- Organizações Internacionais governamentais

OIT- Organização Internacional de Trabalho.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

ONU- Organização das Nações Unidas.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PABJ- Programa de parceria Brasil Japão

PED- Países em Desenvolvimento.

PETROBRAS- Empresa Brasileira de Exploração de Petróleo e Gás.

PIB- Produto Interno Bruto.

PMA- Países Menos Avançados.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PPBJ- Programa de Parceria Brasil e Japão.

PRODECER- Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados.

PROSAVANA- Programa de Cooperação Tripartida Brasil, Japão e Moçambique na Savana de Africana.

PT- Partido dos trabalhadores.

PTPT- Programa de Treinamento Para Terceiros.

RNB- Rendimento Interno Bruto.

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústrias.

UE- União Européia.

UNAC- União Nacional dos Camponeses

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (*sigla em inglês*).

UNFA- Fundo das Nações Unidas para Alimentos (*sigla em inglês*).

UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro

UNODC- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (*sigla em inglês*).

VIH/SIDA- Vírus de Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida.

“Libertar a terra é libertar o homem” (Samora Moisés Machel).

“Quando os missionários chegaram, os africanos tinham a terra e os missionários tinham a bíblia. Ensinaram-nos a orar com os olhos fechados. Quando os abrimos, eles tinham a terra e nós tínhamos a bíblia.” (Jomo Kenyatta).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PRIMEIRA PARTE	21
CAPÍTULO 1: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	28
CAPÍTULO 2: CONCEITOS BÁSICOS DA PESQUISA: COOPERAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE CIVIL	32
CAPÍTULO 3: DINÂMICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIPARTIDA: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PARCERIA BRASIL E JAPÃO	41
CAPÍTULO 4: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-MOÇAMBIQUE	55
PARTE II: AVALIAR PARA CONHECER E EMANCIPAR: MOÇAMBIQUE NA MIRA DO PROSAVANA	66
CAPÍTULO 1: MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, SOCIEDADE E DADOS AGRÍCOLAS	66
CAPÍTULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE	72
CAPÍTULO 3: CONTEXTO E AVALIAÇÃO DO PROSAVANA: CORREDOR DE NACALA EM QUESTÃO	87
3.1. Contextualização e localização do ProSana no Corredor de Nacala	87
3.1. Avaliação da quinta geração e o ProSavana	90
CAPÍTULO 4: CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO PROSAVANA E NOSSAS CRÍTICAS	100
CAPÍTULO 5: MOVIMENTOS SOCIAIS - NÃO AO PROSAVANA! OU NÃO AO CAPITALISMO IMPERIALISTA?	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

A presente investigação é uma resposta aos desafios do estudo da cooperação internacional para o desenvolvimento, que o meu orientador, professor BasÍlele Malomalo, nos colocou quando começamos a frequentar a disciplina lecionada pelo mesmo, Desenvolvimento, Cooperação e Interculturalidade, ainda em 2013. Faz igualmente parte do “Projeto Brasil-África: Reflexões e estudos de casos sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento”, coordenado por ele. Sinto-me honrado em afirmar que sou, na atualidade, bolsista do mesmo projeto, que é registrado na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação de nossa Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro-UNILAB.

A história tradicional tem mostrado que os estudos das relações entre o Brasil e a África apresentam um potencial de troca cultural, política, econômica e social que une os dois territórios, sem desprezar o legado do tráfico de escravizados no oceano Atlântico. Esta relação ilustra as conexões, as identidades culturais e os padrões comuns criados pelas experiências de longo prazo da África no Brasil e do Brasil na África.

As dimensões globais da diáspora africana, o capitalismo mercante e o tráfico de escravos (IPEA; BANCO MUNDIAL. 2011, p. 27), as percepções brasileiras das rotas do Atlântico Sul como canais *mediterrâneos* de paz e comércio e a perspectiva humana das transferências realizadas no Atlântico Sul, incluindo os movimentos do tráfico de escravizados, constituem uma nova historiografia das relações entre o Brasil e a África.

De acordo com Visentini (2013, p. 9), no início do século XXI, os protagonistas de tais processos são as potências emergentes, não mais as antigas metrópoles, num quadro de desenvolvimento econômico-social e como protagonistas diplomáticos na África, fato que constitui algo inesperado e surpreendente para muitos, sobretudo no tocante à relação internacional e às novas organizações em blocos políticos.

A relação de dois Atlânticos, Brasil e África, tem merecido atenção nos estudos acadêmicos em diversas áreas. Este fato tem a ver com a dinâmica que têm vindo a mover as grandes potências em busca de novos mercados e a conjugação dos esforços para provocar o equilíbrio da política internacional. “Um dos fenômenos mais marcante das relações internacionais contemporâneo é o fato de a África haver-se tornado objeto de uma nova disputa mundial, como no fim do século XIX” (VISENTINI, 2013, p. 9).

Portanto, outro modo dessa relação é a cooperação ‘Sul-Sul’ que nos chamou atenção por ser a modalidade existente, nos anos 1990, no continente africano e no

restante na relações internacionais. Tornou-se o modo das relações entre os países, ‘não-alinhados’ ou seja, os do Sul-Sul e não só como os do Norte-Sul. Relembramos que o conceito que emergiu nesta década visava questionar o modelo das políticas internacionais Norte-Sul, nas suas formas de dominação política e econômica, que estabeleceram após a segunda guerra mundial, o que explica as estratégias de reconstrução e recuperação dos prejuízos da guerra baseadas na cooperação entre os dois pólos do mundo (Norte e Sul) (EDMONSON, 2010).

O nosso objeto de estudo tem a intenção também de estudar o Programa ProSavana no Corredor de Nacala em Moçambique. O ProSavana tem como países parceiros, membros ou constituintes: o Brasil, representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Japão, que tem como coordenadora a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e Moçambique, representado pelo seu Ministério de Agricultura Nacional (MINAG).

O foco neste programa se justifica pelas ações, crítica e protesto de que o mesmo veio a ser alvo por parte do setor social, da sociedade civil, de movimentos sociais nacionais e internacionais, associações juvenis e pastorais da igreja, como se pode ver na carta aberta para deter ProSavana direcionada aos presidentes dos três países no ano 2013 (CARTA ABERTA, 2013), o documento foi elaborado por organização da sociedade civil de Moçambique, como podemos apontar os dois principais: União Nacional dos Camponeses, Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC), Associação Nacional de Extensão Rural (AENA), Associação de Cooperação para o desenvolvimento (ACOORD), Caritas Diocesana de Linchinga-Niassa, Conselho Cristão de Moçambique (CCM), etc. Como podemos citar as organização internacionais não-governamentais que fazem parte do documento como estes: Amigos da Terra Brasil, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)-Brasil, Associação Brasileira de ONG (Abong), entre outros.

Problematizamos a nossa pesquisa, indagando se as políticas de desenvolvimento estabelecidas pelo ProSavana, que conta com investimento privado das multinacionais, a fim de produzir alimentos e ‘erradicar a pobreza’, podem levar a população de Moçambique e os agricultores do Nacala a um desenvolvimento de capacidade, sustentável, endógeno e de autodeterminação? Como o Brasil é identificado na sua relação com a África no ProSavana? Por que os movimentos sociais nacionais e internacionais levantaram-se contra o programa ProSavana? Quais os benefícios que ele

poderá dar à população e aos agricultores locais? De que forma os agricultores moçambicanos em especial, os do corredor de Nacala estão incluídos no programa como sujeitos portadores de conhecimento e de valores na agricultura agroecológica e na proteção ambiental?

A nossa primeira hipótese se enuncia da seguinte forma: pelo que temos percebido nas leituras, supomos que o Brasil opta por duas modalidades de cooperação: a primeira, uma cooperação materializada, que comporta iniciativas de integração principalmente no domínio da educação, ou seja, programas de transferência de conhecimentos. A segunda leva a supor que o Brasil assume políticas de dominação, reveladas pelo interesse do país em expandir sua liderança política e pela ação predatória de empresas brasileiras nos países africanos a fim de terem maior acesso ao mercado no continente. A segunda hipótese é que, a falta de comunicação, por meio de debates com agricultores, movimentos sociais e também o desenvolvimento estabelecido pelo Programa ProSavana não conduz necessariamente ao desenvolvimento de capacidade, o que gera a resistência e o protesto.

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender a cooperação internacional Brasil-África para o desenvolvimento através da modalidade Sul-Sul Triangular no domínio da agricultura em Moçambique. Os objetivos específicos exigem: 1) entender a cooperação Sul-Sul Brasil-África; 2) perceber a Cooperação Sul-Sul Triangular do Brasil-Moçambique; 3) analisar o programa ProSavana; 4) compreender a concepção de desenvolvimento estabelecida no Programa ProSavana ; 3) entender a críticas dos movimentos sociais nacionais e internacionais ao Programa ProSavana no corredor de Nacala em Moçambique.

No seu decorrer, o trabalho enfoca sobretudo, os pontos apontados dos capítulos. Por isso iremos mostrar a metodologia como caminho para chegar aos objetivos e definir os conceitos como partes que costuram o trabalho em capítulos. Daí a importancia de informar que além da introdução o trabalho está dividido em três partes: a primeira parte é a ‘metodologia e conceitos básicos da pesquisa’ e está dividida em cinco capítulos.

Na 1ª parte, o primeiro, “Procedimentos metodológicos da pesquisa”, explicamos a nossa metodologia de pesquisa, as outras áreas do conhecimento que incorporamos recursos técnicos usados, referenciais teóricos elegidos, as fontes de materiais, tais como documentos e a ferramenta chave com a qual trabalhamos, a avaliação de quinta geração.

O segundo capítulo abrange “Conceitos básicos da pesquisa: cooperação, desenvolvimento e sociedade civil”, onde discutimos conceitos tais como: cooperação

para desenvolvimento, sociedade civil, o programa ProSavana, entre outros que tiveram relevância na busca dos nossos objetivos.

No terceiro capítulo temos “Cooperação Internacional Sul-Sul Brasil-África”, em que discutimos as relações internacionais na modalidade Sul-Sul do Brasil para com a África, dando suporte à história e a estudos das relações internacionais, sempre privilegiando uma perspectiva das dinâmicas das alianças dos países em bloco ou grupos e também procurando um sentido socioeconômico.

No quarto capítulo, “Dinâmica da Cooperação Sul-Sul Tripartida”, visamos compreender a mudança da cooperação técnica Sul-Sul para a cooperação Sul-Sul triangular, como uma nova modalidade de relação entre países, principalmente os países da América Latina, como o Brasil e da Ásia, como o Japão, versus a maioria dos países da África.

O estudo porém nos permitiu chegar mais a Moçambique, em outras palavras, pudemos compreender que a expressão de países com expectativas de correlação de forças no sistema internacional e de transição da configuração multipolar dos países no âmbito das estratégias na política externa ou na cooperação Sul-Sul, aponta para este país como prioritário e importante para os investidores estrangeiros (entrada de Vale, Odebrech, Petrobras, Osvaldo da Cruz).

No quinto e último capítulo da primeira parte, que chamamos de “Cooperação Internacional Brasil-Moçambique”, abordamos a relação do Brasil com Moçambique, a facilidade da relação entre os dois, a comunicação e também a entrada de grandes capitais internacionais para investimento, na modalidade Cooperação Triangular e (*grosso modo*) diante apresentamos, numa perspectiva crítica, como o Moçambique tem sido visto com a ajuda externa e quais as consequências disto para o país, que busca o desenvolvimento. Aqui também pode-se perceber o quanto Moçambique é importante para o Brasil, devido à presença de empresas de grande porte e às oportunidades no comércio internacional.

A 2ª parte é intitulada “Aprofundamento de estudo da sociedade civil e empresas”, onde o nosso trabalho procura ampliar o estudo e a discussão da inclusão dos novos movimentos sociais nos projetos de desenvolvimento, assim como sua aceitação como capacidades importantes para a propulsão do desenvolvimento próprio.

Logo no primeiro capítulo “Moçambique, história, sociedade e dados agrícolas” nos voltamos para o que significava, qual era a importância, com sua riqueza de recursos naturais, do território que hoje conhecemos como República de Moçambique, aproximadamente no século XV, quando os colonizadores portugueses e de demais

potências se interessavam por esta área, disputando-a com comerciantes árabes e indianos. Isto nos traz a percepção de que Moçambique não é um país de disputas de potências e empresas multinacionais somente no século XXI, mas que esta é uma realidade que a região conheceu antes da formação da República. Em outras palavras, é um fenômeno que marcou a história de sua existência aproximadamente desde aqueles remotos períodos no século XV.

Apresentamos ainda um pouco do país antes e depois da independência, só para entender a dinâmica das potências imperialistas na região, como o que está acontecendo em disputas de terras, nas lutas dos movimentos sociais de 2012 a 2013 e até à presente data. Em outras palavras, os movimentos em Moçambique sempre estão em luta e em resistência, para poder manter a soberania nacional.

O segundo capítulo, “Movimentos sociais e cooperação para o desenvolvimento em Moçambique”, aborda os movimentos sociais. Aqui se discute, ora movimentos sociais, ora a sociedade civil, a busca de inclusão na discussão e as organizações não governamentais nacionais e internacionais, que fizeram parte da resistência contra governo de Moçambique e os próprios executores do Programa ProSavana. Discorreremos sobre as estratégias de resistência, suas novas formas de organização, onde não podemos apenas nos basear no conceito de sociedade civil.

O confronto dos movimentos sociais com a modernização traz a luta das ideias e consequentemente mostra como essa modernização serve para a melhoria da atividade das pessoas. O capítulo, “Contexto e localização do ProSavana” começamos a entrar no nosso objeto de pesquisa que consideramos o coração do trabalho. Por isso buscamos levar o nosso leitor a onde fica ou é executado o programa em Moçambique e também mostrar a importância e riqueza desse Corredor de Nacala para as práticas de agricultura e agronegócio, o custo da terra e a facilidade de obtenção que o Estado de Moçambique oferece. Também a facilidade de comunicação advinda de portos, caminhos de ferros, bem como sua centralidade para movimentos diversos continentes e para o próprio continente africano.

Neste mesmo capítulo, no subtítulo, procuramos aplicar a nossa ferramenta da pesquisa, a avaliação da quinta geração, através dos seus pontos-chaves, ou seja, podemos dizer as questões que esse método oferece e através de documentos investigados definirmos o ProSavana. O quarto capítulo é a “Concepção de desenvolvimento no ProSavana e as nossas críticas”, em que o conceito de desenvolvimento adquire um grande significado. Procuramos entender qual seria este conceito no ProSavana e como

esse programa inclui ou pode incluir movimentos sociais que visem levar os agricultores a um desenvolvimento das capacidades próprias e locais.

Em contrapartida, também trazemos aqui as nossas críticas à concepção de desenvolvimento estabelecida pelo programa ProSavana. De acordo os documentos que mereceram a nossa análise, o ProSavana é um programa de desenvolvimento sustentável baseadas nas leis do mercado como livre concorrência. O quinto e último capítulo do trabalho se intitula “Movimentos sociais: não ao ProSavana? Ou não ao capital imperialista?”. Como nos sugere o título do capítulo, aqui levamos em consideração as críticas dos movimentos sociais ao programa ProSavana. Compreendemos a política de Luís Inácio Lula da Silva e, dando seguimento, a de Dilma Rousseff, quanto à intenção do Brasil nessas dinâmicas dos países e em relação a fatos como compra de terras dos camponeses em Moçambique. A compra é feita por empresas, sediadas em gigantescos espaços. Até aqui entendemos que facilitamos a leitura do nosso leitor por termos detalhado um pouco os assuntos a serem tratados em cada parte e em cada capítulo.

PARTE I

CAPÍTULO 1: PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se nos estudos da cooperação internacional para o desenvolvimento que privilegiam uma abordagem histórica, sociológica e política da cooperação internacional Sul-Sul. Leva-se em conta, também, as perspectivas antropológicas, como a valorização dos discursos dos nativos camponeses do Corredor de Nacala e dos atores dos movimentos sociais que os representam. No que se refere à coleta de materiais, combina-se a pesquisa bibliográfica, documental, a avaliação da quinta geração, a análise e a interpretação de dados coletados.

Este estudo é uma pesquisa qualitativa que, segundo Deslande (2002, p. 21), responde a questões muito particulares. Isto mostra que nas ciências sociais a pesquisa se ocupa com o nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo do significado, dos motivos das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes e ideias. Entretanto, entendemos que os fenômenos estudados, partem sempre da realidade, das relações humanas, quer no domínio político, econômico e social ou cultural.

Para Deslande (2002, p. 21), o universo da produção humana, que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade, é objeto da pesquisa qualitativa e dificilmente pode ser traduzido em pesquisa quantitativa. Entretanto, compreende-se que as pesquisas bibliográfica e documental mostram, pelas suas definições, as características verdadeiras (as teorias e conceitos trabalhados, acompanhamento da teorias) da qualidade do estudo.

Conforme Antônio Carlos Gil (2010, p. 50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, com base em material já publicado e que recebeu tratamentos.

Neste sentido, fizemos uso de trabalhos, principalmente de estudos da cooperação para o desenvolvimento, cooperação 'Sul-Sul' como modo de desenvolvimento e aprofundaremos em Moçambique o programa ProSavana, a sociedade civil e as organizações não governamentais nacionais e internacionais, à luz da teoria da cooperação e desenvolvimento da capacidade. Nossa bibliografia compreende os seguintes autores: Carlos Lopes, (2005), no seu livro onde estuda a cooperação para desenvolvimento de capacidade; Paulo G. Fagundes Visentini (2013), Bas'Elele Malomalo (2010) tese de doutorado; Locksley Edmonson (2010), José Flávio Saraiva (2012), Boaventura Santos de Souza (2013), Danielle Regina Ullrich (2013), Mészáros,

István (1930), Carlos Lopes e Thomas Theisohn (2006) e Jalcione Almeida (2009). Isso serve para relevantar as diferentes teorias que permitirão compreender os documentos empíricos.

Sendo assim, no que se refere a matérias dentro da pesquisa, vimos a importância dos documentos (Carta Aberta, 2013, Memorando de Entendimento, 2009, etc), ou seja, a pesquisa documental, a qual pode nos levar ao fundo dos assuntos debatidos no plano concreto das relações dos sujeitos ou ainda das instituições que fazem parte do objeto da pesquisa. A pesquisa documental não difere muito da pesquisa bibliográfica, pois ela se vale de materiais que não receberam um tratamento analítico (GIL, 2010). Ou seja, aqueles que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. A pesquisa documental é o segundo passo da construção do marco teórico-metodológico desta pesquisa.

Para Antônio Carlos Gil (2010), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. Porém, a diferença importante entre as duas abordagens está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza, fundamentalmente, as contribuições dos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental se vale de materiais que não receberam acadêmico, ainda, um tratamento analítico. Em nossa pesquisa usaremos dentre outros, o próprio Programa ProSavana-JBM através do seu plano diretor, o documento denominado ProSavana-TEC (2011), o Memorando de entendimento assinado por representantes de três governos em Maputo 2009, capital de Moçambique e os documentos publicados de autoria dos movimentos sociais e dos próprios agricultores e acadêmicos de Moçambique através do UNAC, ADECRU e da Pastoral da Igreja Católica de Moçambique.

Na observação de Gil (2010), geralmente as fontes da pesquisa bibliográfica são constituídas sobretudo de material impresso e se encontram em bibliotecas; já as fontes da pesquisa documental são mais diversificadas e dispersas, estão localizadas nos arquivos das instituições não acadêmicas do Estado, do setor privado e da sociedade civil.

Entre os documentos que iremos analisar, temos informações jornalísticas, como vídeos de conferências, fóruns, relatórios das agências de cooperação, manuais de cooperação ‘Sul-Sul’ produzidos na cooperação entre os países como forma de relações internacionais entre o Brasil e a África. No caso específico de Moçambique, temos concretamente o Projeto ProSavana. Coletaremos estes documentos através de bancos de dados que abordam o tema de nosso estudo e teremos como as fontes da coleta ou da pesquisa os seguintes *sites*: de União Nacional de Camponeses de Moçambique

(www.unac.mz), ProSavana, da Agência Brasileira de Cooperação (www.abc.gov.br), da Agência de Cooperação Intranacional Japonesa (www.ica.jp), do Ministério de Agricultura de Moçambique (www.minag.mz), a revista eletrônica de publicação de trabalhos científicos (sciello) e da Ação Acadêmica (www.adecru.mz).

Tendo definido as modalidades da nossa pesquisa e as ações que podem delinear o nosso caminho em relação à coleta de material, cabe-nos ressaltar a forma como analisaremos e interpretaremos este material. De acordo com Deslande (2013, p. 82), a interpretação dos dados refere-se a um método de interpretação, a uma proposta ancorada em estudo ou da pesquisa.

Serve como ferramenta a Avaliação da Quinta Geração em vista de seus princípios. Segundo Malomalo (2010, p. 89), os princípios fundamentais da avaliação da quinta geração são os seguintes: o primeiro é a integração da avaliação na definição e na gestão corrente de todo programa ou projeto, o que exige sempre suas negociações a partir dos valores de ambas as partes, ou seja, as partes constituintes do objeto do estudo; isto pode ser realizado levando-se em conta os seus princípios que iremos apresentar ao longo da pesquisa. O segundo é a utilização da avaliação para examinar os fins estratégicos, a produção de riquezas e do bem-estar da coletividade (MALOMALO, 2010, p. 89). O terceiro princípio pressupõe que todo objeto faz parte integrante de um sistema social (MALOMALO, 2009, p. 89), por isso exige-se monitoramento por diferentes instituições, públicas ou privadas da sociedade civil, pelos movimentos sociais, uma vigilância política e científica para que os programas e avaliações não se tornem instrumentos de dominação. O quarto princípio é a opção por uma avaliação de natureza participativa, política e ética. Como se pode ver, todos os princípios se complementam.

Para Malomalo (2009, p. 89), as negociações, as consultas e a participação de vários atores são rastros e vestígios das intenções de democratização do processo avaliativo. No seu estudo incorporou como metodologia da análise a avaliação da quinta geração, a fim de entender dentro dos projetos de políticas cooperativas a estudar, o desenvolvimento econômico multicultural. O estudo desse conceito baseia-se em defender as múltiplas cultura. E nas pesquisas e análises de projetos de desenvolvimento visa no seu todo entender as múltiplas culturas que vivem num mesmo espaço, e o que a realidade como cultura tem apresentado. Que para implementação das iniciativas visa respeitar as diversidades que se encontra no espaço. No nosso estudo, entendemos que a incorporação

desta avaliação facilita a nossa análise do programa à luz da cooperação e do desenvolvimento das capacidades.

São esses os princípios de avaliação da quinta geração, que serve como guia das pesquisas que se focam nas propostas de desenvolvimento econômico multicultural (MALOMALO, 2010, p. 89). Servimo-nos desta ferramenta para elaborar o nosso instrumento de avaliação do programa ProSavana no Corredor de Nacala em Moçambique. E ainda vale salientar que a pesquisa não visa analisar indicador de desenvolvimento, por ser um programa que ainda está na sua fase inicial de implementação.

A partir dessa incorporação é que se construiu um dos passos do marco teórico-metodológico do desenvolvimento de capacidades ou análise de uma outra perspectiva de desenvolvimento pretendida. Não se trata de uma simples reprodução do que já existe, mas a sua apropriação para a análise dos programas de ações cooperativas [...] (MALOMALO, 2009, p. 89). No entanto, trata-se de uma modesta sugestão de um novo instrumento teórico-metodológico que o autor está colocando à disposição da sociedade e da academia. Não se trata de um dogma, mas de algo a ser criticado e aperfeiçoado, cujos elementos essenciais se encontram em síntese a seguir:

1. Identificação do (s) informante (s), formais e informais,
2. Identificação da instituição/organização (s);
3. Identificação do Projeto ProSavana pelas suas características: objetivos, grupo alvo, meios financeiros e seus financiadores, avaliadores, etc;
4. Parcerias e financiamento;
5. Metodologia da implementação do ProSavana: participação e estratégias
6. Relações do Projeto ProSavana com a questão do desenvolvimento ou combate à fome e à pobreza no Corredor Nacala
7. Impactos sociais e econômicos
8. Avaliação da avaliação do programa

Fonte: Síntese da tese de doutorado Bas'Illele Malomalo (2010).

Segundo Malomalo (2009, p. 89), o quadro de temas de análises para programas é resumo de ferramentas mais complexas. Ou seja, cada tema envolve um conjunto de perguntas para coletar informações. O alcance das informações requer o uso de cada instrumento ou questão do quadro apresentado em cima em forma da questão para o ProSavana.

O tema 1 (um) busca saber sobre o agente social produtor da informação coletada, as técnicas da coleta dessa informação, foi criado com a intenção de conhecer a natureza das informações, a fim de saber a partir de onde os indivíduos ou instituições estão falando sobre o Programa. Isto é, o ponto de defesa dos argumentos, seja a legitimação do programa ou a sua recensão. Também pode levar ao entendimento, se o projeto e seus impactos foram avaliados ou não e quais são avaliadores, ‘que métodos usaram’. Ou seja, as formas de participação na discussão das ideias e estratégias de eliminação de pobreza/pobreza em Nacala. A única diferença é que essas informações, geralmente, são obtidas através de documentos já prontos (MALOMALO 2009, p. 87).

O tema 2 (dois) no quadro de itens, implica na identificação dos agentes responsáveis (executores assim como o corpo negociador) pelo programa. Isto é, se é uma instituição governamental, do setor privado ou da sociedade civil. Nisto, busca-se coletar dados sobre os gestores, os executores e beneficiados; o setor da atuação; descrição das atividades; duração do programa; o quadro territorial, a amplitude e os princípios gerais. O tema 4, geralmente, vem ligado com aos anteriores e analisa as parcerias e formas de financiamentos.

No tema 5 (cinco), questiona-se a metodologia do programa, busca-se saber a respeito dos participantes ou grupos beneficiários como os camponeses da Nacala, e das estratégias elaboradas para assegurar a sua participação, das pessoas que realmente se beneficiaram do programa, das formas de acompanhamento do programa.

O tema 6 (seis) foi introduzido por nós para identificar se existe ou não a relação entre as instituições públicas e privadas e as comunidades locais, sem isolar a União Nacional de Camponeses (UNAC), ou seja, os grupos beneficiários do projeto direta e indiretamente. Buscaremos saber das atividades que foram desenvolvidas e entender se a problemática do desenvolvimento aparece de forma explícita ou implícita. Procuraremos saber se o modelo do desenvolvimento em questão tem a ver com o desenvolvimento sustentável “ou somente com as manobras do mercado na busca de expansão do capital internacional privado” (MALOMALO, 2010 p.88).

O tema 7 (sete) questiona os impactos sociais e econômicos do programa na vida dos beneficiários. Investiga, por exemplo, se há um impacto na construção das capacidades locais tanto em nível individual e institucional como local, ou ainda como um processo endógeno. Igualmente indaga se o ProSavana consegue criar uma certa mobilização política dos beneficiários, bem como uma maior aceitação dos beneficiários

em relação às empresas privadas que o implementam. Além disso, analisa se o programa cria oportunidades de empregabilidade, isto é, se os documentos dão a possibilidade obter estas informações.

O objetivo principal desta pesquisa, em termos metodológicos é ‘emitir um julgamento crítica e qualificativo’, analisar o projeto ProSavana na perspectiva da quinta geração. E que visa desenvolver a agricultura do Corredor de Nacala, tendo em conta esses três pontos: 1) Aprender a perspectivas dos executores e beneficiários dos programas escolhidos no que diz respeito à relação entre a política de ações para o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento das capacidades e comunidades beneficiadas. 2) Aprender o impacto social e econômico desses programas nas vidas individuais e coletivas dos beneficiados. 3) Avaliar o programa ProSavana. Isto é, ‘segundo o nível de interpretação’, a pesquisa avaliativa implica na capacidade de identificar, descrever, mensurar e interpretar os dados disponíveis a partir dos temas. (MALOMALO, 2009, p. 88). Tudo isto, devido ao tempo que temos para desenvolver o estudo, poderá não possibilitar a chegada a todas as respostas pretendidas.

O motivo da escolha e a realização desta pesquisa se deve à disciplina estudada, intitulada “Cooperação, Desenvolvimento e Multiculturalismo” que cursei com o meu professor orientador Bas´Ilele Malomalo. A segunda motivação é devida à possibilidade de entendimento que esta disciplina proporciona no tocante à maior polêmica que o conceito de cooperação e desenvolvimento tem gerado nos países em desenvolvimento, principalmente Moçambique. A terceira é a preocupação em entender a cooperação Brasil e África e as novas estratégias de reaproximação da África na política internacional. A quarta e última é a importância das denúncias da sociedade civil, movimentos sociais, nacionais e internacionais relativamente ao ProSavana moçambicano, onde afirmão ‘Não ao ProSavana’. Podemos apontar logo a União Nacional dos Camponeses (UNAC), Ação acadêmica (ADECRU), e os outros que aparecerão ao longo do estudo, como organizações empenhadas na luta contra o programa.

CAPÍTULO 2 CONCEITOS BÁSICOS DA PESQUISA: COOPERAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE CIVIL.

Para tratar de política externa, devemos nos referir ao seu maior impulsionador, que pode ser o Estado ou o governo de um país (DIAS, p.104). Isto é, a política externa de um Estado, e modo geral, se expressa na sua projeção no sistema internacional, destacando-se a sua relação com outros Estados, Organizações Internacionais governamentais (OIs) e Organizações Não Governamentais (ONGs). Para Dias (2009, p.104), compreender a política externa, como modo através do qual os estados conduzem as suas relações mútuas, como parte integrante do sistema internacional, interagem de diversos modos e têm como marco limite a cooperação e o conflito. O conflito, de acordo com Maria Manuela Afonso (2005, p. 67), é um enquadramento conceitual de abordagem que busca entender os fenômenos, ou seja, abarca diferentes etapas do conflito, tais como a prevenção, a resolução e a reconstrução pós-conflito.

Quando afirmamos que esse modo de relação entre Estados e ao mesmo tempo com as Organizações Internacionais e Organizações Não governamentais (ONGs), antes de mais nada cria e recria as relações com as ações concretas que estes produzem, em cooperações com os Estados (Brasil, Japão e Moçambique). E é importante mostrar que são também afirmadores das políticas públicas em projetos que visam ‘desenvolvimento’. De acordo com Dias (2010, p.104), ganharam a “grande importância por suas implicações e alcance no sistema internacional, sem minimizar o espaço ou ações conduzidas pelas entidades privadas e o mercado nesse modo de fazer política”. Conforme Dias (2010, p. 104), sua elaboração sofre influência de todo um conjunto de fatores internos e externos que são determinantes na hora de estabelecer a agenda internacional de um país. Entre estes dois fatores, o interno é o influenciador do externo pelo papel importante que tem. Neste sentido entende-se que o fator interno é impulsionador, pelo regime político do país que determina a sua característica na política internacional.

No seu todo, percebe-se que o fator externo da cooperação revela a característica do Estado no âmbito internacional, pois é portador de sua sustentação política, econômica, religiosa, ideológica, cultural e histórica. Conclui-se que a relação internacional, neste contexto, segundo Dias (2010, p.104), é a influência do regime político do país, o qual imprime uma característica particular à sua política, diferentemente do alinhamento de propostas e estratégias com outros Estados (grifo nosso). A nossa percepção dos mandatos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu a

presidência do país de 2003 a 2010 nos revela as estratégias políticas internacionais do Brasil, que neste período recebeu novas direções da força interna. Conclui-se que a cooperação internacional pode ser entendida como um conjunto de relações sociais que ocorrem tanto entre Estados, quanto entre outros atores do cenário internacional. E esses atores são orientados conforme as direções ou estratégias políticas do próprio país, seja por empresas públicas ou privadas, instituições estatais e organizações não-governamentais. A cooperação ou a relação internacional é campo interdisciplinar com foco político, que abrange também a economia, o direito, a sociologia, a história, a antropologia, etc.

O conceito de cooperação para o desenvolvimento envolve diversas classificações, cuja estrutura vamos compreender ao longo do estudo nos capítulos. A cooperação para o desenvolvimento pode catalogar-se em função da sua origem, canais de execução ou instrumento de implantação (MANUELA, 2005, p. 15). Quanto à sua origem, classifica-se em pública e privada: pública, por ter relação com a administração central, regiões ou outros níveis da administração pública, e privada, por ter a ver com ONGs, empresas e associações.

Para Maria Manuela (2005, p.62), o ato de cooperar para o desenvolvimento é envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro. Entendemos ainda que tem a ver com a capacitação das pessoas e das comunidades para intervirem no seu próprio desenvolvimento, criada por pessoas ou comunidades, numa relação cada vez mais interdependente.

Segundo Maria Manuela (2005), os programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento devem inscrever-se numa perspectiva de longo prazo, no sentido de garantir a sua capacidade de crescimento importante para as populações envolvidas. Neste sentido nota-se na maioria das vezes que a visibilidade e impacto só podem verificar-se no decorrer do tempo, exigindo um esforço contínuo de acompanhamento e avaliação das ações programadas.

No cenário internacional, conforme Maria Manuela, (2005) existem atualmente muitos e diversos atores, que programam a cooperação abrangendo cerca de 75 agências; 40 bilaterais, 20 multilaterais e 15 agências especializadas da ONU, além da proliferação de ONGs do Norte e do Sul. Em relação aos canais de execução, pode ser a cooperação bilateral, multilateral, ONGD, descentralizada, trilateral, triangular / tripartida, etc. (MANUELA, 2005, p. 15). A 'cooperação descentralizada' diz respeito à cooperação

realizada por entidades estatais, que não fazem parte da administração central do Estado (municípios, regiões, instituições de ensino, etc. (MANUELA, 2005, p. 15). Na realidade, é compreendida como uma nova abordagem da cooperação, que é caracterizada pela descentralização das ações.

A cooperação ‘bilateral’ é aquela em que os doadores canalizam os fluxos da Ajuda Para o Desenvolvimento (APD) diretamente para os receptores, podem ser governos ou outras organizações (MANUELA, 2005, p. 15). Na cooperação ‘multilateral’ os fundos são transferidos para organizações multilaterais, as quais os utilizam para financiar as suas atividades de promoção do desenvolvimento.

Para Maria Manuela (2005, p. 15), em princípio, a “cooperação multilateral é mais eficaz que a bilateral”, particularmente na resolução de problemas que são comuns a vários países, pois os países apresentam as suas iniciativas e da relação com os em desenvolvimento, pela entrada de uma grande variedade de novos atores da sociedade civil e por uma verdadeira participação dos atores dos países beneficiários no seu próprio desenvolvimento, é obtido um melhor resultado. Nas diferentes variedades de usos da cooperação se entende que, têm a sua dependência em primeiro lugar nos tipos de cooperação e mantêm os países cooperantes. Isto os leva a definir os seus agentes construtores das políticas, seja no domínio de mercado, seja na promoção cultural, na manutenção da paz, etc.

O segundo instrumento da cooperação para o desenvolvimento para Maria Manuela (2005, p.15) são a ajuda alimentar, cooperação técnica, cooperação financeira, ajuda humanitária e de emergência. Muito embora o conceito de ajuda tenha criado dúvida na relação internacional no sentido de compreender o seu significado e o seu reflexo na realidade social em Nacala.

A cooperação internacional tem sido mais explícita em suas atividades. Em setembro de 2000, os membros das Nações Unidas adoptaram unanimemente a Declaração do Milênio comprometendo-se a alcançar os objetivos do desenvolvimento internacional (milênio) até 2015 (MANUELA, 2005, p. 10).

Para Manuela (2005, p. 10), a aceitação da modificação era conhecida desde 2001 como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e visa a “redução da pobreza extrema por metade” até 2015. Isto se tornou mais conhecido e citado amplamente como as referências pelos países e organizações internacionais, para a avaliação dos esforços internacionais de desenvolvimento, constituindo, assim, o quadro internacional de referência para a cooperação para o desenvolvimento.

No percurso da cooperação para o desenvolvimento, em março de 2002, realizou-se a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, em Monterrey, no quadro da Assembleia Geral das Nações Unidas (MANUELA, 2005, p. 10).

De acordo com Manuela (2005, p.11), a conferência tinha por finalidade promover a cooperação internacional em seis áreas consideradas fundamentais para o futuro das economias dos países em desenvolvimento (PED) e dos países com economias em transição. Dentre os citados apresenta os seguintes objetivos:

“1) Aumentar a mobilização dos recursos financeiros no interior dos países; 2) Aumentar os fluxos de investimento privado internacional e ampliar a sua distribuição geográfica; 3) Alargar o acesso aos mercados e assegurar regimes comerciais justos e equitativos; 4) Reforçar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD); 5) Resolver os problemas difíceis da dívida dos países em desenvolvimento; 6) Aumentar a coerência das estruturas financeiras mundiais e regionais e promover a justa representação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisões ao nível internacional.” (MANUELA, 2005, p. 10).

Entre os pontos alinhados na conferência, alguns, de certo modo, terão influência no nosso objeto de estudo, principalmente os pontos 1, 2 e 3: que visam alargar, investimentos privados e o largo acesso ao mercado. Neste último, pode-se entender porque o Brasil e o Japão se empenham em lançar a cooperação com Moçambique, com grandes vultos de investimento de empresas de capital nacional e internacional? A questão, talvez de entender esses motivos, e de levar em conta a política internacional, expressa na atuação dos países, percebe-se que não acontecem coisas simplesmente pela vontade de fazer o outro se desenvolver, ou seja, fazer Moçambique reduzir, como se está mostrando, a face da pobreza drasticamente.

Este capítulo fez-nos entender como começaram a se acelerar os investimentos privados de países através das suas empresas ou como isto começou a ter importância para a “cooperação para o desenvolvimento”. Ainda entendemos que a própria política de desenvolvimento só existe porque há interesses capitalistas e não a simples vontade de eliminar a pobreza. Em outras palavras, o discurso da pobreza é um elemento enriquecedor para a legitimação das manobras de expansão do capital na agricultura. No capítulo a seguir iremos tratar da relação Brasil-África.

2.1. Cooperações internacional Sul-Sul Brasil-África.

A história da África e do Brasil está intimamente relacionadas, desde que os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul, no século XVI (VISENTINI, 2013, p. 81). Já em 1538, começou um longo período desta relação, que tinha como prática o tráfico de escravizados, que perdurou até 1850, momento do seu declínio.

Para Visentini (2013, p. 81), este relacionamento foi de grande importância no plano global. O que significa que no século XVII, o Atlântico Sul foi o centro da maior dinâmica da economia do mundo e o Brasil deu força ao império atlântico português, permitindo aos portugueses aumentar a força de expansão e melhor controlar suas colônias.

No século XVIII ele foi suplantado pelo Atlântico Norte, devido à projeção de potências como a França e a Inglaterra (VISENTINI, 2013, p. 81). Isto vem desde a invasão das margens pelos portugueses até a data presente. Observa-se que esta relação tem os seus períodos mais marcantes, que podemos tomar como marco referencial na política de relação internacional entre os dois lados de atlânticos Sul.

A relação entre o Brasil e a África pode ser dividida em cinco períodos distintos e desiguais (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.28). A cooperação entre Brasil e África mostra a história das duas margens em um período muito longo, de modo que não cabe aqui aprofundar o assunto. Mais sucintamente, podemos mostrar como a relação entre as margens do Oceano atrelam as diversas trocas, que tem como seu valor mais alto as pessoas, seja na imigração forçada, seja na imigração desejada.

Distinguímos cinco períodos da relação do continente africano com o Brasil, segundo o IPEA e o Banco Mundial (2011, p.28). O primeiro período abrange a história colonial do Brasil, desde o século XVI até o início do século XIX, tem como marco inicial o tráfico transatlântico de escravizados, as ligações entre o Brasil e a África, que abrangem o comércio de produtos, as trocas econômicas e sociais, o intercâmbio de ideias e *know-how*, que se ampliaram notadamente com a costa da Guiné e Angola durante o século XVIII.

O segundo período desta relação se inicia no ano de 1822, com a independência do Brasil, caracterizando-se pela marginalização gradual das relações entre o Brasil e a África. O Brasil podia ser entendido no período como um país que estava impedido, pela sua classe política, de estreitar laços de relação mais efetiva com o continente africano.

Amplia-se o silêncio e afastamento entre os dois, após a assinatura do Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil, por Portugal, em 1826 (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.28).

Nos finais do tráfico de escravizados, com a aceleração da penetração da Europa na África, o Brasil coloca o continente africano de lado (IPEA, BANCO MUNDIAL, 2011 p.28), concentrando suas relações internacionais com a América Latina, a Europa e a América do Norte, o que seria padrão e continuaria até os anos 1950. Compreende-se a relação Brasil e África desde o seu início até a data presente, suas relações na política e comércio internacional apresentam períodos favoráveis, que podem ser entendidos como de boas relações e períodos de silêncio.

No terceiro período, tendo em vista a eliminação gradual do colonialismo europeu na África, há novos desdobramentos no Brasil. No final dos anos 1950, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos começam a criar condições favoráveis para reanimar as relações entre o Brasil e a África. (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.28).

Como mostra o relatório destas duas organizações, IPEA e Banco Mundial (2011, p.28), o país teve de adaptar sua política externa a um ambiente internacional com a presença de governos africanos que acabavam de conquistar as suas independências. Entretanto a posição brasileira em relação ao colonialismo português no continente africano é uma espécie de apoio hesitante ao ‘anticolonialismo’, limitado pelas relações tradicionais mantidas com Portugal, em vias de barrar a sua reaproximação com esses Estados africanos recém-independentes. A política externa brasileira em relação à África teria que, no final das contas, romper este cruzamento na projeção da sua relação com o continente (IPEA; BANCO MUNDIAL. 2011 p. 28).

No seu quarto momento, de janeiro de 1961 a meados da década de 1980, ocorreram transformações importantes na política externa brasileira (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p. 28). A sua ausência era vista nos anos que se sucederam ao golpe militar de 1964, período em que o país estava em busca de um rumo para sua política nacional e internacional.

De acordo com o IPEA e o Banco Mundial (2011, p.29), o Brasil nesta época vivenciou uma aproximação política e econômica ativa com a África, com um fluxo relativamente intenso de bens e capital de um lado a outro do Atlântico Sul, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Foi o período em que Atlântico Sul tornou-se foco importante tanto de comércio como de política internacional, tendo como marco o reconhecimento das independências dos países africanos da língua portuguesa.

Durante o quinto período, que se estende até o século XXI, a África tornou-se um dos principais pontos da agenda internacional do Brasil (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.29). O continente africano está num rápido momento de mudança e o Brasil expressa interesse no plano amplo em apoiar e participar desse processo chamado de desenvolvimento. No âmbito da política e governos do Brasil neste período destaca-se o governo Lula (2003 – 2010), que renovou o interesse do Brasil pela África, posicionando-se no plano ‘concreto e sólido’ nas assinaturas de acordos e em programas diversos que ampliariam também a influência do país em nível global.

O regresso brasileiro á continente africana por meio da cooperação, segundo José Flávio Sombra Saraíva (2012, p.97), a literatura das relações internacionais, dos estudos da academia norte- americana, assim como organismos internacionais como FMI e o Banco Mundial, sem ter em conta os relatórios chineses encomendados pelo presidente da China, apresentam fatos em acordos que demonstram como o Brasil voltou a desempenhar um papel político, econômico e cidadão na África (SARAÍVA, 2012, p. 97).

Para Ullrich (2013, p.06) o governo procurou se enquadrar nas regras e normas internacionais, tendo em vista a cooperação Sul-Sul, como mostra a sua penetração ou reaproximação com parceiros regionais e parceiros não tradicionais, como é o caso da China, Ásia, Oceano Pacífico, continente africano, Europa Oriental e Oriente Médio.

O novo Brasil, com influência global coincide com a emergência da nova África (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.28). A coincidência das ideias está no momento em que as duas margens estão à procura de uma direção política internacional que abrange a luta pela redução das barreiras comerciais dos países desenvolvidos, a busca do equilíbrio político internacional, a participação da tomada das decisões da ONU, a redução da fome e da pobreza, a busca de novos mercados, assim como a exploração de recursos minerais, como de carvão e gaz da empresa Vale em mina de Moatiza em Moçambique. Isto tudo coincide com as políticas dos países africanos, os quais procuram conjugar esforços e recursos ou incorporar as práticas de política brasileira nas afirmativas nacionais, ao mesmo tempo buscam a industrialização agrícola e a exploração dos seus recursos. A influência global do Brasil vem sendo questionada e criticada principalmente nos estudos acadêmicos e nas lutas dos movimentos sociais, sobretudo pelo anseio de construir um novo mundo em que as ‘pessoas’ sejam o centro e não o capital, como parece ser a visão do Brasil na sua nova política internacional na África e com a África. Na medida em que a empresa Vale vem sendo criticado por deslocar a população e ocupar a zonas de prática de agrícola para exploração de carvão.

De acordo com Visentini (2013, p. 81), questiona-se se isto é solidariedade ou interesse, pois do ponto de vista econômico pode ser busca do equilíbrio na política internacional, projeção das políticas brasileiras, tendo em vista a hegemonia no sistema e a constituição do Brasil como potência.

O conceito de interesse nacional é frequentemente utilizado por políticos e diplomatas a fim de justificar e legitimar tomadas de decisão na arena internacional (HELENO; MARTINS, 2014 p. 226). Entende-se com isso que ‘uma hegemonia mundial’ é, em primeiro lugar, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. O sistema internacional se constitui pela correlação de forças entre hegemonias nacionais, socorridas por um modo de produção dominante que se expande globalmente, unindo e confrontando classes sociais de diversos países (HELENO; MARTINS, 2014, p. 226).

Para Visentini (2013, p.135), num período pouco notável do Brasil no cenário internacional e na política africana, a relação entre os dois países - Brasil e Moçambique, seria positiva ou negativa, receberia destaques, não dando ensejo a dúvidas de que a proximidade das duas margens, histórica e cultural já desempenharia papel influente e importante. No entanto, o que a realidade tem apresentado até agora, sustenta uma nova atenção para a combinação política de cooperações além das fronteiras.

Nos mandatos de Lula, o eixo da política internacional brasileira deslocou-se parcialmente em direção ao hemisfério Sul (HELENO; MARTINS, 2014, p. 227). O seu deslocamento levou em conta os dois hemisférios, o que significa que, apesar de Brasil e o grupo dos países do ‘terceiro mundo’ terem questionado a política de imposição dos países do Norte, conforme elencado nos pontos da conferência de Bandung em 1955, o país ainda não abandonou seus tradicionais aliados, buscando apenas ampliar seu leque de parcerias, voltando-se com maior ênfase para países africanos, asiáticos e latino-americanos.

De acordo com Heleno e Martins (2014, p. 228), a diplomacia do Brasil com a África apresenta duas faces: uma cooperativista, materializada em diversos programas de transferência de conhecimento, e outra dominadora, revelada pelo interesse brasileiro em expandir sua influência política e pela ação predatória de empresas brasileiras nos países africanos. A primeira face nos possibilita entender a política externa brasileira com as suas empresas privadas, que se projeta mais pelo mercado privado internacional, na exploração de recursos, exportação / importação de serviços. A segunda face tem como exemplo ‘solidariedade’ que podemos observar no domínio da educação superior pela sua

nova Universidade da Interação Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB e também o SENAI presente nos países de língua oficial portuguesa.

Então como podemos entender ou descrever as relações destas duas margens, (Brasil e África) tendo em conta as suas diversidades políticas? E o que nos dizem e podemos perceber através das ações do país ao se apropriar do conceito Sul-Sul como conceito e ao mesmo tempo como estratégia política? Responder a esta questão requer a nossa penetração maior na cooperação Sul-Sul como a maior estratégia política internacional do Brasil em quase todos os domínios de sua inversão. Neste sentido, no capítulo seguinte trataremos dessa relação com o Sul como a nova modalidade que o Brasil incorporou à sua política externa.

Para Ullrich (2013, p.3), a frente da dinâmica da disputa entre Norte ‘centro’ e Sul ‘periferia’, começou a ser sistematizada ainda nos anos 1950, no auge da guerra fria como ‘o conceito político Sul-Sul’. Este teve como marco de referência a conferência de Bandung em 1955, que reuniu os chamados ‘subdesenvolvidos’ para mostrar aos países ‘desenvolvidos’ problemas que tinham a ver com o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Para Puente (2010, p.73), a disputa Norte e Sul levou à formulação e ao amadurecimento da ideia da criação de um ambiente político frente a um novo alinhamento dos países e trouxe debates e a formulação de movimentos na política internacional entre países, que na sua maioria, passaram pelo processo colonial, ou seja, as antigas colônias das potências coloniais, que agora, por sua vez, são denominadas países ‘desenvolvidos’.

De acordo com Puente (2010, p.73) e Ullrich (2013, p.3), formou-se então o Movimento dos Países “Não Alinhados” (MNA) que busca uma reforma no sistema econômico internacional. Este fato teve o seu clímax na Conferência das Nações Unidas para o comércio e desenvolvimento (UNCTAD) em 1964 e culminou com a formação do grupo dos G-77 permitindo assim institucionalizar a modalidade e as suas ações.

A partir da década de 1990, com a aceleração da globalização, novos desafios se colocaram diante da cooperação Sul-Sul e passaram a exigir que todos os países, especialmente ‘semiperiféricos’, buscassem novas formas de inserção na arena internacional. Comenta ainda a autora que a globalização gerou espaços para a projeção das potências regionais, líderes de blocos econômicos, o que contribuiu para reforçar a possibilidade de formação de um sistema mundial multipolar em lugar de uma nova hegemonia norte americana (ULLRICH, 2013, p.4).

Para Ullrich (2013, p. 3), os objetivos do Grupo 77 sempre foram reunir os países periféricos e semiperiféricos que estavam interessados no reforço da sua posição mediante a identificação de pontos de interesse comum e da proposição de medidas concretas que pudessem

alterar a ideia do comércio internacional, percebida como desvantajosa para os países do Sul. Nota-se que a união de ‘periféricos’ e ‘semiperiféricos’ constitui o peso que serve como força da busca de equilíbrio por estes países.

A subida à presidência do Brasil de Luís Inácio Lula da Silva mostra o profundo questionamento e os interesses do Brasil (BRASIL, 2008, p.67). No seu discurso na Cúpula África-América do Sul em Abuja, Nigéria, 30 de novembro de 2006, o presidente visa uma mudança de quadro na política internacional, critica os desenvolvidos que persistem nas ameaças ao multilateralismo e à credibilidade do sistema internacional.

Como afirma o próprio presidente nos seus discursos: “Nosso objetivo principal hoje é fixar os alicerces de um novo paradigma de cooperação Sul-Sul. Precisamos adaptar as instituições aos novos tempos. A reforma da ONU é vital para fazer frente aos novos desafios” (BRASIL, 2008, p.67). Adaptar as intuições ao seu tempo, esta perspectiva brasileira visa o enquadramento decisório dos países que vêm lutando no realce do conceito Sul-Sul, com o qual a maioria dos países africanos se identificam.

Foi o momento em que começou o questionamento visando mudanças no sistema internacional. O próprio modelo de cooperação para o desenvolvimento (Norte – Sul) passou também a ser questionado por estar assentado sobre bases, ora assistencialistas, ora de dominação submetidas aos interesses comerciais dos países do Norte (ULLRICH, 2013, p.3).

Para Ullrich (2013, p.3), esta foi a frente das formulações críticas à cooperação Norte-Sul, das mudanças na ordem internacional e da ‘emergência’ de novos Estados que promovem a bandeira da cooperação Sul-Sul. Esta relação nos mostra um olhar mais cuidadoso, que tem sido direcionado sobre a realidade desta cooperação, prática que tem sido entendida como vertical.

O contexto da redefinição da política externa brasileira durante os governos de Lula da Silva (2003-2010) com a modalidade Sul-Sul apresenta uma mudança de direção política, segundo Malomalo (2014 p.69) e, ao mesmo tempo, uma conjuntura de abrangência crescente da política internacional brasileira em relação ao continente africano. E isso não se resume somente aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), mas ao continente africano na sua totalidade, visando satisfazer estes governos e o país. Tenha-se em vista a abertura de 17 novas embaixadas em solo africano e o comércio com a África mais do que quintuplicado entre 2002 e 2009 (CATÁLOGO, 2011, p. 55).

Os objetivos da Cooperação Sul-Sul, percebe-se que visava ‘minimizar os riscos e maximizar as oportunidades’(ULLRICH, 2013, p.4). Neste sentido é que os países privilegiaram a estratégia da Cooperação Sul-Sul, que se fortificou também com a recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com iniciativas de alguns países do Sul, que reforçaram os discursos da Cooperação Sul-Sul nos fóruns internacionais, fato que podemos observar em diversas conferências realizadas nos anos 2000. No mesmo ano, foi realizada em Havana a I Cúpula Sul-Sul, sob a égide do sistema das Nações Unidas, da qual participaram os países do G-77 e a China (ULLRICH, 2013, p.5).

A sua declaração final, Ullrich (2013, p. 5), enfatiza que a importância da Cooperação Sul-Sul no novo milênio e igualmente a importância de se trabalhar no ‘espaço globalizado por um sistema econômico internacional, democrático e justo’. E ainda promove a participação dos países semiperiféricos e periféricos e o compartilhamento de tecnologia e conhecimentos entre os países do Sul, assim como a manutenção das relações entre Norte e Sul.

Em dezembro de 2003, da conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Marrakesh, pelos países do G-77, resultaram a Declaração de Marrakesh, e o Arcabouço de Marrakesh para a implantação da CSS (ULLRICH, 2013, p. 5). Conforme discutido em Marrakesh e como demonstramos no nosso primeiro capítulo, a Cooperação Sul-Sul é entendida como um complemento das outras modalidades cooperação existentes, capaz de somar forças na consecução dos objetivos do Milênio, não como substitutiva da cooperação técnica existente Norte-Sul ou sinal do desinteresse dos países desenvolvidos de assistir os países em desenvolvimento.

Prossegue Ullrich (2013, p. 5), a dizer-nos que, em junho de 2005, foi realizada em Doha, no Qatar, a segunda Cúpula do Sul, com a participação dos países do G-77 e da China, os quais corroboraram os compromissos assumidos nas conferências de Havana em 2000 e Marrakesh em 2003, e no documento aprovado pela Assembleia Geral da ONU, ratificaram o papel que desempenha a CSS diante dos desafios impostos aos países do Sul, num contexto geral de multilateralismo, reconhecendo que este tipo de cooperação é um complemento e não um substituto à perspectiva da cooperação Norte-Sul. Além disso, enfatizaram a necessidade de reforma da ONU, para assegurar uma maior participação dos países do Sul nos processos decisórios (ULLRICH, 2013, p. 5). Nisso podemos ter como exemplo o grupo econômico de países considerados ‘emergentes’,

formado atualmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) nos processos decisórios.

Segundo Ullrich (2013, p.5), a Assembleia Geral da ONU aprovou o documento da conferência de Alto Nível das Nações Unidas, sobre cooperação Sul-Sul, que teve lugar em Nairóbi, Quênia, em 2009. O documento realçou os princípios da Cooperação Sul-Sul e destacou também a importância da cooperação trilateral, sobretudo em reconhecimento à crise financeira e econômica, destacando a importância do apoio dos países desenvolvidos e dos organismos multilaterais à Cooperação Sul-Sul.

O esforço da mudança no sistema, para Bruno Ayrllón Pinto (2013, p.38), se refere tanto à geração de uma melhor compreensão do mesmo, de suas potencialidades e limites, como à construção de perspectivas próprias, a partir da visão política e da experiência do Brasil.

A Cooperação Sul-Sul, como se pode observar, é mais a estratégia do que a modalidade da relação dos países na arena internacional e isso não nega a proposição que em certos momentos diferencia os cooperantes, que pode ser entendida como estratégia, mas que não afastará as modalidades. Como mostra Ullrich (2013, p. 5),

A modalidade da cooperação CSS contempla três dimensões: tem como (i), a **dimensão política**, que promove a constituição de âmbitos autônomos para a geração de perspectivas e práticas alternativas entre países semiperiféricos e periféricos; a (ii) **dimensão técnica**, processo pelo qual países semiperiféricos adquirem capacidades individuais e coletivas através de intercâmbio cooperativas em conhecimento, experiências tecnológicas, *expertises* tecnológicos, que se traduzem em projetos e programas de cooperação; (iii) **dimensão econômica**, realizada no âmbito comercial, financeiro e de investimentos entre países semiperiféricos e periféricos (PINO, 2013, p.5).

Tendo mostrado os seus princípios, a Cooperação Sul-Sul também tem as suas características, que se nos afiguram como não rígidas, quer dizer, dependendo da área de interesses dos cooperantes, ela pode adquirir as outras características, conforme aponta Pino (2013, p.38).

Entre as suas principais características, encontra-se a integração de três elementos vinculados ao enfoque do desenvolvimento de capacidades: a formação de recursos humanos, o fortalecimento organizacional e o desenvolvimento institucional. (PINO, 2013, p.38)

Dentre as três características mencionadas, enfocamos nosso objeto de estudo na ação que possibilitam o desenvolvimento da agricultura da população na província de Nacala. Mas antes de entrar neste assunto, pretendemos continuar com a cooperação triangular, para entender com pormenores a sua essência. Ou seja, conhecer como países como Brasil, Japão e Moçambique se atrelaram ao Programa ProSavana Nacala.

CAPÍTULO 3 DINÂMICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIPARTIDA: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PARCERIA BRASIL E JAPÃO

O Brasil surgiu como país emergente com maior visibilidade a partir do momento em que começou a mudar a direção da sua política externa. No Brasil, se intensifica o debate sobre o lugar da cooperação e dos investimentos internacionais como parte constituinte de novas diretrizes da política externa do país (SCHLESINGER, 2013, p.7). A pressão, também vinculada à busca pela nova saída, chega às empresas multinacionais brasileiras através da corrida para novos mercados na África.

A Cooperação Triangular (CTR) e o Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), são modalidades que, em certa medida tendem a ser complexas, devido às suas similaridades. Similaridades estas que o Programa de Parceria Brasil e Japão é conhecido como programa que leve a cooperação Sul-Sul entre os dois países no plano concreto. Em outras palavras o programa é o resultado dessa modalidade de cooperação. No entanto, nota-se que este período de amadurecimento e ampliação das atividades do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), com as novas estratégias desenhadas pelo Brasil, cooperação Norte-Sul e países africanos, possibilitam a triangulação das atividades ou dos projetos (PROGRAMA DE PARCERIA BRASIL-JAPÃO-PPBJ, 2010, p.7).

Segundo o PPBJ (2010, p.7), o Brasil e Japão já vinham sendo parceiros desde 1985, no Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP), que reflete o interesse de países em desenvolvimento a respeito do trabalho de instituições brasileiras atuando com a cooperação japonesa.

O Programa de Parceria Brasil Japão (PPBJ) surgiu com o objetivo de promover a capacitação dos técnicos da América Latina e, posteriormente, de países africanos de expressão portuguesa e do Timor-Leste. O SENAI-MG foi a primeira instituição a utilizar a modalidade de Cooperação Técnica Para o Desenvolvimento. Vale lembrar que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na atualidade, encontra-se nos países africanos, principalmente os de língua portuguesa. com a influência brasileira na Cooperação Sul-Sul.

De acordo com Maria Manuela Afonso (2005, p.73), a Cooperação Técnica (CT) engloba ‘toda a gama das atividades de ajuda destinadas a desenvolver problemas de recursos humanos’, com foco na melhoria dos níveis de qualificação, conhecimentos, *know-how* técnico e aptidões produtivas de um país em vias de desenvolvimento.

A definição da Cooperação Técnica (CT) não é o grande interesse do nosso estudo, apesar de ser ao mesmo tempo importante, na medida em que possibilita o

entendimento da cooperação Sul-Sul, assim como da Cooperação Triangular (CTR). Os projetos de CTR, as suas estratégias, desde os parceiros até às iniciativas, apresentam certa similaridade com os da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD).

No que tange a agricultura expandida no continente africano, ou melhor, o que se pretende programar na chamada savana Nacala, tem-se como matriz o projeto Parceria Japão-Brasil. A cooperação triangular nos seus primórdios vinha sendo a cooperação técnica para o desenvolvimento, pelo que a literatura da política da cooperação internacional tem mostrado. A cooperação triangular muitas vezes é chamado de Cooperação Tripartida (PUENTE, 2010, p.191), mas também recebe a denominação de Cooperação Triangular ou Tripartida. O próprio projeto inicial de CT da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) têm as suas experiências de treinamento com base na experiência do projeto de cooperação técnica realizado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional do Japão (JICA) naquela unidade no Brasil.

Como podemos observar, o início do século XXI traz novas realidades para a política internacional através das conferências dos Estados, como os chamadas países emergentes. Quando se trata da Cooperação Sul-Sul, verificamos que a cooperação não se restringe aos países do Sul, mas sim é compartilhada entre os países, dependendo da relação destes em seus projetos de investimentos e a projeção no mercado internacional. A cooperação internacional para o desenvolvimento e os investimentos que a acompanham está passando por profundas e aceleradas transformações ‘que num certo sentido são a devida consequência da crise econômica do ano 2008’ (SCHLESINGER, 2013, p.7 grifo nosso). A crise forçou os países a atrelar política de triangulação das ações e dos projetos. Estes tipos na sua maioria são projetos mais da ajuda humanitário, de ajuda de catástrofe naturais, resolução de conflitos, etc.

Para Sergio Schelesinger (2013, p.7), a expressão dos países com expectativas de correlação de forças no sistema internacional, se encontra em transição para uma configuração multipolar. A cooperação Sul-Sul tem ampliado seu papel na dinâmica da cooperação internacional, ao possibilitar a formação de novos blocos e grupos de países, como mostra Sergio Schlesinger (2013, p.7):

Os países como o Brasil, China e Índia têm acompanhado seus mecanismos de cooperação e investimentos como parte da disputa por um novo equilíbrio de poder em que o Brasil tem-se engajado com os seus investimentos nessa nova forma da disputa pelo mercado mundial principalmente aos da África, Moçambique, Angola, et, na exploração de minas e na industrialização da agricultura (SCHLESINGER,2013, p.7, grifo nosso).

A liderança brasileira na cooperação tende a somar esforços, buscando o equilíbrio de poder, com a possibilidade de diminuição das barreiras comerciais dos países e do próprio Brasil. De acordo com Sergio Schlesinger (2013, p. 7), a cooperação Sul-Sul, além das caracterizações gerais, sem especificação, pela dimensão dessa modalidade, como a econômica e a política, abrange iniciativas levadas a cabo no âmbito dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS), assim como as estratégias de cooperação de dois a três países num só projeto, em que os cooperantes são de diversos polos da política internacional. Esta é uma característica da cooperação brasileira, com seus projetos vinculados ao mercado, envolvendo instituições privadas, o que a torna pouco clara para a sociedade civil e para os movimentos sociais, por não haver clareza, também, na implementação dos projetos dessa natureza, a definição dos objetivos e discussão horizontal de plano diretor das atividades.

Como primeiro fator, vale mencionar as taxas sustentáveis de crescimento econômico que alcançaram muitos países ‘emergentes’ em termos de Produto Interno Bruto (PIB) nominal e as projeções de ampliação de seu peso na riqueza global (SCHLESINGER, 2013, p. 7). Ou seja, dentro da cooperação Sul-Sul Tripartida cooperam os países de Norte com os do Sul e também os do Sul com os do Norte, segundo a estratégia de Cooperação Triangular. Em muitos aspectos os próprios países emergentes, através das agências ou ainda das suas empresas multinacionais, atuam como parceiros de desenvolvimento.

No que tange à modalidade Tripartida, pelo que os estudos têm mostrado, há menos discussões conceituais a respeito desta. Nota-se uma escassez de estudos relacionados à modalidade de triangulação das políticas a partir dos projetos, no que toca à definição exata da modalidade (PUENTE, 2010, p. 191). A outra razão disso se deve à complexidade decorrente do envolvimento de países, agências e organizações internacionais, no âmbito público e privado, assim como à existência de projetos atrelados ao mercado e de outros tantos que visam a ajuda humanitária ou a cooperação solidária.

De acordo com Puente (2010, p.191), a Cooperação Técnica Horizontal em sua modalidade triangular é a execução de ações conjuntas por dois países (ou um país e um organismo internacional) que se unem a um terceiro país. As suas ações são sempre desenvolvidas numa relação de dois a três países ou até mais países ou organizações

internacionais. Nesta cooperação, de início não estão presentes três países, apenas dois, que acionam forças e depois envolvem o terceiro país.

A Cooperação Triangular (CTR) não surgiu do nada (PUENTE, 2010 p.191). Para compreender o seu surgimento é preciso ter a compreensão do que se trata e o que fazem estes países. Outra razão que legitima a Cooperação Triangular é a experiência que a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) teve com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) no Programa Parceria Brasil-Japão, o qual surgiu de uma relação de políticas internacionais (PUENTE, 2010 p.191).

Para Puente (2010, p.191), durante o seu processo de existência, ou formação, esta cooperação não aparecia com maior relevância por ser uma modalidade em construção na política internacional. Ou seja, uma modalidade em busca de ações que pudessem viabilizar seus objetivos, a fim de agregar mais países. A origem e a natureza da Cooperação Triangular são difíceis de estabelecer com precisão, por estar em um processo de construção de seus conteúdos, de discussão de sua definição, terminologias e aspectos operativos (PINTO, 2013, p.18).

A Cooperação Triangular é horizontal, conforme entendemos provinha da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). A razão disso se deve a questões financeiras e práticas, que ao longo do tempo se tornaram menos importantes (PUENTE, 2010, p.191). A triangulação da cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD) brasileiro ressurgiu mais recentemente, baseada nos pressupostos e em uma modalidade que busca a maximização de esforços. Vale ressaltar ainda que visava a preservação, na medida possível, da horizontalidade da cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD), que difere dos mecanismos tradicionais de financiamento de projetos, que tanto têm questionado os países do Sul.

Para Puente (2010, p.191), a iniciativa de cooperação triangular teve o seu início nos anos 1995, com o Japão, país com longa tradição de apoio à cooperação Sul-Sul, que foi pioneiro na modalidade de cooperação técnica para o desenvolvimento (CTPD) brasileiro. A participação do Brasil se considera indireta no sentido que envolve a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como o sua coordenadora assim como o Japão, através de Agência Japonesa de cooperação (JICA). Mas, ao mesmo tempo, compreende-se que a instituição é vinculada ao Ministério de Relações Exteriores (Itamaraty) com especificidade em coordenação de projetos e ações de cooperação internacional brasileira com diversos países.

O seu crescimento e ao mesmo tempo o seu reconhecimento como modalidade de cooperação, que envolve até três países, conferiu-lhe muito valor, pelo simples fato de combinar diferentes instituições, na busca conjunta de soluções de problemas que afetam uns e outros. No entanto, o seu desenvolvimento se insere num contexto de renovado rigor, assumido, hoje, pela Cooperação Sul-Sul (CSS) e impulsionado pela ascensão dos países emergentes e pelas transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento, que levaram à formação de novos blocos e a uma nova geografia política (PINTO, 2013, p. 07).

Segundo Pinto (2013, p. 13), “no século XXI, destacou-se o papel da Cooperação Triangular como modalidade que facilita a articulação e a convergência da Cooperação Sul-Sul (CSS) com a Cooperação Norte-Sul (CNS), em um jogo de ganhos triplos (*win-win-win*) para todas as partes”. Quando se diz jogo de ganho triplo, logo a nossa percepção se direciona a projetos de cooperação entre os países que visam projetos envolvendo empresas privadas. Temos então o caso das chamadas multinacionais, em áreas diversas, que têm entrado no continente africano nos últimos quinze anos. Lembrando que não é do nosso interesse analisar os projetos humanitários. Precisamente nos governos de Luís Inacio Lula da Silva, esta presença mostra um número expressivo de empresas brasileiras de diferentes setores no continente africano, principalmente em Moçambique (SCHLESINGER, 2013, p. 7).

Para Pinto (2013, p. 13), as partes envolvidas comparecem com os recursos de que dispõem, seja de ordem financeira, sejam recursos naturais, tecnológicos ou pelos seus esforços:

[...] de uma combinação de recursos financeiros e técnicos e tecnológicos destinados aos países receptores, de menor nível de desenvolvimento, pela visibilidade e ampliação da escala da cooperação promovida pelos países emergentes; e pela redução dos custos e da influência na CSS, que passam a adquirir os países desenvolvidos (PINTO, 2013, p. 13).

A participação dos países tem a ver também com sua possibilidade ou com os problemas que os afetam, ou ainda pelo domínio das tecnologias. Por outro lado, um país pode ter mais recursos financeiros e outro mais recursos naturais, terra, recursos minerais / hídricos, petróleo, ‘mão-de-obra barata’.

Estas iniciativas, segundo Puente (2010, p. 191), eles permitiram a costura das estratégias dos países assim como dos organismos internacionais interessados em contribuir para esforços agregados. Assim, é favorecida a disseminação de experiências nacionais, de políticas públicas de grande dimensão e de práticas pragmáticas de

desenvolvimento que são compartilhadas com Países Menos Avançados (PMAs). Para Maria Manuela (2005, p. 16), os Países Menos Avançados (PMAs), constituem um grupo de países, definido pelas Nações Unidas, que se situam abaixo dos limiares fixados quanto ao rendimento, diversificação econômica e desenvolvimento social (MANUELA, 2005, p. 16).

A Cooperação Técnica Triangular está completamente incorporada à prática da cooperação brasileira (PINTO, 2013, p. 08). O Brasil ao procurar voltar à África levou-se e ainda leva, entre seus argumentos políticos, a cooperação, como uma alternativa para que os países receptores, através das suas elites políticas, vislumbassem o ‘alcance do desenvolvimento das suas populações ou sociedades’ e a possibilidade de ‘acabar com a fome’, através da agricultura de agronegócios. Isto assim se passou nos momentos iniciais da cooperação, que constituía uma modalidade muito recente na trajetória das agências governamentais envolvidas em sua realização. Nos últimos cinco anos, tem-se observado uma tendência crescente e uma intensidade maior das demandas por parte dos países africanos que o Brasil recebe para compartilhar suas experiências no âmbito do conhecimento especializado em esquemas de triangulação (PINTO, 2013, p. 08).

Para Pinto (2013, p.08), trata-se, também, de uma tática de autopromoção nacional dentro de uma estratégia mais ampla de relações externas (PINTO, 2013, p. 08). A cooperação triangular aos poucos começou a conquistar o reconhecimento na política internacional, com a maior relevância a partir dos anos 2004, com a entrada direta do Brasil nos esforços diplomáticos. Esta modalidade de cooperação teve início na ação de estabilização política do Haiti, país caribenho. (PINTO, 2013, p. 08).

Após as mudanças registradas nas relações internacionais neste novo milênio, aceleradas pela crise econômica de 2008 e pelas que se seguiram, torna-se possível entender porque determinados países emergentes e outros países de renda média (PRMs) vêm apostando na promoção do desenvolvimento internacional no âmbito de suas estratégias de política externa, assentada na transferência de tecnologia. (PINTO. 2013, p. 07).

A Cooperação Sul-Sul é o objeto construído de nossa pesquisa como um problema que pressupõe questionamento para sua melhor compreensão, a qual constitui o objetivo do nosso estudo. Se é evidente, que os movimentos sociais (UNAC, ADECRU, Liga Moçambicano de direitos Humanos, etc), contextão o Prosavana que baseou na cooperaçã Sul-Sul horizontal, merece a seguinte questão: a cooperação Sul-Sul horizontal mudou a cooperação tradicional vertical destinada aos países do Sul ou a sua

mudança é apenas aparente nos discursos políticos dos governantes? Ou ainda podemos perguntar se a mesma cooperação não é incorporada pelos países, para também buscar sua própria ascensão como potências ‘emergentes’, diante dos ‘países menos desenvolvidos’, em relação aos princípios da própria cooperação como alternativa, como se tornou uma estratégia de contínua dominação dos países do Norte sobre os do Sul ou ainda de pura dominação, como se observa em Moçambique?

A resposta destas questões está logo nas definições da Cooperação Sul-Sul, a qual inclui os países de prática da cooperação tradicional, a contínua busca pelo mercado e a soma dos lucros, já que percorre o nível privado e o público. Isto é facilmente detectado quando se observa a Cooperação Triangular, principalmente na expansão agrícola por agronegócios. Assim sendo, no ambiente privado internacional, sobressaem as empresas multinacionais. E ainda,

a cooperação triangular envolve entidades nacionais ministérios, secretarias estaduais, universidades e centros de pesquisas, empresas públicas, empresas privadas assim como privadas de interesse público, etc. (PUENTE, 2010, p,193).

A nova descrição apresenta o acordo de Cooperação Triangular sem determinar as condições regidas pelo fato de ser polo Sul ou Norte, como se tem questionado.

Para Pinto (2013, p. 9), articulação e combinação de esforços começaram a envolver mais países como Canadá, Espanha, Japão, EUA e dentre os multilaterais, organismos internacionais, empresas, bancos de investimento (que em discursos são mencionados como “ajuda”), EMBRAPA, o BIRD, etc. Em relação aos organismos internacionais, isto surgiu como estratégia de intervenção conjunta das instituições públicas com as privadas.

A Cooperação Triangular está completamente incorporada na prática da cooperação brasileira, embora ainda seja uma modalidade muito recente na trajetória das agências governamentais envolvidas em sua realização (PINTO, 2013, p. 08). A política internacional brasileira no início do século XXI passou a liderar esta modalidade cooperação.

Para os países emergentes, a Cooperação Triangular é uma forma de multiplicar a Cooperação Sul-Sul, com o apoio financeiro e técnico dos países doadores e de organismos multilaterais (PINTO, 2013, p. 08). Dentro dessa variedade, tornaram-se mais volumoso em recursos e tamanho os seus projetos, bem como mais ampla a esfera geográfica de atuação e os campos temáticos que desenvolvem. Não é do nosso interesse incluir como de projetos de educação.

Para Pinto (2013, p. 08), em diferentes geometrias e com um número variável de sócios bilaterais, Japão, Alemanha, Estados Unidos, Espanha, Itália etc., são os parceiros do Brasil nesta modalidade de cooperação e estes países, como se pode notar, fazem parte do Norte, ou seja, na sua maioria são países desenvolvidos. Este fato se observa no Projeto de “Apoio à aquicultura no Cameroun”, do qual participam Canada, Brasil e Cameroun (CATÁLOGO, 2011, p. 55).

As instituições que estão usando a Cooperação Triangular, como mostra Pinto, (2013, p. 08) podem ser:

As multilaterais podem ser Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO sigla em inglês); Programa Mundial de Alimentos (PMA); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO sigla em inglês); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA sigla em inglês); Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC sigla em inglês); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), União Europeia (UE), as agências de cooperação internacional como ABC do Brasil e JICA do Japão (PINTO, 2013, p. 08).

O Brasil possui um amplo conhecimento de tecnologia desenvolvida e adaptada à sua forte interação com o Japão na área da agricultura e criação de animais.

De acordo com Puente (2010, p.193), na busca desse fim (mercado) o Brasil, juntamente com o Japão, procura transferir tecnologia para países beneficiários, que se situam na América- Latina e na África. Acrescenta o autor que, no seu início, foram capacitados mais de 150 técnicos latino-americanos e africanos lusófonos, em iniciativas consideradas como um modelo de cooperação triangular.

Segundo Heleno e Martins (2014, p. 227), o Brasil ambiciona aprofundar sua inserção internacional por meio da sua crescente presença política, diplomática e econômica no continente africano. A iniciativa no seu conjunto agrega à agropecuária, saúde, energia e exploração de recursos minerais, indústria, meio ambiente, transporte e defesa civil, entre outros.

A partir do ano 2000, a ação da estratégia triangular mostrou-se maior e mais madura em termos de consistência, com ênfase na conquista de mais parceiros no mercado internacional. O Brasil e o Japão assinaram acordo para programa de parceria entre os dois países, o Programa de Parceria Nipo-brasileira (*Japan-Brazil Partnership Program*), a matriz do ProSavana (PUENTE, 2010, p.193).

No seu projeto piloto, os primeiros países que fazem parte das áreas situadas acima são: Angola, Moçambique e Timor-Leste, que foi incluído posteriormente para ações a serem desenvolvidas nas áreas com maior relevância para a Cooperação Triangular (PUENTE, 2010, p.193). Percebe-se que existem dúvidas em relação a valores de

investimentos financeiros do Brasil na Cooperação Triangular, por parte de estudos acadêmicos e institucionais, como no caso do IPEA, mas vale lembrar que a dúvida não implica em inexistência de dados completos e atualizados e que também nossos objetivos se prendem não tanto à quantificação de valores, mas sobretudo à qualidade e à realidade dos investimentos.

Como apontam o Catálogo de ABC (2010) e Puente (2013, p. 41), os projetos de cooperação Sul-Sul Triangular do Brasil podem ser:

“1) Fortalecimento do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Tem como países parceiros: EUA Brasil Moçambique. 2) Melhoria da capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala em Moçambique (ProSavana). Países cooperadores Brasil, Japão e Moçambique. 3) Apoio à Aquicultura no Camerão. Parceiros: Brasil, França, Canadá e Camerão. 4) Centro de formação das forças de segurança de Guiné-Bissau. Parceiros: Brasil, Guiné-Bissau e Organismo internacional- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). 5) Fortalecimento e capacitação técnica das instituições de saúde para atendimento às mulheres e adolescentes vítimas de violência baseada em gênero e promoção de Saúde. Países parceiros: Brasil, Guiné-Bissau e Organismo Internacional- Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP). 6) Capacitação técnica de Moçambicanos em agricultura de conservação. Parceiros: Brasil, França e Moçambique. 7) Fortalecimento institucional do Instituto Nacional de normalização e qualidade de Moçambique (INNNOQ). Parceiros: Brasil, Alemanha e Moçambique. 8) Suporte técnico à plataforma de inovação agropecuária de Moçambique. Parceiros: Brasil, Estados Unidos de América. 9) Implantação de bancos comunitários de sementes e capacitação para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais / crioulas em áreas de agricultura familiar. Parceiros: Brasil, África do Sul, Moçambique e Namíbia. 10) Missão de Cooperação Técnica na área de agricultura familiar, para resgate, produção e melhoramento de sementes crioulas. Parceiros: Brasil, África do Sul, Moçambique e Namíbia.”

Observe-se que os projetos criados têm como o maior parceiro, entre os países, o Brasil, com sua agência e empresas privadas, além de, com bastante destaque, o Japão. Para Puente (2010, p.193), as entidades participantes como organização ou empresas brasileiras até hoje, no caso, em Moçambique, na modalidade triangular são: Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), como empresas de capital públicas. A contribuição que esta citação longa pode nos dar é a compreensão de os projetos da cooperação triangular não somente da ajuda ou cooperação solidária, mas também existem projetos de interesses pela exploração de recursos naturais, de mecanização de agricultura a conhecida agronegócios.

Na literatura acadêmica, são externadas as preocupações sobre os efeitos de a Cooperação Triangular (CTR) na apropriação e na liderança dos países receptores, uma vez que este instrumento é concebido apenas como um mecanismo de fortalecimento de

alianças entre doadores tradicionais, com as suas empresas de capitais internacionais (PINO. 2013, p, 34). Fato que já temos relatado da mistura dos países ou empresas do Sul e Norte, que é encoberto pelo discurso da Cooperação Sul-Sul na política internacional, como é observado a partir do início do século XXI. Ou para complicar mais, o entendimento de que só os países do Sul-Sul podem se fazer desenvolver entre si, o que acontece no caso dos projetos do mercado e do setor privado, que provocam em muitos casos críticas dos movimentos sociais, tendo como exemplo concreto o agronegócio no cerrado brasileiro e ProSavana JBM de Moçambique (CARTA ABERTA 2013).

A posição que o Brasil vem tomando na sua política externa, em relação ao Japão e Moçambique, mostra seus interesses. E quando se fala de interesses, no caso de Moçambique, há que realçar todo o entendimento por parte da classe política, sem a conjugação dos esforços com a sociedade civil e os movimentos sociais, que esclarecemos com mais ênfase no próximo capítulo. Pesa-se ainda que tanto a Cooperação Sul-Sul como a Cooperação Triangular que representam um instrumento da política externa brasileira pode levar o país sua política externa conxtada pelos movimentos sociais / organizações não governamentais do país beneficiário. Um caso concreto está bem evidente com a empresa vale e a própria Prosavana que estamos estudando.

A cooperação preocupado com o mercado (livre concorrência no mercado sem intervenção do Estado), mostra bem claro que não é a via única de implementar projetos de cooperação com a maior viabilidade quando se pensa o desenvolvimento humano. Esta discussão será ampliada no nosso último capítulo, quando apresentarmos empresas de muitos países, inclusive dos Estados Unidos, de Portugal, etc. Ambas as modalidades contribuem para o alcance dos objetivos, em diversos sentidos, dos interesses nacionais, internacionais e das manobras da classe política, entre as quais se destacam a difusão do modelo brasileiro de desenvolvimento, o estreitamento dos laços com outros países e a construção de uma imagem de 'potência emergente, comprometida com a tarefa do desenvolvimento internacional. E diante de organizações e empresas multinacionais, como funciona a relação da modalidade triangular envolvendo dois setores, privado e público, de três países? A resposta da nossa questão advém da apreciação de como a modalidade funciona em termos de agregação das instituições e países.

Por não haver menção explícita à atuação em terceiros países no Acordo Básico de Cooperação Técnica vigente entre o Brasil e o Japão (de natureza estritamente bilateral), houve, inicialmente, dúvidas acerca da viabilidade jurídica das iniciativas. Segundo Puente (2010, p. 194), posteriormente, a solução jurídica encontrada passou por

uma fórmula, algo engenhosa, com a inserção de cada projeto e atividade triangular nos instrumentos bilaterais existentes entre os três países envolvidos. Assim, à guisa de ilustração, o projeto de cooperação técnica triangular do Brasil com Japão em Angola teria que ser inserido, de acordo com seus elementos de financiamento, não somente no âmbito do Acordo Básico bilateral Brasil-Japão, mas também nos âmbitos do Acordo Básico Brasil-Angola e do instrumento bilateral existente entre Japão e Angola. Essa fórmula, *faute de mieux*, ou seja, na falta de outra melhor, acabou por ser adotada também em outras iniciativas triangulares da CTPD brasileira.

Não estamos negando a importância dessa modalidade mas sim estamos tentando trazer as suas falhas. Para Puente (2010, p.197), a triangulação (horizontal) com agências ou organismos multilaterais ressurgiu, em novas bases, a partir do ano 2002, mediante um mecanismo de atuação verdadeiramente conjunta. Os países considerados beneficiários são representados pelos seus ministérios, o que corresponde à área da intervenção do projeto ou programa a ser executado, como pode constatar em Moçambique, representado pelo seu Ministério da Agricultura (MINAG).

As instituições federais envolvidas em projetos de cooperação técnica, assim como as cidades e governos estaduais, estão diversificando a gama de suas alianças (PINTO, 2013, p. 8). O envolvimento das instituições fomenta a sua participação na modalidade da CTR em setores como desenvolvimento agrícola, saúde e educação, especialmente na África.

Nessa cooperação triangular da Agência Brasileira de cooperação, o país conta com Fundo da População das Nações Unidas (FNUAP) no período 2002-2006, na cooperação Sul-Sul nos acompanhamentos das iniciativas sociais. Nesta modalidade o Brasil começou com o Fundo de Nações Unidas Para a População (FNUAP) e no ano 2004 se estendeu a outros parceiros multilaterais (PUENTE, 2010, p.197).

Os países envolvidos nesta cooperação são da América - Latina, Caribe e África, na sua maioria de língua portuguesa (PUENTE, 2010, p. 199). A estratégia do Brasil funciona com o Banco Mundial, Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), Fórum de Diálogo que congrega a Índia, o Brasil e a África do Sul (FUNDO IBAS), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, sigla em inglês (FAO) e outros organismos multilaterais e regionais como temos mostrado acima. Alguns agentes privados, como a Fundação Bill e Melinda Gates, já manifestaram seu interesse em se associar ao Brasil em iniciativas triangulares, no continente africano. (PINTO, 2013, p. 08). Como entidades cooperantes vão ser adicionadas a EMPRAPA e a FIOCRUZ.

Para Puente (2010, p.191), a atuação leva em consideração a coletividade dos atores ou órgãos de elaboração da cooperação triangular e visa a identificação, a elaboração e a aprovação conjunta de projetos de cooperação técnica para o terceiro país. Entendemos por terceiro país, a posição que Moçambique ocupa entre Brasil e Japão, com a ‘participação mais ativa e mais participativa do país beneficiário’. A participação maior em relação a Moçambique refere-se por ter sido executado o ProSavana no seu território, ou seja, direta ou indiretamente, constitui o alvo do programa a população moçambicana.

A escolha do país parceiro depende da modalidade de cooperação escolhida e decorre de decisão política e estratégica relevante da parte dos países envolvidos, segundo sua forma de atuação política internacional. Com as iniciativas pioneiras da CTPD e estratégias triangulares, foi posto em prática o Programa de Treinamento em Terceiros Países (TCTP), instituído no início do ano 1990 (PUENTE, 2010. p. 192).

Em relação aos recursos humanos, este programa forma os que vêm dos terceiros países, integrantes dos blocos dos países do terceiro mundo. Nestes a sua maioria se encontra na América Latina e na África principalmente lusófona, como já mencionamos anteriormente (PUENTE, 2010. p. 192).

Para Pinto (2013, p.25) elemento frequente nos debates sobre a CTR é a determinação de sua escala, sistemas de registro e mecanismos de financiamento. Novamente, nessas três dimensões, as incertezas são muitas. E a sua escala é difícil de determinar, pois nem os doadores tradicionais, nem os países emergentes informam separadamente sobre os fundos destinados à sua promoção (PINTO, 2013, p. 25).

Conforme Pinto (2013, p. 25), grande parte dos projetos fornece cooperação técnica por meio do envio de especialistas, missões de identificação ou programas de ‘construção de capacidades’. Os projetos privilegiam como setores de maior destaque da Cooperação Trinagular os domínios da administração pública, a saúde, a gestão de recursos hídricos, a capacidade profissional, a agricultura e a transferência tecnológica. Estes campos de atuação refletem as áreas de domínio e maior conhecimento científico e tecnológico dos países emergentes e de renda média e que também correspondem às demandas dos países beneficiários (PINTO, 2013, p. 26).

Como temos mostrado, há dificuldade em encontrar estudos sobre a Cooperação Triangular e também sobre os orçamentos aplicados, como constata Pinto.

É possível que muitas contribuições a projetos triangulares estejam ‘ocultas’ ao serem registradas como financiamento bilateral. O sistema de estatísticas

do CAD/OCDE não possui nenhum campo no qual os países doadores possam informar sobre os recursos que destinam à CTR. (2013, p. 25)

O fato exemplar da sua afirmação explica o relatório que aponta como elemento primordial para encontrar os dados da modalidade que começou e fortificar e agregar países de diferentes polos.

Tampouco o relatório da CSS na Ibero - América da SEGIB oferece dados agregados sobre orçamentos ou financiamento da CTR, limitando-se a informar sobre custos parciais de projetos, sem que haja séries continuadas que facilitem a comparação e a análise. (PINTO, 2013, p. 26)

A maioria dos países não forneceu essa informação e isso se tornou uma carência de dados, por não ter sido estabelecido nenhum método de valoração, porém quase todos se referiram ao trabalho numa modalidade de custos compartilhados (PINTO, 2013, p. 28). E o percurso inicial da Cooperação Triangular tornou-se rápido em termos de junção de esforços entre países pelo debate que reina em torno da resolução do problema da fome nos países do polo Sul.

Para se ter uma leitura de base sustentável na compreensão da cooperação do Brasil com Moçambique, entendemos por bem criar o capítulo que se segue, no qual nos propomos discutir, em termos de parceria, a relação entre estes dois países e realçar as instituições públicas e privadas que fazem parte desta relação.

CAPÍTULO 4: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL-MOÇAMBIQUE

A história de Moçambique foi marcada pelo fenômeno da luta contra o colonialismo português e ainda por cima pela guerra civil que durou 16 anos (BRITO, 2008, p. 91). Além disso, Moçambique ainda passou por catástrofes naturais, as cheias.

Moçambique mostrou-se no início de século XXI, como campo da dinâmica de partilha que se observa no continente. Os vetores de poder agora são outros, bastante mais poderosos e pragmáticos (SARAIVA, 2013, p. 67). A contínua expansão das atividades da China e da Índia, com sua avidez por recursos minerais e estratégicos, nos leva a também observar os interesses que impulsionam estes países.

Para Visentini (2013, p, 135), a partir da criação da Comunidade dos Países Língua Portuguesa (CPLP) em 1996, o Brasil dá início a uma fase de aproximação com Moçambique, baseada na relação cultural e através de uma Cooperação Técnica voltada para a preservação de uma herança compartilhada.

Moçambique apesar de ter uma história compartilhada com o Brasil, sendo ambos os países ex-colônias portuguesas e de língua comum, manteve uma relação fria com o Brasil, de início, devido à falta de apoio deste ao movimento de independência moçambicana (VISENTINI 2013, p. 135). A relação fria explica pelo menos o que era a relação entre os dois países antes da independência e depois, como se pôde constatar nos cinco períodos da relação do Brasil com a África no capítulo anterior. Todavia este fato não significa a ausência de trocas comerciais, por existir uma ligação com os portugueses e, outrossim que podemos constatar através da história, de que houve escravizados africanos no Brasil que contribuíram grandemente na formação do povo brasileiro.

De acordo com Saraiva (2013, p.68), após o fim da guerra civil, Moçambique teve garantida uma certa normalidade, que também propiciou a exploração dos seus recursos e o amadurecimento das suas instituições, com a burocracia do Estado em busca de descentralização e participação do poder administrativo (BRITO, 2008, p. 91). Depois de o país sair de modelo de Estado que adotava, procurou adequar o Estado que envolve mais abertura na participação, “assim como fazer o poder público chegar aos seus cidadãos” (BRITO, 2008, p. 92). Ainda explica este autor que o ponto de partida foi, após a independência nacional em 1975, o fato de o Estado ter adotado um sistema político e econômico central planejado, com características do modelo socialista de administração pública.

A sua saída desse ‘modelo complexo’ explica, no caso específico do país, as dificuldades enfrentadas e as pretensões visadas pelo Estado. A complexidade deste modelo torna visível a dificuldade de interpretação dos protagonistas. Isto é, a dinâmica das próprias estruturas do poder tornava o Estado muito forte em nível central e muito fraco ao nível das províncias e dos distritos (BRITO, 2008, p.92).

Para Hilário Simões Cau (2011 p. 67), a cooperação é esporádica e sempre que ocorre é orientada por razões egoísticas individuais e não por um intrínseco desejo de cooperar. Do ponto de vista cooperante sempre há interesses, um fator impulsionador que leva à maior interação entre as partes. Quanto ao receptor, os interesses do seu cooperante sempre correspondem às suas necessidades primordiais. Isso quer dizer que, mesmo o Brasil e o Japão querendo ‘ajudar’ Moçambique, as ajudas sempre terão que corresponder, concomitantemente, aos interesses do Brasil e Japão e às necessidades de Moçambique. Isto é, Brasil e Japão têm interesses nos recursos minerais, na industrialização ou mecanização da agricultura, o que envolve pecuária, no mercado e nas terras baratas para a prática de agronegócios. Neste quadro soma-se a pressão das empresas multinacionais, que querem investir no mercado africano e também aproveitar as terras férteis e baratas, até com a mão de obra local em Moçambique.

Um dos estudiosos da cooperação citado por Hilário Simões Cau (2014, p. 68) demonstra que esta modalidade de relação política entre os Estados ou indivíduos vai além de seus objetivos e afirma que a cooperação poderia ser um caminho para o fortalecimento da democracia, quando se propõe políticas de inclusão das organizações da sociedade civil.

Para Hilário Simões Cau (2011, p. 68), toda cooperação internacional tem que se fundamentar numa percepção dos interesses do outro, assim como em iniciativas das partes, visando resultados simultâneos, homoganeamente distribuídos. A fundamentação na percepção dos interesses do outro, catalisa força do grupo de receptores e dos membros que o compõem, dinamizando as suas iniciativas mescladas entre as partes. Note-se que a cooperação poderia ser uma atividade de iniciativas de trabalhar junto com todos os corpos que compõem as partes cooperantes, sem haver interesses egoístas.

Por parte de Moçambique, tudo isso se dá a partir das necessidades advindas das dificuldades que o país apresenta, tais como a erradicação da fome e da pobreza, ao mesmo tempo. Tendo em vista as necessidades e os interesses das partes que cooperam é preciso haver intervenções mútuas, visando o alcance de soluções para ambas as partes (CAU, 2014). As ações da coletividade, mesmo sendo internas ou externas, sempre visam

interesses entre as partes, mas não significa que estas não sustentem as partes. E a sustentação ou resolução dos problemas, ou ainda as necessidades que isto envolve, deveriam ter o foco objetivo de satisfazer ambas as partes, um ‘ganho mútuo’ para melhor afastar as orientações egoístas.

Quanto a Moçambique, na política internacional com Brasil, constatamos que o país ainda é considerado um país de menor desenvolvimento relativo [...] e é extremamente dependente de ajuda externa (AID) (VILAS-BOAS, 2014, p. 62). Comenta o autor que o país mal pode fechar o orçamento do Estado sem ajuda externa, bem como as contas do Estado, cujo orçamento em 2012 contou com 39,5% de recursos advindos da ajuda internacional. Este é um dos fatos primordiais para entender a dependência que o país tem e a sua perspectiva de desenvolvimento.

Na cooperação, ‘a ajuda externa’ é vista como ‘alternativa’, ou seja, caminho viável, sem atropelamento, para o desenvolvimento, principalmente nos países africanos. Mas a pergunta é, com todas as ‘ajudas externas’ com os seus modelos de desenvolvimento, o que já tem sido feito concerne o desenvolvimento propriamente dito? Ou seja, o que resultaram nos países as ‘ajudas externas’ e os investimentos diretos e quanto aos recursos já explorados, que impacto apresenta ou apresentará isto na população?

Orlando Nipassa (2009, p. 6) nos mostra o que resulta, qual a verdadeira consequência da dependência externa, para um país como Moçambique. Aponta o autor:

Efetivamente, a atual situação tem se reduzido à fórmula ‘quanto mais ajuda externa nos dão, mais dependemos dela e mais a desejamos’ independentemente da sua qualidade e impacto. Em face deste quadro, pretendo defender que a ajuda externa não nos pode desenvolver. Pelo menos, não nas modalidades em que ela é realizada. Penso que a ajuda está a ser processada numa perspectiva instrumental, servindo preferencialmente aos interesses dos próprios doadores. Noutros termos, na sua versão instrumental a ajuda externa viabiliza a dominação dos doadores sobre os recipientes ao banalizar a sua dimensão política, facto que estrangula o sentido de dignidade, limita a autonomia do indivíduo, e compromete a possibilidade dos moçambicanos construírem o seu desenvolvimento (NIPASSA, 2009, p. 6).

Por outro lado, sempre se acredita na existência de uma alternativa de modelo de desenvolvimento, um desenvolvimento que não seja tão pressionado pela dependência do âmbito da cooperação internacional, ou seja, um desenvolvimento da capacidade, que fará dos cidadãos os responsáveis de seu próprio desenvolvimento.

O Relatório do PNUD (2008) sobre o Desenvolvimento Humano 2007/2008 posiciona Moçambique no fundo do grupo dos países com desenvolvimento humano baixo, na triste posição 172ª no universo de 177 países classificados (NIPASSA,

ORLANDO 2009, p.16). Cabe salientar que a situação atual corresponde a uma queda de 4 pontos em relação ao IDH de 2006 quando figurava em 168º lugar.

Quanto à sua inserção na política internacional, Moçambique é apontado como um caso modelar de inserção internacional no início do século XXI (SARAIIVA, 2012, p.65), tendo em vista a alta velocidade das instituições nas assinaturas de cooperação com Moçambique. A cooperação do Brasil estendeu-se a outros países africanos, como por exemplo Gana, onde foram instalados laboratórios estratégicos pela EMBRAPA em Acra (EMBRAPA, 2015).

Na perspectiva de Heleno e Martins (2014, p. 128), os rumos e as decisões da política externa não são definidos pelo conjunto do bloco social do poder que dá suporte a um governo, mas por alguns setores hegemônicos desse bloco. Não podemos apontar o outro sector hegemônico além da agricultura e os camponeses do corredor de Nacala. Ou seja, na busca de se inserir no mercado de exportação e importação, Moçambique precisa desenhar e definir os planos e estratégias dos seus setores mais prioritários, como por exemplo intensificar a exploração dos seus recursos, introduzir de modelos de agriculturas, etc. Estes são fatos que combinam, também, com a pretensão do Brasil. Sem deixar de lado as pequenas organizações que são base de qualquer tipo de desenvolvimento.

O Brasil ambiciona aprofundar sua inserção internacional por meio de sua crescente presença política, diplomática e econômica no continente africano (HELENO e MARTINS, 2014, p.128). A ambição deste país se apresentou com maior dinâmica e interesse, notadamente nos governos de presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003 com a sua nova forma de direcionar o país a caminho do continente africano e também teve continuidade nos mandatos de Dilma Rousseff.

O crescimento da cooperação também se traduziu nas relações comerciais entre Brasil e Moçambique, que se consolidaram a partir de 2013 (VISENTINI, 2012, p. 135). Não mais fechada somente nas ajudas para a manutenção de paz, relação cultural ou ainda ajuda humanitária, a cooperação apresentou investimento direto através das multinacionais.

No contexto de crescimento global e de oportunidades o governo Lula intensificou a presença brasileira na África, movido por uma nova proposta de inserção internacional do Brasil (HELENO e MARTINS, 2014, p.128). Detalhar este assunto exige um estudo que possibilite observar as novas alianças políticas criadas recentemente, ou grupos

formados por maiorias dos países chamadas ‘emergentes’, de cuja liderança o Brasil faz parte e a Moçambique.

A consolidação dessa relação tem sofrido alteração. Segundo Visentini (2013, p. 135), o Brasil vem traçando a sua nova trajetória política no sentido mais sólido depois que começou com ações de apoio às iniciativas de paz em Moçambique, assim como em outros países de língua portuguesa, com exceção de Portugal. Neste sentido, é válido indagar, o que estimulou o Brasil a voltar sua participação política internacional para o continente africano, principalmente para países da língua portuguesa, especificamente Moçambique?

A resposta da nossa questão se vale da obra de Saraiva (2012, p. 65), cuja citação do relatório do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano 2006, mostra que o país foi vistoriado de forma alvissareira e nele detectada grandeza e potencialidade econômica, no quadro histórico atual do continente africano. Ou seja, Moçambique é um dos países africanos que apresenta maior riqueza e sua facilidade de comunicação com o Brasil não se restringe à língua portuguesa, mas à fácil entrada e saída pelo oceano para outras partes do mundo, devido a seus portos e igualmente, devido aos caminhos de ferro, a fácil penetração para o interior do continente.

Segundo Júlia Covre Villas-Bôas (2014, p. 134), além dessa razão, o relatório do MDIC identifica motivos pelos quais o Brasil poderia se tornar um grande parceiro de Moçambique. Estas características que faz aproximar os dois países são as seguintes: I) localização geográfica privilegiada, em meio à rota oceânica entre a América do Sul e a Ásia. II) os portos moçambicanos servem a uma vasta região do interior do continente africano. III) possibilidade de importação de grandes volumes de *commodities* minerais de Moçambique, de forma a viabilizar cargueiros que, de outra forma, fariam a viagem de volta ao Brasil sem estar com plena carga. IV) afinidades culturais e língua comum.

A cidade de Maputo é uma das portas de entrada e com a facilitada geografia moçambicana, um corredor turístico (SARAIVA, 2013, p. 67). Este fato possibilita e facilita a comunicação por toda forma e capacita o país, diante do capitalismo internacional, para a exportação ou a importação de qualquer serviço ou produto. Na relação comercial entre os dois países, destacam-se, do lado brasileiro, gêneros alimentícios, carne de frango, leite, chocolates, biscoitos e outros produtos tais como remédios de polímeros de etileno e pedras preciosas pouco trabalhadas, materiais de construção, tijolos e ladrilhos, veículos e peças, tratores e reboques.

Entendemos que a visão do ProSavana focada somente na relação com as empresas nacionais, reduz a nossa percepção, necessária para a resposta da questão. Porque se percebe que esta visão tem ocultado a busca do mercado internacional pelas chamadas multinacionais brasileiras, as quais têm direcionado os seus projetos para a África e igualmente a busca de equilíbrio do conselho de segurança da ONU e as novas formações políticas internacionais que têm surgido precisamente no princípio de século XXI, as quais revelam não só a pretensão brasileira, como a dos demais países emergentes.

Interessante observar que a dinâmica setorial da economia moçambicana está em sintonia com as empresas brasileiras que atuam no país. Boa parte das empresas brasileiras que atuam hoje em Moçambique foram atraídas por obras para viabilizar a exploração de seus recursos naturais. Aliás, essa dinâmica já explica em grande medida porque Moçambique se destacou entre os países africanos como destino das empresas brasileiras. Os laços entre as empresas nacionais, analogamente às redes de migração internacional, faz com que empresas nacionais atraiam outras empresas nacionais, tanto por desbravarem o mercado, quanto pela ‘experiência positiva’ (VILLAS-BÔAS, 2014, p. 114).

Com estas facilidades de comunicação, Moçambique possibilitou às empresas brasileiras um novo mercado (VILLAS-BÔAS, (2014, p.134). As áreas de oportunidade de investimentos em Moçambique, se localizam na agricultura comercial e no extrativismo mineral, tendo em vista que, depois da independência o país até agora tem explorado muito pouco os seus minerais e a reservas, com grande potencial de acesso. É esta facilidade que constitui seriamente a maior possibilidade apresentada pelo Programa ProSavana de Moçambique na província do Corredor de Nacala. (VILLAS-BÔAS, (2014, p.134),

Apesar de país apresentar estas potencialidades, mostra Visentini (2013, p.135), Moçambique tem enfrentado VIH/ AIDS e mereceu a sua luta. Com a participação do Brasil, o combate a este fenômeno resultou em projetos diversificados na saúde (HIV/AIDS). Todavia em termos absolutos, os indicadores sociais não são bastante agradáveis ainda hoje. O país está entre no índice ID mais baixo do mundo, apesar de haver melhoria na rede escolar, que foi recuperada nos últimos anos (SARAIVA, 2013, p.68).

Moçambique foi considerado ‘tigre’ africano, como aconteceu com países da Ásia em 1980 e 1990 (SARAIVA, 2013, p.70). O país ultrapassou nos últimos anos, todas as

metas estabelecidas pelas instituições financeiras internacionais. Isto mereceu atenção, por ter relação com a economia externa. O alcance das metas traçadas pelos organismos internacionais não significa o alcance do desenvolvimento, porém justificar isso exige que traçemos novos objetivos da pesquisa ou nos desviemos dos nossos objetivos traçados.

A dependência externa que o país tem como economia leva-o a se identificar com modelos de dependências. Significa entender que segue o modelo da relação colonial (SARAIVA. 2013, p. 70). Seria uma relação de exportação de produtos primários e importação de bens com alto valor agregado. O fato é que, não só Moçambique, mas, maioria dos países africanos que importam vivencia essa realidade. Schlesinger, em outra versão do estudo da cooperação Brasil- Moçambique, mostra que as empresas multinacionais atuam em diversas áreas além das áreas que apresentamos. (SCHLESINGER, 2013, p.12)

Os investimentos de grandes empresas brasileiras em Moçambique começaram a se fazer presente nos anos 1990 (SCHLESINGER, 2013, p.12). A cooperação entre os dois países, também a sua notória forma de política internacional neste período, se tornou um fato concreto, não simplesmente por serem países de língua portuguesa, podemos dizer que esta cooperação foi além da afinidade cultural.

A Cooperação Técnica Sul-Sul, Brasil-Moçambique está amparada pelo Acordo Geral, assinado em 15 de setembro de 1981 e promulgado em 09 de junho de 1984, segundo a Agência Brasileira de Cooperação (CATÁLOGO, 2010). No mesmo ano, o programa bilateral de Cooperação Técnica Brasil-Moçambique conjugava 21 projetos em execução e 9 projetos em negociação.

So nos mandatos do ex-presidente Lula da Silva podemos elencar os projetos de cooperação entre os dois países com os dados apresentados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). De acordo com o catálogo da cooperação técnica da ABC (2010), o Brasil matinha cooperação com Moçambique em um universo de 30 projetos. Nestes, 14 da modalidade bilateral e 4 da CTR já executados. Havia 12 da cooperação técnica bilateral e 4 da CTR em processo de negociação. Importante salientar que entres os projetos da cooperação do Brasil com Moçambique seja ela bilateral ou CTR, o setor de agricultura é um dos setores importantes do mercado, que mais levou projetos, aponta o Catálogo de Cooperação Técnica. (CATÁLOGO 2010, p. 186).

Os novos projetos assinados no decorrer do ano 2011, segundo a Agência Brasileira de Cooperação (2011), foram os seguintes: "Modernização da Previdência

Social de Moçambique”; "Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados”; "Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique”; "Apoio à Implantação do Centro de Tele-saúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique”; "Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa Mais Alimentos África em Moçambique”; e "Implantação de Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais / crioulas em áreas de agricultura familiar em Moçambique e África do Sul”. Até nes qui pode perceber um outra lado da cooperação apontado por Heleno e Martins (2013)

Segundo Schlesinger (2013 p.12), em Moçambique no ano 2004 a empresa brasileira Vale, começou as suas ações no país. A empresa Vale obteve os direitos de exploração de reservas de duas minas de carvão em Moatize, na bacia do Rio Zambeze, província de Tete. A mina de Moçambique a qual explora a Vale é considerada a segunda maior mina de carvão a céu aberto do mundo e o maior empreendimento de mineração fora do Brasil (SCHLESINGER, 2013, p.12). Esta tem provocado deslocamento das populações locais e como resposta da sociedade civil foi alvo de ações de protestos nas ruas, em bloquear e paralisar a exploração (ATINGIDOS PELA VALE, 2015).

Por sua vez, chega a empresa de construção Odebrecht, que constrói a instalação da mina de carvão da Vale, em Moatize (SCHLESINGER, 2013, p.13). Resume a sua atuação em obras de minas, infraestruturas, rodovias e construção de usinas da Vale, como também é encarregada de construir casas para as famílias desalojadas (ATINGIDOS, PELA VALE. 2015).

Além do consórcio com a Odebrecht na mina da Vale em Moatize, a Camargo Corrêa possui negócios em Moçambique nas áreas de produção de cimento e construção de uma hidrelétrica. Em 2010, a Camargo adquiriu 51% da empresa Cimento de Nacala (CINAC), do grupo moçambicano INSITEC (SCHLESINGER 2013, p.14).

Moçambique mostrou interesse de substituir a gasolina por biocombustíveis, pois importa 100% do petróleo que consome (SCHLESINGER, 2013, p.14). O governo deste país estuda a possibilidade de introduzir uma mistura obrigatória de 10%de etanol à gasolina. Fato que ensejou a atuação da empresa Guarani, cujo capital se divide entre a Tereos e a Petrobrás Biocombustíveis e também já possui usina de produção de açúcar em Moçambique.

De acordo com Schlesinger (2013, p.14), a Guarani anunciou em dezembro de 2010, o início de estudos para produzir etanol naquele país em parceria com Petróleos de

Moçambique (Petromoç). E outra gigante empresa que merece o nosso destaque é a Eletrobrás, que atua em Moçambique. A empresa participará na instalação de duas linhas transmissão de 1,5 mil quilômetros de extensão cada, partindo da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, a ser construída pela Camargo Corrêa. As estatais de energia de Moçambique (EDM), França (EDF) e África do Sul serão sócias da Eletrobrás no projeto da linha de transmissão.(SCHLESINGER, 2013, p. 14).

O BNDES voltou-se para Moçambique na esteira do projeto de carvão de Moatize onde opera a Vale (SCHLESINGER, 2013, p. 16). O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) ainda não obteve o financiamento para o projeto, que merece a atenção na cooperação entre os dois países. Apesar de ter abandonado Moçambique em momentos anteriores, reapareceu nesta dinâmica, participando em diversos projetos, como a construção do aeroporto de Nacala, a cargo da Odebrecht, a construção da barragem com a empresa Andrade Gutierrez e ainda tem expectativa de receber financiamento para a implantação de uma zona franca e de um porto em Nacala.

Nota-se que, com sua volta o BNDES ampliou a participação e investimentos, assim como amplificou institucionalmente sua administração (SCHLESINGER, 2012, p. 16). Em abril de 2013, foi criada pelo BNDES uma nova diretoria que cuidaria dos assuntos relacionados à África, América Latina e Caribe. O seu objetivo foi aumentar o financiamento a empresas brasileiras que exportam bens e serviços para países destas duas margens. A sua volta também influenciou a formação de companhias brasileiras com objetivos de disputa no mercado internacional, como está acontecendo em Moçambique com as empresas de diferentes nacionalidades.

A atuação destas empresas (Odebrecht¹, Camargo Corrêa e BNDES) merece a nossa atenção, sem ignorar o chamado ‘mercado livre’, onde uns querem destruir os outros, quanto ao seguinte: será que não existem construtoras nacionais (empresas nacionais, públicas ou privadas) que possam pelo menos se encarregar de construir as casas para as populações deslocadas pela Vale na exploração? E o interessante não é a resposta, mas pensar até que ponto o país pode pretender se industrializar com a presença das completamente dominadoras empresas multinacionais, sem criar a possibilidade de alavancar as nacionais? Seria isso a cooperação para o desenvolvimento que, não é nada

¹ Organização global, de origem brasileira, presente no Brasil e em mais de 20 países, (tem como compromisso a satisfação de Clientes, a geração de valor para os acionistas, o desenvolvimento das comunidades em que está inserida e a realização dos seus integrantes).

mais além do que (Heleno; Martins, 2014) chamam de cooperação ou dominação? E que, na mesma perspectiva, Visentini (2013, p. 93), chama de solidariedade ou interesse?

Sem margem de dúvida, a economia moçambicana segue as demais dinâmicas África (SARAIVA, 1013, p. 72). Nas diversas parcerias internacionais no país, da modernização econômica ao planejamento na agricultura de agronegócios, faz-se do país um caso em que os investidores do Norte e do Sul global, praticamente dividem meio a meio o espaço africano. Quando se fala de investidores do Norte e do Sul, observa-se que a cooperação Sul-Sul, com todos os seus princípios, não se sustenta em manter os investidores nos princípios traçados precisamente pela Cooperação Sul-Sul, que se discutiu na conferência de Bandung em 1955. Isto tem a pretensão de afirmar que a Cooperação Sul-Sul é uma modalidade hoje que, na atuação dos países com capitais internacionais, não difere dos países do Norte, mas sim depende do tipo de cooperação traçado. Isto é, um país do Sul pode ter a cooperação, de igual modo, dos países de Norte. Um exemplo na modalidade tripartida é o projeto entre Brasil, EUA e Moçambique. Em outras palavras, no início do século XXI, a cooperação Sul-Sul não é mais do que outro discurso meramente político (se levarmos em consideração o debate que resultaram na conferência de Bandung em 1945), que ainda é útil para a expansão do capitalismo e para os próprios países do Sul e principalmente para os africanos dos chamados países que estão em vias de crescimento, num rápido crescimento.

Segundo Saraiva (2013, p.72), ao se avaliar os mais importantes investidores externos em Moçambique é também elucidativo refletir sobre o movimento global empreendido pelo país e pelos capitais produtivos e financeiros internacionais. Fato que se pode constatar em parcerias internacionais com projetos que visam à exploração de recursos ou a entrada no mercado das instituições privadas.

PARTE II

AVALIAR PARA CONHECER E EMANCIPAR: MOÇAMBIQUE NA MIRA DO PROSAVANA

CAPÍTULO 1: MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, SOCIEDADE E DADOS AGRÍCOLAS.

Antes de adentrarmos no estudo da sociedade civil, do ProSavana e das empresas, é de maior importância voltar no nosso debate para revisar o processo histórico da região que hoje conhecemos como Moçambique, verificando como era a relação econômica entre as potências ou empresas internacionais que disputavam estes espaços. O nosso objetivo não é de discutir a independência e dados de agricultura como conceitos sociológicos, mas sim, de apresentar ao nosso leitor Moçambique como um país africano que apresenta a competição das empresas desde os períodos da colonização, assim como sua localização geográfica e os dados básicos de sua agricultura.

Na nossa pesquisa, percebemos importância de ampliar o debate da nova dinâmica das empresas estrangeiras com alguns dados históricos, que mostram que a República de Moçambique, antes da sua independência já vinha sendo palco de disputa entre as grandes companhias estrangeiras. E ainda mais, isto nos permite entender que a disputa de terra, tanto pelas empresas das grandes potências, como pelas empresas e a população local, têm também o seu sentido nos dados históricos, que mostram este fato desde a entrada dos indianos, árabes e portugueses na costa marítima da África. O processo veio alimentar o nosso desejo de entender que, o que século XXI está apresentando para a população moçambicana, não é um fenômeno de grande desconhecimento na história. E isso não significa dizer que é normal a ‘usurpação das terras dos nativos’, mas sim, utilizar a história como um caminho de suporte e de análise.

De acordo com Leila Hernandez (2008, p.582), o litoral leste do continente africano começou a ser visitado pelos portugueses entre os anos de 1497 e 1499, na primeira viagem que Vasco da Gama fez à Índia. Esta proporcionou o início de uma ligação marítima regular entre Ocidente e o Oriente. O navegador português, depois de aportar em Inhambane chegou em 1498 à ilha de Moçambique, assim como passou por Quilemane e Sofala (HERNANDEZ. 2008, p. 582).

Explica Hernandez (2008, p.582), que a priorização histórica deste litoral permite demonstrar que no século X, esta foi a costa de maior importância, quando Mombaça,

Melindi, Kilwa, Inhambe, Moçambique, Quilemane e Sofala eram entrepostos comerciais dominados por mercadores árabes de Omã e indianos islamizados de Guzerate, que em troca do ouro e do ferro, levavam algodão, porcelana, seda, miçangas, perfumes e drogas medicinais.

Os portugueses fundaram a sua feitoria-fortaleza em Sofala em 1505 onde adquiriam ouro do império pré-europeu do Monomotapa (1325-1700), este abrangia vários reinos vassallos com diferentes organizações políticas, que têm como as mais destacadas até o final do século XVII: Makaranga, Changamire, Zimba, Chicoa, Macua, Sedanga, Quissanga, Quiteve, Manica, Barué e Maungwe na província de Tete. No sentido econômico percebe-se que estes podiam comprar especiarias asiáticas como pimenta, canela, cravo-da-índia, etc. Com o desdobramento da história, os portugueses foram substituindo os árabes no controle do comércio de ouro, ferro, cobre e marfim.

Para Hernandez (2008, p. 583), a construção de uma feitoria-fortaleza em Moçambique fez parte da penetração dos portugueses para o interior do território em 1507 e do aumento do controle sobre Moçambique, que era considerado território estratégico, por ser ponto de escala na rota da Índia (HERNANDEZ, 2008, p. 583), constituindo um ponto de passagem de várias rotas de comércio vindas do interior do continente, do marfim, exportado para a Europa e para Ásia e do ouro para Goa, além de outros produtos trocados com ingleses, franceses, holandeses e com baleeiros norte-americanos. A fundação de Sena e Tete no alto Zambeze tornou possível o comércio diretamente com os makarangas, no coração do Monomotapa. Isto fez com que os portugueses, além de controlarem as vias de escoamento de ferro, cobre, marfim e ouro, passassem a ter acesso às zonas produtoras, ou seja às minas de Chimida, Dande, Butua e Manila e em seguida dominassem a ilha de Moçambique (HERNANDEZ, 2008, p. 583).

Esta leitura serve para entender como Moçambique hoje, como país tem uma grande dinâmica na relação econômica com diferentes países e continentes. A fundação da feitoria de Quelimane em 1544 reforçou diretamente as minas e foi construído um porto de trato, para onde eram levados os escravizados que depois seguiriam para a Índia, Portugal e Brasil. Pouco tempo depois os portugueses chegaram a Lourenço Marques, conhecida hoje como Maputo (HERNANDEZ, 2008, p. 583).

Na sua organização social, presume-se que Moçambique condensava a própria heterogeneidade africana, carregada de multiculturas. Afirma Hernandez (2008, p. 590), que apresentava povos com línguas diferentes, com tradições religiosas e noções de propriedade distintas, valores diversos e vários modos de hierarquia social de acordo com

seus próprios interesses, resultando em várias organizações políticas, posteriormente, no século XIX.

Quanto ao intercâmbio comercial, segundo Hernandez (2008, p. 589), estes ocorriam nos acampamentos ou em feiras temporárias, em um território que ainda não era dominado pelos portugueses, com a forte participação dos régulos (chefes tradicionais) macuas que podiam sustar a passagem das caravanas ou mesmo saqueadores dos quintos portugueses. Por que é importante voltar a fazer a leitura destes acontecimentos ou da dinâmica comercial do litoral que hoje conhecemos como Moçambique? A nossa resposta sobre esta questão, remete-nos a uma contínua leitura de Hernandez (2008, p.592), quando tentou fazer uma síntese, que percebemos útil, na busca da resposta e compreensão histórica das antigas disputas e ao mesmo tempo da importância do litoral que hoje conhecemos como Moçambique.

Defende Hernandez (2008, p. 592), que a principal atividade econômica do governo português nos finais do século XIX, era a contínua exportação de mão de obra para alimentar grandes empresas como a Companhia de Moçambique em 1891, com capital da Alemanha, Inglaterra, África do Sul, que acabou em 1892 gerando outras quatro companhias, a companhia de Luato, a Companhia de Boror, a Société du Madal e a Sena Sugar States. De 1875 a 1910 aumentou o recrutamento destas companhias de forma acelerada. Em 1975 este número foi reduzido para 40 mil pela África do Sul (HERNANDEZ, 2008, p. 592).

Moçambique, desde a independência em 1930 até 1975 esteve atrelado ao projeto imperial português, com um papel de prestador de serviço na África Austral (HERNANDEZ, 2008, p. 593). A sua inser  o era importante pela posi  o geográfica, pelas estradas e portos da Beira e de Lourenço Marques. Todavia a importância de Moçambique não se resumia às linhas de comunica  o, havia também a exporta  o de produtos agrícolas, como o algodão, o chá, além de produtos como madeira, camarões e castanhas de caju que saíam do centro do país. Havia também a agricultura familiar própria e de pequenos complexo industriais que produziam para a popula  o da zona urbana. No nosso entender, se hoje as empresas, juntos a seus países, estão na corrida pela terra, significa que na sua história isto tinha alguma relevância e que pode ser um ponto influenciador na rela  o ou expansão do capital internacional do século XXI, como vimos hoje através do Programa ProSavana no Corredor de Nacala. Em outras palavras, se hoje se entende que, pelas suas caraterísticas, a terra    boa para a prática agrícola e agronegócios, comparável ao cerrado brasileira, segundo a tese de estudo chamada

“Despertar o gigante”, empreendida pela FAO em 2009, isto significa que estas características não eram desconhecidas desde que esta região foi habitada e nem o são hoje, pela população nativa do Corredor de Nacala.

Moçambique é um país vasto com uma área de cerca de 800, 380 km² e uma linha de costa de aproximadamente 2.400 km ao longo do Oceano Índico. O país partilha cerca de 4.330 km de fronteiras terrestres com a Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Zimbábue, Suazilândia e África do Sul. Moçambique encontra-se dividido em 10 províncias e 128 distritos (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 2007, p. 2).

De acordo com dados do plano diretor do Ministério de Agricultura, a extensão agrária (2007, p.2) da área total arável é estimada em cerca de 36 milhões de hectares, dos quais apenas cerca de nove milhões de hectares se encontram presentemente em cultivo. Estima-se que cerca de 3,3 milhões de hectares de terra podem ser irrigados, mas presentemente apenas 50.000 hectares de terra (0,13%) têm irrigação. A população de Moçambique é de 19 milhões e está crescendo com taxa de cerca de 2,6% por ano e é predominantemente rural (70% segundo o censo mais recente) (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 2007, p. 2).

O potencial econômico do país para a atração de investimentos na agroindústria, agricultura, turismo, pesca e mineração é enorme. Projetos como o da Mozal, Barragem de Cahora Bassa, Corredores Ferro-Portuários e Complexos Turísticos ao longo de todo o país têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos regionais e internacionais. A agricultura é dominada por 3,2 milhões de pequenos produtores (setor familiar) com a dimensão média de 1,1 ha de campos de cultivo (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 2007, p. 3). As principais culturas são: milho, mandioca, sorgo, legumes, amendoim, arroz, coco, caju, etc.

Para o Ministério de Agricultura (2007, p. 2), através de seu plano de extensão agrária, a agricultura desempenha um papel importante na geração de emprego rural, contribui para a segurança alimentar familiar nacional e reduz a pobreza essencialmente rural. Ou seja, a agricultura é central para a economia, representa 20% do PIB e 80% das exportações, ao mesmo tempo em que 80% da força de trabalho se encontra no setor agrícola, sendo 90% de mulheres e 70% de homens e a pobreza é mais acentuada nas zonas rurais (55%) comparativamente às zonas urbanas (52%).

Como obstáculo atual no que diz respeito ao desenvolvimento, mostra o Ministério da Agricultura (2007, p.2) que a pobreza rural é atribuída principalmente ao limite do desenvolvimento agrícola, ao desenvolvimento limitado dos mercados e aos

baixos níveis de produtividade. O potencial agrícola não é devidamente convertido na geração de receitas e na criação de emprego de modo tangível. Moçambique teve um Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* de 260 dólares por ano em 2004, de acordo com a revisão conjunta do PARPA, que é uma das dez mais baixas do mundo.

Conforme os dados do Ministério de Agricultura (2007 p.3), o Produto Interno Bruto (PIB) do setor da agricultura está crescendo em uma taxa anual de 5-7%, mas a uma taxa inferior à da economia em geral, à medida em que a proporção da agricultura no PIB está baixando gradualmente de 37% (1997) para 24% (2000) e para 20% em 2002, aponta o Ministério de Agricultura (2007 p. 3) através de dados de FMI em 2003, mostrando que no momento a contribuição da indústria aumentou rapidamente durante o mesmo período (de 22% para 31%). O desenvolvimento agrícola, porém, é fundamental para a redução da pobreza, pois as famílias rurais geram cerca de 80% da sua renda a partir do setor agrícola, enquanto os restantes 20% têm uma ligação forte com a economia local. Chegando ao fim deste capítulo, com os dados de agricultura do país, percebemos que Moçambique apresenta uma forte necessidade de construção e desenvolvimento de capacidades locais, que eliminem o alastramento de fenômenos que travam a vida da população.

O que conhecemos hoje como República de Moçambique é conhecido, na história da ex-colônia de Portugal, como crescentes posições de resistências africanas fizeram os nativos adotar outros modelos de organizações sociais, que iam contra a posição e interesses do colonizador português. De acordo com Hernandez (2008, p.604), Moçambique cresceu o nível da força da resistência (surgimento de movimentos e a busca de formação partidária) dos nativos contra os colonizadores portugueses em 1964. Um fenômeno que não é desconhecido, quando se trata das independências dos países africanos.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), com as bases tanzanianas iniciou a luta armada contra os colonos portugueses no dia 25 de Setembro de 1964, tendo como marco referencial o ataque ao posto administrativo de Chai, conhecido hoje como Província de Cabo Delgado. E no mês de Fevereiro de 1969 Mondlane foi assassinado, junto com Marcelino dos Santos. Em 1974, perto de 80 mil soldados portugueses atuaram nos três territórios, além de inúmeros soldados negros. No dia 7 de setembro de 1974, pelo Acordo de Lusaka começou o florir da independência. Posteriormente a independência foi reconhecida e em 25 de junho de 1975, finalmente proclamada. O país conheceu na sua história uma guerra civil que durou 16 anos, terminando com a assinatura

de Acordo de Paz em Roma, considerada território neutro, em 1992 e deixou marcas de sequelas (HERNANDEZ. 2008, p. 608).

De acordo com Hernandez (2008, p. 604), estes fenômenos marcaram a vida dos moçambicanos com desafios e obstáculos, onde o governo independente pôs em curso o programa socialista, com desempenho nas áreas sociais, como saúde e educação para todos. Isso incluiu a modernização do campo por meio de aldeias comunais, com acesso às infraestruturas sociais, grandes *farms* estatais, empresas estatais, cooperativização da agricultura e nacionalização da propriedade da terra, fazendas pertencentes a antigos colonos ou fazendeiros. No próximo passo iremos discutir os movimentos sociais contemporâneos na Moçambique no Corredor de Nacala e as suas posições em relação aos projetos de cooperação internacional como programa ProSavana.

CAPÍTULO 2: MOVIMENTOS SOCIAIS E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

Como temos mostrado, ao definirmos o problema da nossa pesquisa, levantamos os nossos questões para entender a razão do posicionamento dos movimentos sociais

nacionais e internacionais contra o programa ProSavana no corredor de Nacala, no norte de Moçambique. Isso nos levou a incorporar a sociedade civil e os movimentos sociais como conceitos do nosso estudo e o entendimento destes torna-se fácil e claro a partir das definições de Maria da Glória Gohn (2013), Jalcione Almeida (2009) e Ricardino Dumas Teixeira (2010). Antes de tudo, preocupamo-nos em afirmar que o interesse aqui não é de revisar os conceitos, mas sim de entendê-los, nas perspectivas das novas dinâmicas da sociedade civil e movimentos sociais, com maior expressão no continente africano no momento presente.

No contexto de Moçambique, entendemos a forte e nova dinâmica que se identifica com as dinâmicas sociais do país nos últimos anos, como podemos ver nas reivindicações dos anos 2008 e 2012. Em outras palavras, a nova entrada maciça das empresas de capital estrangeiro em Moçambique e a subida dos preços de produtos de necessidade básica, possibilitou a reconstrução coletiva destes movimentos. Na literatura especializada, a sociedade civil ora é vista em oposição ao Estado e ao mercado, ora é concebida numa perspectiva institucionalizada articulada com o Estado e o mercado (TEIXEIRA, 2010, p. 72). Argumenta que esta inclui dispositivos que não podem ser produzidos nem pelo mercado, nem pelo Estado.

Para Ricardino Jacinto Dumas Texeira (2010, p. 72), na nova forma de organização política da sociedade, no momento em que a sociedade política, o Estado e os partidos políticos vêm perdendo cada vez mais o espaço político, observa-se o fracasso dos próprios governos na mobilização pela minimização dos fenômenos que afetam a vida dos indivíduos, tais como a fome, o preço elevado dos produtos de primeira necessidade, do transporte, etc. O impacto destes fenômenos leva a sociedade civil a se dissolver em movimentos, que se tornam mais visíveis nos países africanos, onde a disputas políticas e a desagregação étnica se fazem presentes nas relações interétnicas e nas relações sociais como um todo.

É preciso encontrar um conceito da sociedade civil que reconheça outras características associativas de integração e de mobilizações políticas, institucionalizados ou não, tornando, assim, reconhecíveis outros valores culturais, locais ou das próprias capacidades locais, culturais ou ‘tradicionais’ (TEIXEIRA, 2010, p. 73).

Nas suas análises em seu estudo da sociedade civil de Guiné-Bissau, no qual destacou o conceito de Madjuandade, Teixeira formulou o conceito de sociedade civil como:

[...] a possibilidade na medida que abre o caminho para confrontos e a sociedade civil como arena de lutas constantes, e que tem diversos agentes, unidos a partir de uma base comum de valores, da coesão social, da solidariedade e visões do mundo que são construídos na vivência e os interesses difusos inerentes aos próprios movimentos que às vezes ...] (TEIXEIRA 2010, p. 73).

Estas características e a definição que o autor destacou podem ser observadas na dinâmica associativa dos movimentos e diversas organizações. Nove organizações da sociedade civil moçambicana, dentre estas podemos nomear: Justiça Ambiental, União Nacional de Camponeses (UNAC), Ação Acadêmica para comunidades Rurais (DECRU), Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LMH) e Pastoral de Igreja².

Em maio de 2013, um universo de 23 organizações e movimentos sociais desse país, apoiados por 43 internacionais manifestou, como podemos constatar na Carta Aberta que estes movimentos enviaram aos presidentes do Brasil, do Japão e também de Moçambique.

Em relação ao conceito de movimentos sociais, segundo Maria da Glória Gohn,

Os movimentos sociais são encarado como [...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Nas suas ações tanto no nível local, regional, nacional, internacional e mundial, como exemplo concreto do Fórum Social Mundial; levam ações concretas, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) Até às pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais (2011, p.335).

Entende-se que as características dos movimentos sociais contemporâneos não são mais bem formalizadas nas suas ações, mais são atuantes e objetivas em termos de mobilização de defesa das suas pautas em ações. Em outras palavras, são movimentos que buscam manter a sua autonomia política e organizacional no processo da democratização e de enfrentamento do mercado expansionista. E que tem características associativas de integração e de mobilizações políticas, institucionalizadas ou não, tornando assim reconhecíveis outros valores locais.

² A diversidade dos movimentos sociais contemporâneos africanos que mostram igualmente diversidades. Aqui se constata que alguns movimentos são formais, outros informais, incorporando muitos e abrangendo igualmente movimentos ou organizações internacionais. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2014/06/02/lancada-campanha-nao-ao-prosavana-em-mocambique/>>> Acessado em 20 Out. 2015.

Os movimentos sociais utilizam novos usam meios de comunicação para facilitar a sua articulação em redes sociais de comunicação entre eles os mais influentes: *faceboock*, *viber*, *twitter*, rede pública, *youtube*, etc. O que podemos trazer de Moçambique é o exemplo de que a manifestação pelo preço do pão foi facilitada por meio de redes sociais aos manifestantes (BRITO, 2008). Observa-se que a relação de poder do Estado com seus cidadãos não passa pela simples obediência da ordem do próprio Estado e do mercado, mas sim, passa pelas discussões, resistências e construção por parte dos movimentos sociais. No sentido mais amplo da compreensão do que devem ser os novos movimentos sociais ou como podem ser entendidos a partir de olhares críticos dos pesquisadores, estudiosos ou intérpretes das relações sociais, que são capazes de fazer inclusão conceitual do que a realidade tem nos apresentado nos movimentos sociais contemporâneos. A invenção do homem sobre a natureza vale pensar nas características dos movimentos sociais, no ponto de vista de Boaventura de Sousa Santos.

Segundo o autor,

“[...] a característica dos Novos Movimentos Sociais tão heterogêneos é a crítica da regulação e da emancipação social capitalista, através da identificação de novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e que não atingem especificamente uma classe social, mas sim grupos sociais ou a sociedade no seu todo (conflito e ruptura). Estas novas formas de opressão estão relacionadas com a guerra, a poluição, o machismo, o racismo, o produtivismo, a sociedade de consumo.” (SANTOS, 1994, p. 222).

As novas formas de opressão: guerra, poluição, machismo, racismo, produtivismo, a sociedade de consumo, a inflação nos preços dos produtos alimentares básicos, vêm sendo a preocupação do homem, em especial pode-se dizer dos movimentos sociais ou da sociedade civil moçambicana, que mostram nos discursos de seus líderes a importância da racionalização do uso de recursos para a manutenção da existência do homem, do meio ambiente e dos ecossistemas.

Para Gohn (2011, p. 335), os movimentos sociais aglutinam as pessoas, não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais, sendo que a criatividade, como produto de relação deste sujeito cria e recria os conhecimentos destes. Ao voltar a pensar o nosso estudo, entendemos que as inquietações dos movimentos sociais advêm do pensamento que o público tem em relação às ações coletivas ou políticas, percebidas como insustentáveis para resolver problemas e necessidades vitais, socioeconômicas, culturais e ambientais.

As ações coletivas “compreendem todas as práticas que quebram as normas institucionalizadas dos papéis sociais, que transgridem as regras do sistema político e ou que atacam a estrutura de relações de classe de uma sociedade” (ALMEIDA, 2009, p.39). No que se refere às ações de contestação e de protesto em geral, é concebida como um ‘sistema de ação’ operando em um campo sistemático de possibilidade e de limitações.

Os movimentos sociais são o coração, o pulsar da sociedade (GOHN, 2011, p. 336). Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção inovadora e sustentável a partir das suas capacidades existentes, que englobam os valores e conhecimentos que libertam o homem do abuso da natureza e de si mesmo. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em ‘fazeres propositivos’. Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um povo ativo. Entendemos com isso que os movimentos sociais em Moçambique estão em exercício de um papel fundamental na construção do país sólido, na resolução de problemas presentes e futuros para garantir a geração futura com recursos necessários.

Os movimentos sociais conforme Jalcione Almeida (2009, p. 33), são os que pretendem fazer parte de construção das ideias úteis e locais do desenvolvimento, que traz a integração de sentido, seja do mercado, no espaço produtivo, assim como a partir das possíveis classes sociais, com a perspectiva de um futuro de integração social.

Para Jalcione Almeida (2009, p. 33), os movimentos sociais com o sentido de mostrar as suas concepções do desenvolvimento a fim de eliminar a fome e não apenas com suas manifestações de contestação, são portadores de mensagens e valores que ocupam sua posição principal. Entende-se que podem ser compreendidos como portadores de grande significância política cultural e social nos dias de hoje. Eles ainda crêem na lógica, na crença em um crescimento econômico industrial ilimitado e na obtenção de bem-estar social, insistindo na necessidade lógica de renunciar, ou que se emprega para remediar a dificuldade universal que seria o desenvolvimento sociocultural, econômico, que se preocupa em primeiro lugar com o próprio homem e com a natureza, sem se deixar levar pelo lucro, num crescimento sem precedente. A ilustração desse propósito não é de nível de conhecimento e da consciência de toda coletivas. Isto nem todos nós somos capazes de questionar o modelo econômico, mas todos sabemos o quanto a dificuldade nos coloca em caso da satisfação das necessidades básicas, por exemplo: fome / alimentação.

As lutas dos movimentos sociais, segundo as múltiplas definições dadas, não visam senão construir o espaço do cidadão, ou seja, a cidadania (SANTOS, 2010, p. 207). A insatisfação política que os movimentos sociais manifestam nas suas lutas advém da precariedade e do déficit da modernidade atual, modernidade esta desejada e desesperadora (ALMEIDA, 2009, p. 33).

Com intuito de industrializar a agricultura, as chamadas novas tecnologias, capazes de revolucionar com o seu uso, provocaram uma nova visão, que carecia de reconhecimento dos conhecimentos locais nos processos agrícolas (ALMEIDA, 2009, p. 33). Estes conhecimentos, frente à nova tecnologia, eram vistos como ‘tradicionais’, ‘arcaicos’, pois se opunham de fato à ideologia moderna e ao processo de modernização defendido pelo Estado. Não vamos entrar em discussão aqui sobre esta concepção, que leva à exclusão das capacidades e técnicas locais ou sobre a ideia do ‘tradicional’ e ‘arcaico’. No entanto vale realçar que no espaço da comunidade, o conhecimento local, a tradição e as culturas locais são preponderantes (SANTOS, 2010, p. 207).

O confronto entre os movimentos sociais e a modernização traz a luta das ideias, a saber, como essa modernização é entendida e usada para a melhoria da atividade das pessoas ou das vidas (natureza no seu todo), ou, aliás, deve ser nesse sentido. A respeito da base do pensamento dos movimentos sociais, mostra Jalcione Almeida que,

O novo pensamento dos movimentos sociais e das ações coletivas por uma agricultura diferente se apoiam fortemente nas críticas das noções de modernidade e de modernização que apresenta em resumo a demarcação de outra modernização, que repousa nas ideias das significações coletivas (ALMEIDA, 2009, p. 33).

A ideia do coletivo que estes defendem passa por uma luta da construção de uma sociedade de inclusão social, onde a família será a base social (na agricultura familiar), que poderá diminuir os índices elevados de pobreza e de concentração de recursos por parte das entidades empresárias e da elite política moçambicana.

De acordo com Jalcione Almeida (2009, p. 33), os movimentos nas suas lutas de reivindicações, visando a construção de uma identidade social e cultural são, na verdade, outra modernização, que passa por colmatar a precariedade e o déficit da modernidade atual. Tais manifestações contestadoras são portadoras de uma mensagem, de um conhecimento e de ideias, que nelas ocupam a posição central, com grande significância. Ou seja, os movimentos sociais e a própria sociedade civil se posicionam para chamar a atenção da atrocidade do capital e do próprio mercado (livre concorrência do mercado) tido como regulador da vida social que nunca chega a ser, senão um desenvolvimento de exclusão.

Não apenas reativos e movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), os movimentos sociais podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre a sua própria experiência (GOHN, 2011, p, 337). Na atualidade, apresentam um ideário construtor de mudança, que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática que valoriza o cidadão com os seus valores culturais e não como mão de obra para fazer o capital.

Dentre as definições apresentadas entende-se que os movimentos sociais, para sua plena existência, se potencializam com as ações coletivas que reforçam as suas posições em relação à dinâmica social no plano nacional e internacional, como mostramos acima. As ações coletivas são um meio de construção e de alteração do social, a partir de uma forma de problematização das relações sociais e graças a elas, os atores sociais são levados a elaborar e a defender um projeto social (ALMEIDA, 2009, p. 21).

Os grupos e proposições investigados situam-se no amplo e complexo espaço das ações coletivas e dos atores sociais que lutam por uma agricultura ‘alternativa’ ou ‘diferentes’ ou ainda que propõem uma forma de modernização agrícola e rural (ALMEIDA, 2009, p. 21). A ideia da modernidade, quando se confronta com os movimento sociais, deixa perceber a sua fraqueza. É a sua fraqueza como moderno, como portador de diferentes coletâneas de vidas, que corrigem naturalmente os equilíbrios.

Considera-se alternativa ou diferente, a agricultura que tem características técnicas, econômicas, sociais e culturais do sistema de produção e em sentido amplo do modo de vida (ALMEIDA, 2009, p. 21). Certos autores começaram a entender que o sistema não depende mais de uma simples orientação econômica, de uma ação utilitarista em que se trataria apenas de calcular os custos e o lucro de um dado investimento, de uma dada empresa, programa ou determinados objetivos de um projeto, assim como das agências representantes dos países nos projetos de cooperação, como, no caso, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Agência Japonesa de Cooperação (JICA) e o Ministério de Agricultura, o caso de Moçambique (MINAG).

Todas essas citações que recolhemos têm a ver, como sempre, com as entidades formadoras e participantes da elaboração e execução do Programa ProSavana. Os atores dos movimentos sociais e os indivíduos estão também à procura de solidariedade, de identidade, de autonomia, de democracia, ‘de bens’ que, contrariamente a outros mais reais, não são calculáveis e mensuráveis. (ALMEIDA, 2009, p. 22).

Para Almeida (2009, p. 21), o Estado e seu governo, nas relações internacionais apresentam agencias de cooperação. As empresas na sua maioria multinacionais

aparecem como inimigos comuns e, ao mesmo tempo, como agentes unificadores de certas ações.

Desde o advento da modernidade, imaginou-se que os processos de modernização decorrentes eliminariam o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais (ALMEIDA, 2009, p. 29). Essa visão, que para o autor se insere no processo histórico, conduziu a uma supervalorização da busca de uma identidade ‘moderna’, sem uma perspectiva crítica no que diz respeito ao se querer construir. Ou seja, frente à visão unificadora do que poderia aliviar as dificuldades, depois de se ter desenvolvido a alta e sofisticada tecnologia, falta perguntar como seria o uso desta com a mais eficiência, sem haver a desvalorização do homem, ou seja, a exclusão social pela soma dos lucros ou alcance dos objetivos traçados e pretendidos pelos cooperantes. As crises e conflitos de movimentos sociais na luta pela diminuição da desigualdade na distribuição e também a busca da participação nas tomadas de decisões que visam resolver seus próprios problemas, ilustram bem este panorama.

Segundo Almeida (2009, p.29), se evidencia a fraqueza do moderno como sendo portador de valores ontológicos, que corrigiriam naturalmente os desequilíbrios. A agricultura pretendida no projeto ProSavana, no norte de Moçambique, na província de Nacala, enfoca com clareza de entendimento o que se compreende como a racionalidade da modernização. Entende-se isso em dois sentidos: por um lado, a dinamização dos setores de produção em áreas de grande escala de ‘terras improdutivas’, a abertura de comércio aos fluxos econômicos internacionais, isso à custa da transnacionalização da economia em geral, por outro lado, a eliminação por completo dos valores da comunidade, dos assentamentos das comunidades, de suas práticas agrícolas, de tratamento de terra, da proteção do meio ambiente para não destruí-lo maciçamente, por uma simples, justificada e ao mesmo tempo supostamente legitimada única alternativa, chamada de livre concorrência do mercado. Sem fechar a questão, mais valeria realçá-la no questionamento de como colocar as pequenas produtoras agrícolas e as empresas multinacionais em livre concorrência no mercado, sem a intervenção do Estado?

Observa-se que a racionalidade que tem a ver com o uso das novas tecnologias para revolução da agricultura tem as suas consequências que impactam o meio ambiente e a vida das pessoas. De acordo com Almeida (2009, p. 31), o país pode passar por exclusão pelo êxodo de grande número de habitantes rurais, pela forte diferenciação social, pela concentração elevada de terras, dos meios de produção, pela poluição do meio

ambiente e pelo forte esgotamento dos recursos agrícolas que poderá se converter em escassez.

A alternativa liberal no campo de agricultura pode ser monótona, se carregar as perspectivas sem elevar o desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2009, p. 31). Em outras palavras, garantir do mercado a não intervenção do Estado, seria manter o desenvolvimento da mesma forma que o sistema nos tem apresentado, com mesma exclusão social. Ou seja, a intenção do Estado se foca na direção da liberalização total e do fim de todo o sistema de subvenção e de proteção política e econômica para agricultura, dando ao mercado a tarefa de regulação das relações sociais em geral e de produção, principalmente.

De acordo com Almeida (2009, p. 32), dentre as noções introduzidas pela modernização / industrialização da agricultura e a transferência das tecnologias no meio rural, uma é portadora de grande significação, trata-se do ‘crescimento’, com suas derivações que são o ‘progresso’ e o ‘desenvolvimento’. A modernização apresenta nos seus cálculos a organização e a gestão de forma excludente, quando se discute a participação de movimentos sociais no desenvolvimento, como portadores de valores e conhecimento. E a sua razão legitimadora sempre se pauta em ignorar estes conhecimentos, taxados de ‘incalculáveis’ ou vistos como conhecimento tradicional entendido como ‘arcaico’, pelo olhar de uma visão excludente.

Conforme Jalcione Almeida (2009, p. 33), nem tudo, no entanto, pode ser calculado e medido e essa opinião remete ao mesmo tempo à questão da hegemonia do mercado. Na medida em que diferentes movimentos e atores sociais questionam a modernização, tanto na esfera agrícola como na sociedade global, a precariedade e a fragilidade do sistema aparecem à luz de uma maior compreensão, a qual tende a revolucionar a responsabilidade social no que toca à construção de um futuro.

No entanto, é novamente, afirmada e percebida como construção coletiva por excelência (ALMEIDA, 2009, p. 33). É neste sentido que os movimentos movem com a maior dinâmica as aspirações à autonomia, à democracia e à justiça social, que visam atingir com um verdadeiro desenvolvimento das capacidades que possuem.

O desenvolvimento é um conceito da modernidade, segundo a visão dos países do Norte, que ao ser levado para o Sul, nas décadas de 90, começou a constituir uma preocupação e se tornou uma teoria com base na ‘superação do atraso’. Segundo Bas’Ilele Malomalo (2010), ele é polêmico, sobretudo, dentro das ciências sociais pelo fato de ter nascido no contexto ambíguo da coexistência da colonização e do neocolonialismo nos

países do Sul. A saída dos países desta fase de colonização e neocolonialismo nos colocam inquietações, até saber como ficaria o entendimento do referido conceito por estes países, a partir de suas estratégias políticas com o intuito de chegar ao mesmo. Chegar a tal entendimento exige tempo, se vê a necessidade de uma seleção de experiências, para nomear fatores importantes que levem ao sucesso da nossa pesquisa.

Segundo César Maranhão, a definição de desenvolvimento é a mais polêmica e discutida na atualidade, sobretudo nos campos da política, economia e entre os intelectuais, quando se pensa em como desenvolver os chamados países do Terceiro Mundo, pelos desastres que enfrentam a história mostra, cujos rastros ainda são visíveis até hoje:

Nos dias atuais, debates em torno das políticas de desenvolvimento econômico, associado a diretrizes e conceitos como desenvolvimento local e sustentável, capital humano e social, empreendedorismo, crédito popular, tem sido propagado por diversas organizações multinacionais como alternativas viáveis para a superação da pobreza e a inserção dos países periféricos no novo mundo globalizado do século XXI (2012, p. 78).

Para César Maranhão (2012, p. 79), na defesa do argumento do distanciamento do fundamentalismo neoliberal do consenso de Washington, como também da chamada velha concepção desenvolvimentista, o discurso para o novo desenvolvimento vem ocupando espaço gradativamente nos debates políticos e acadêmicos, para o combate à pobreza nos países periféricos ou ainda conhecidos como de ‘terceiro mundo’, que na sua maioria estão concentrados no polo Sul do globo.

A ascensão do novo desenvolvimento tem tomado a posição principal, ofertando outras propostas de superação do atraso econômico e da resolução da dívida externa acumulada pelos países do ‘Terceiros Mundo’. A opinião contrária e indisfarçável ao capitalismo no século XXI é o modo pelo qual o atual avanço produtivo é antagonizado pela a sobrevivência de uma parcela cada vez maior da humanidade em condições de pobreza e atraso (MARANHÃO, 2012, p. 78). Comenta-se ainda que é cada vez mais notório no sistema capitalista a incompatibilidade que o sistema apresenta entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social e humano: o desenvolvimento de um país ou comunidade implica pensar nas capacidades humanas locais existentes (LOPES 2005, p. 44). Então, o que é desenvolvimento de capacidades?

Na perspectiva Carlos Lopes (2005, p. 44), este conceito pode ser definido como “a aquisição de habilidade por uma instituição, organização, grupo ou indivíduo para desempenhar uma função ou conjunto de funções. Concluindo que o Desenvolvimento de Capacidade é habilidade para definir e perceber objetivos efetivamente” (LOPES,

2005, p. 46). E a melhoria das capacidades tem a ver com o conhecimento compartilhado pelos camponeses do corredor de Nacala e demais organizações envolvidas.

O desenvolvimento de capacidade, busca melhorar a *performance* de atividades relacionadas a um crescimento em todos os níveis da sociedade (LOPES, 2005, p. 43). A melhoria do desempenho que o desenvolvimento de capacidade nos leva requer questionamento das mudanças que os movimentos sociais vêm a buscar. E isto não se baseia em questões econômicas, que não nos fazem atingir a verdadeira melhoria que eleva os países a atingir a sua meta.

A meta é ajudar a alcançar seus próprios objetivos (LOPES, 2005, p. 43). O sentido de ajudar alcançar os objetivos pelas nossas análises nos leva ver a contradição entre a construção de capacidade e o seu desenvolvimento. A melhoria não é automática e nem transportada, mas, sim parte das profundas necessidades, de problemas que afetam as comunidades do país, caso genérico, pensando-a a partir das combinações dos conhecimentos locais com os paradigmas perspectivados, sem se desvincular dos interesses da própria comunidade.

As iniciativas para desenvolvimento de capacidades deveriam correr em três níveis: individual, institucional e social (LOPES 2005, p. 48). No primeiro nível, individual, a capacidade é geralmente entendida como aptidões e habilidades. No segundo nível, institucional, capacidade é vista não apenas em termo das capacidades coletivas das pessoas que constituem a organização, mas, também em termos de como as instituições se estruturam, como elas se operam e se relacionam com o ambiente mais amplo em que se inserem. E no terceiro e último, as capacidades sociais oferecem os tipos de oportunidades do setor público e/ou privado que permitem indivíduos e instituições expandir as suas aptidões ao máximo (LOPES 2005, p. 48). Acrescenta ainda o autor que isto geralmente se desenvolve nos níveis individuais e institucionais, mas cada vez mais deverá ser questionado o nível em que poderão produzir maior impacto.

O desenvolvimento de capacidade origina-se da motivação e do desejo de uma pessoa de fazer as coisas e fazê-lo bem (THEISOHN, et al Lopes, 2006). Uma sociedade com a dinâmica maior requer habilidades das pessoas, instituições e da sociedade para desempenhar funções, resolver problemas, estabelecer e atingir objetivos do próprio desenvolvimento.

A compreensão deste assunto nos requer enfatizá-lo na perspectiva de Lopes em construção de capacidade no sentido de diferencial. A construção de capacidade requer construir algo a partir de nada. Enquanto desenvolvimento de capacidade é, ao contrário,

uma descrição mais precisa daquilo que atual desenvolvimento de capacidade busca concretizar: o fortalecimento de capacidade já existente (LOPES, 2005, p. 45). Ao fortalecer as capacidades existentes o país se adentra no seu mais profundo questionamento do que seriam os níveis que poderiam alcançar os seus bons e diversos objetivos.

O desenvolvimento, segundo Oliveira (2002, p. 40), é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Para ele, cada país ou região isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. Ou seja, deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações da regulamentação econômica, política e, principalmente, humana.

Entendemos que, no sentido mais amplo, o desenvolvimento, primeiramente, deve partir das necessidades inquietas do indivíduo, a sua necessidade que leva em conta os valores culturais e o conhecimento, sem desprezá-los.

“A definição geralmente aceita de capacidade na comunidade de desenvolvimento é habilidade de atores (indivíduos, grupo, organizações instituições, países, os próprios agricultores de Moçambique) para desempenhar funções específicas (ou buscar objetivos específicos) de forma efetiva, eficiente e sustentável.” (LOPES, 2005, p. 45; PNUD, 1995).

O que é conflitante, sempre, é pegarmos as formas e estratégias de desenvolvimento, como programa ou projetos e transportar e adaptar em qualquer comunidade, ou país que seja, para sua aplicação. Em outras palavras, réplica dos programas com a mesma natureza em contextos sociais diferentes. Assim, isto pode se tornar conflituoso. E o fomento do melhoramento da capacidade produtiva, assim como comercial da comunidade, torna os sujeitos inadimplentes, pelo fato de um esperar que o outro traga o melhor, embora este saiba, em contrapartida, que sabe melhor e está em melhor posição de ajudar. Como é no caso da Nacala, da parte de seus agricultores e comunidade em geral, suscitam-se grandes dúvidas maiores ao alcance dos objetivos pretendidos.

Colocando estes conceitos da forma definidas pelo o autor, chegamos à convicção total que, mesmo que seja a partir de estratégias diferentes, o desenvolvimento da capacidade não pode ocorrer sem atravessar estes níveis apresentados e combinar com a inclusão dos movimentos sociais e suas diversas características. E se, no nível individual, a capacidade corresponde às habilidades, isto nos leva até a questionar como a ProSavana pensou em incluir estas ao longo do programa?

Para desenvolver um programa, com os seus raios e tempo da execução, é clara a obrigação do governo junto à sociedade civil (comunidades atingidas e movimento ou organizações de base) e à direção da execução, no sentido de desenvolver uma campanha de informações, debates públicos, em busca de ideias para promover o melhoramento da comunidade, fazendo participar e serem ouvidos os agricultores, tendo preocupação com as necessidades deles, a fim de fazer valer os seus valores culturais e conhecimento, num processo de desenvolvimento em que estão incumbidos ou que lhes interessa. Outro conceito que ao longo da pesquisa tem atropelado o estudo do documento do acordo do ProSavana é o chamado memorando de entendimento do ProSavana, assinado em Maputo em 2009, que corresponde ao desenvolvimento sustentável e não poderíamos fechar este capítulo sem a mínima percepção do que é ou significa.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu a partir dos estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, no início da década de 1970 (PORTELA, 2009, p. 2). Este se preocupava em dar uma resposta à preocupação da humanidade, diante da crise ambiental e social que se abateu sobre o mundo desde a segunda metade do século passado.

Para Valdinei Portela (2009, p. 2), o desenvolvimento sustentável como conceito, busca conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social e com o respeito ao meio-ambiente. Na nossa atualidade é um tema indispensável na pauta de discussão das mais diversas organizações, e nos mais diferentes níveis de organização da sociedade, como nas discussões sobre o desenvolvimento. No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais, o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) designou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada por Brundtland, para estudar o assunto. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland.

Para Valdinei Furtunato Portela (2009, p. 2), o conceito do desenvolvimento sustentável nasceu bem antes. Argumenta que os pesquisadores apostam que ele foi consequência de eventos da década de 1960, quando especialistas de vários países reuniram-se na Itália, para debater o futuro do Planeta. Este grupo, conhecido como Clube de Roma, publicou o estudo “Limites do Crescimento” (PORTELA, 2009, p. 2).

Define-se desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem as suas

próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave (BRUNDTLAND, 1987, p.48; MALOMALO, 2014, p. 74-78; PORTELA, 2009, p. 2).

Este relatório mostra que, em seus princípios, o desenvolvimento sustentável tem como “principal objetivo satisfazer as necessidades e aspirações do ser humano” (BRUNDTLAND 1987, p. 48). Na conclusão desse relatório está escrita esta definição: “No sentido largo, o desenvolvimento sustentável visa favorecer um estado harmonioso entre os seres humanos e a natureza” (BRUNDTLAND, 1987, p. 48).

Para Brundtland (1986, p. 50), o desenvolvimento sustentável apresenta nove objetivos: 1) alavanca do crescimento; 2) mudança da qualidade do crescimento; 3) satisfação das necessidades essenciais em matéria de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; 4) manutenção do nível de população viável; 5) preservação e cuidado com a base dos recursos; 6) a reorientação da tecnologia e a gestão dos riscos; 7) a fusão das questões ambientais e econômicas internacionais; 9) um desenvolvimento cada vez mais cooperativo.

Para Allan Magalhães (2014), o desenvolvimento sustentável como processo forma uma estratégia de crescimento econômico de longo prazo, que se caracteriza pela integração das dimensões humana e ecológica ao processo econômico. Seu fim último é a dignificação de todos os seres humanos e povos através da erradicação da pobreza e da realização de seus direitos fundamentais.

É a harmonização do homem com a natureza. Não significa não crescimento, mas a compatibilização entre crescimento econômico e proteção ambiental (MAGALHÃES, 2014). Isto mostra que não se pode a esse pretexto “aceitar a insustentabilidade ambiental e social em benefício exclusivo do crescimento econômico” se não seria uma forma da continuidade de um processo de exclusão e a mesma concentração das riquezas numa minoria.

Para Malomalo (2014, p.78), dois conceitos estruturam o desenvolvimento sustentável: a prática da equidade e a busca pelo bem comum. A busca da igualdade social e uso sustentável dos recursos deve reconhecer o direito de cada um. Ao mesmo tempo, torna complexo no processo de busca de desenvolvimento sustentável, a partir de agora, em que o sistema não permite a comunicação e inclusão, tanto na elaboração dos programas do próprio desenvolvimento, como na sua operacionalização.

De acordo com Malomalo (2014, p.78), o desenvolvimento sustentável é um processo humano que implica na responsabilidade coletiva para satisfação das necessidades de todos os seres do universo, ou seja, manutenção equânime do social, do

econômico, do político, do cultural e ambiental. Para ele este é a concepção do Ubuntu do desenvolvimento. Solidariedade cósmica ou planetária (MALOMALO,2014, p.78). Envolver e valorizar os recursos humanos e naturais dos Estados-nações em cooperação. Além disso, a população deve ser centro de qualquer tipo de política de desenvolvimento digno do seu nome.

Para finalizar propomos definir o Programa ProSavana, não nos impede na análise no terceiro capítulo da nossa pesquisa redefini-lo com finalidade de análise e não mais como forma ou intuito de conhecer. No entanto o ProSavana é concebido como um Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural para o Corredor de Nacala, em Moçambique (PROSAVANA- TEC 2011), que tem como objetivo melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar, a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar, como na geração de excedentes exportáveis a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio. No próximo capítulo teremos a continuação da nossa pesquisa com o estudo Programa Prosavana e o contexto da sua existência e a escolha do Corredor de Nacala em Moçambique.

CAPITULO 3: CONTEXTO E AVALIAÇÃO DO PROSAVANA: CORREDOR DE NACALA EM QUESTÃO

3.1. Contextualização e localização do Prosana no Corredor de Nacala

Os contextos da criação, ou melhor, a priorização de Moçambique, especialmente o Corredor de Nacala como área da implementação de agricultura de agronegócio por meio de Cooperação Triangular advém de múltiplos fatores condicionantes. Dentre estas mostramos, no capítulo anterior o que temos chamado de facilidades de comunicação (entrada e saída para o mar), para não cair em repetição, cabe mencionar também um dos fatores condicionantes do processo de implantação de agronegócio no continente africano especificamente em Moçambique no corredor de Nacala, zona norte do país.

Para Sergio Schlesinger (2013, p. 16), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial (BIRD) publicaram em 2009, o estudo denominado “Despertando o gigante”. O estudo tem como tese, a região de savanas que se estende do Senegal à África do Sul, a chamada Savana da Guiné, que abrange 25 países, tem o potencial cultivável de 400 milhões de hectares, dos quais apenas 10% encontram-se atualmente utilizados. As suas referências apontam os casos do Cerrado brasileiro que já começava a ter estudo através do projeto de agronegócio PRODECER que veio a ser modelo ou matriz do desenvolvimento agrícola que resulta no Programa ProSavana-JBM.

O estudo aprovou a Savana brasileira como referência, assim também alguns países africanos. Em outras palavras, o nordeste da Tailândia foi tomado como referencial para avaliar o potencial de aproveitamento de áreas similares da savana africana, em Moçambique, Nigéria e Zâmbia (SCHLESINGER, 2013, p. 16).

Segundo Schlesinger (2013, p. 16), são produtos escolhidos para a comparação: mandioca, algodão, milho, arroz, soja e açúcar. Estes foram considerados os mais importantes, na produção agrícola das regiões correspondentes na Tailândia e no Brasil. Por outro lado, cabe lembrar as condições que o solo africano apresenta para prática agrícola em grandes extensões.



Fonte do mapa: Mapa da Savana da Região de Guiné da África subsaariana (FAO)³

Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) indicam que “Atualmente, 70% da população de Moçambique vive em zonas rurais e a maioria depende da agricultura de subsistência” (SCHLESINGER, 2013 p. 16).

³ Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/en/item/20987/icode/>. Acessado em: 24 jan. 2016.

Moçambique mostra a sua produtividade agrícola extremamente baixa, combinada com uma ‘alta vulnerabilidade’ dos choques climáticos. “Isto é, um grande número da população sofre de ‘insegurança alimentar’ e o rendimento dos produtos agrícolas é baixo e imprevisível” (SCHLESINGER, 2013, p. 16).

Segundo Schlesinger (2013, p. 16), em 2010, as províncias mais povoadas eram Nampula e Zambézia, ao norte de Moçambique, ambas com mais de quatro milhões de pessoas, somando 40% do total da população do país. O percentual da população rural nas duas províncias situa-se entre 70 e 80%, uma média mais elevada do que a do conjunto do país. Entende-se que as perspectiva do governo de Moçambique no mandato do ex-presidente José Armando Guebuza, deu prioridade ao desenvolvimento agrícola do país (SCHLESINGER, 2013, p.16).

Nesta conjuntura, os três Estados, Moçambique, Brasil e Japão, acionaram e anunciaram uma iniciativa conjunta, que seria capaz de aproveitar o conhecimento adquirido com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado Brasileiro (PRODECER), desenvolvido em meados dos anos 1980, aponta o Memorando de Entendimento (2009).

Tendo a experiência no programa Parceria Japão Brasil (JBPP) celebrado em março de 2000, a presidente da JICA, Sadako Ogata e o ministro das relações exteriores do Brasil, embaixador Celso Luís Amorim, anunciaram em abril de 2007, o fortalecimento da assistência para África, por meio do âmbito da JBPP (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, 2009).

De acordo com Carlos Lopes (1999, p. 99), dentre as diversas definições dadas pelas organizações multilaterais, a OCDE e o Banco Mundial definiram a assistência técnica na lógica. A OCDE definiu a Assistência Técnica como financiamento de serviços, cujos objetivos fundamentais eram contribuir para uma melhor condição e/ou programar a implementação de um projeto ou programa, destinado a aumentar o capital físico acumulado do país beneficiário.

Para Lopes (1999, p. 99), o Banco Mundial define a assistência técnica como a transferência e adaptação, ideias, conhecimento, tecnologia, ou competências para permitir o desenvolvimento econômico. E não é de estranhar, ao longo da análise do programa, a competência que o Banco Mundial tem como único meio que permite o desenvolvimento. Essa mesma instituição define os objetivos da assistência técnica através das seguintes modalidades: I formulação de políticas; II desenvolvimento institucional; III reforço de capacidade; IV apoio a programas e projetos.

No documento denominado Memorando de Entendimento (2009) observa-se que, na Cimeira de Aquila o primeiro-ministro de Japão Taro Aso e o presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, acordaram em promover o desenvolvimento da agricultura em Moçambique, por meio da cooperação no âmbito da JBPP. Esta tem como finalidade “aproveitar o conhecimento da execução do Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado brasileiro” (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, 2009).

Na ocasião da visita a Moçambique, de 16 a 19 de setembro de 2009, a missão do Japão era chefiada pelo vice-presidente sênior da JICA, Kenzo Oshima; a do Brasil, chefiada pelo diretor da Agência de Cooperação Brasileira (ABC) e de Moçambique pelo ministro Marco Farani. Durante a visita assinaram o acordo de entendimento do ProSavana-JBM, para promover ações conjuntas entre Japão-Brasil-Moçambique.

Assinala-se, no entanto, que a situação socioeconômica da região do Cerrado brasileiro é significativamente distinta daquela existente na savana africana. “E que, portanto, novos modelos de desenvolvimento agrícola sustentável, específicos para cada uma das regiões abrangidas, serão necessários” (SCHLESINGER, 2013, p. 17).

3.2. Avaliação da quinta geração e o ProSavana

A verdadeira avaliação deve ter em princípios três dimensões, a saber: dimensão da eficácia econômica, a dimensão da utilidade social e a dimensão institucional (MALOMALO, 2010). Entre as três dimensões que acabamos de mostrar, servem-nos quando aplicarmos os temas da avaliação da quinta geração, as seguintes: inicialmente a primeira dimensão, da eficácia, que está inserida na *performance* da criatividade das iniciativas socioeconômicas, em outras palavras, das iniciativas voltadas para a economia social, que visam o emprego, os custos, os benefícios, a rentabilidade e a *performance* relativos ao setor de atividade que identifica ou corresponde às perspectivas do desenvolvimento da população, assim como à resolução dos problemas que lhes afeta. Em outras palavras, todas as iniciativas devem se voltar para os interesses principais dos seus beneficiários, não para o doador ou para o cooperante, senão estariam servindo a si mesmas.

A dimensão da utilidade social apresenta um valor agregado característico da economia social e encontra na sociedade a mobilização por espaço, as parcerias de iniciativas de solidariedade, com outros parceiros (ou entre as organizações da sociedade

civis nacionais e internacionais), as políticas de equidade e de distribuição dos recursos, assim como os empregos, entre outras.

A terceira e a última dimensão institucional, reporta-se à estrutura do poder e ao lugar que os atores sociais ocupam, como empregados, utilizadores/consumidores, sociedade e público nas tomadas de decisões. E dentre todas as dimensões sociais, sejam diretas ou indiretas, as iniciativas sociais se entrelaçam com os sujeitos. Isto é um fator provocador do desenvolvimento das capacidades através do programa, que pode levar a sociedade a uma dinâmica de pouca desigualdade social, assim como pode ainda ser o fator aprofundador da mesma.

Para entender as funções perspectivadas de cada beneficiário do programa ProSavana (empresas privadas, públicas, sociedade civil, pequenos agricultores) remetemos a fazer valer os temas da avaliação proposta na nossa metodologia, para entender as partes do programa e o que é dito no programa (PROSAVANA-TEC (2011, p. 3).

O programa ProSavana-JBM, define-se no Memorando de Entendimento, assinado em Maputo em 2009, como Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas entre Japão, Brasil e Moçambique (ProSavana-JBM).

O ProSavana tem como instituições organizadoras: o Japão, coordenado através da sua Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (JICA), o Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) seu coordenador das políticas de cooperações internacional, com a participação da sua empresa pública, a Embrapa, que trabalha com a lógica capitalista. E Moçambique, através do Ministério de Agricultura Nacional (MINAG). Ou seja, o Programa ProSavana é concebido como um Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural para o Corredor de Nacala, em Moçambique (PROSAVANA-TEC, 2011; SCHLESINGER, 2013, p. 17). Sobre as empresas que investiram ou que estão em larga escala no domínio das terras dos camponeses no Corredor de Nacala, o leitor pode encontrar referência no último capítulo.

O programa ProSavana tem como objetivo melhorar a competitividade do setor rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar, a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar, como na geração de excedentes exportáveis a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agronegócio (PROSAVANA-TEC, 2011).

O governo de Moçambique, através do seu “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário 2011-2020 (PEDSA)” tem uma estratégia de desenvolvimento agrícola nacional, que deverá ser considerada a base para a formulação de planos de desenvolvimento do setor agrícola. O programa ProSavana é alinhado com a visão e os objetivos do PEDSA (PROSAVANA-TEC, 2011).

Segundo o ProSAVANA -TEC (2011) o programa ProSavana tem um público alvo, ou seja, beneficiários, que abrangem todas as categorias de produtores agrícolas que trabalham na área da produção agrícola. Apresenta um tipo de gestão agrícola conforme a escala de produção, considerando pequenos, médios e grandes agricultores, abrangendo a agricultura singular, a organização de agricultores e a agricultura empresarial.

O estudo preparatório inicial, desenvolvido já no âmbito do programa, definiu sua configuração em três componentes básicos, que segundo o ProSavana Tec é composto por três projetos:

- 1) ProSAVANA-PI: Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia com vista ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, Moçambique.
- 2) ProSAVANA-PD: Projecto de apoio a Plano Director com vista ao Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala, em Moçambique.
- 3) ProSAVANA-PEM: Projecto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola Comunitários com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária com vista ao Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, em Moçambique (2011).

O Programa ProSavana é estruturado por várias etapas, como mostra a introdução do resumo executivo do ProSavana-TEC, produzido em junho de 2011 pela Agência Brasileira de Cooperação, junto com a empresa brasileira Embrapa, onde são definidas as etapas de transferência de tecnologia entre o Brasil e Moçambique.

Em termo de duração, aponta ProSAVANA-TEC (2011), que o primeiro projeto, ProSAVANA-PI, iniciará em abril de 2011, indo até março de 2016 (5 anos). O segundo ProSAVANA- PD, pela sua natureza já se explica por ser o apoio à elaboração do plano diretor. E o terceiro ProSAVANA-PEM, se desenrola de maio de 2013 a maio de 2019 (6 anos).

No que tange ao orçamento do programa ProSAVANA -BJM, não tivemos acesso, nos documentos que pesquisamos. Todavia, temos noção do teor do financiamento, que cabe no nosso estudo. Cabe destaca que o Japão, na reunião considerada de alto nível em Tóquio, março de 2013, foi considerado o maior financiador do plano estretégico do programa, com valor estimado em cerca de 111 milhões de dólares norte-americanos (MOÇAMBIQUE PARA TODOS, 31 de março de 2013). E ainda se sabe que o

ProSavana, com horizonte de 20 anos, tem a previsão um orçamento de US\$ 500,000,000,00 a serem investidos no Corredor de Nacala.

O ProSavana, como podemos constatar no Memorando de Entendimento assinado em Maputo em 2009, sobre a cooperação triangular para o desenvolvimento da agricultura da savana tropical em Moçambique, no seu terceiro ponto combina, conforme a necessidade, a Cooperação Técnica do Japão e do Brasil, a Cooperação Financeira Não Reembolsável, a Cooperação Financeira Reembolsável (Empréstimo ODA) e diversos programas voluntários. Este modo de planejamento de financiamento foi feito de modo que cada uma destas formas de assistência, pudesse assegurar a plena execução do programa.

Um ponto que merece logo a nossa atenção é que, ao mesmo tempo que o programa possibilita o financiamento das agências de cooperação do Brasil e Japão, também lhes possibilita ser o financiador de Moçambique a partir do momento em que as empresas, principalmente as nacionais, que pretendem investir no programa, terão que percorrer estas fontes. E Moçambique se mantém na mesma, sendo doador de terras públicas, às quais as multinacionais têm acesso através da concessão, enquanto as comunidades locais arcam com as consequências, sejam elas positivas ou negativas, como já mencionamos (FARMLANDGRAB.ORG, 2014).

Conforme vimos, ao longo de nosso trabalho, o programa ProSAVANA tem três fases, segundo os projetos que compõem o programa. De acordo com o ProSavana-TEC (2011, p.8), a região do Corredor de Nacala encontra-se ao norte de Moçambique, entre os paralelos 13° S 17° S, partindo do porto de Nacala, na província de Nampula, até a cidade de Lichinga, província de Niassa. No sentido leste-oeste, a região é cortada por uma ferrovia e por uma rodovia nacional, que se comportam como importantes vias de transporte de produtos, tanto para Moçambique quanto para seus vizinhos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Malawi e Zâmbia principalmente, o que insere a região em uma estratégia ampla de desenvolvimento e integração regional. Observa-se que a região se encontra numa localidade estratégica que possibilita a saída dos produtos comerciais, tanto para países via oceano, como para outros continentes. Nesta questão, o interesse por este mercado intra-regional e local, pois o sistema capitalista sempre procura consumidores e mão-de-obra com a finalidade de extração de lucros.

A área alvo no Plano Director (2013) tem o perfil que abrange o Corredor de Nacala, é composta por 19 distritos das Províncias de Nampula, Niassa e Zambézia. A

área física é de 107.002 km², com uma população estimada em aproximadamente 4.287.415 habitantes em 2011 (Estimativa do Censo Populacional do INE).

Quanto à Cooperação Moçambique-Brasil-Japão (2013), os interesses brasileiros para investir no Corredor de Nacala surgiram a partir da visita do ministro moçambicano da Agricultura, José Pacheco. Em referência à pesquisa intitulada o ‘Despertar o gigante’ e a declaração do ministro, que na ocasião anunciou que existiam extensas áreas de terra que não estavam sendo usadas e ainda fez a propaganda do custo, em Moçambique, de um hectare de terra 15 meticais (cerca de \$0,50 cinquenta centavos de dólar americano), por ser propriedade do Estado⁴.

Baseando nos dados da JICA (2011) e do PROSAVANA-TEC (2011, p. 3), percebemos que a visão e missão oficiais do ProSavana colocam-se para “melhorar as condições de vida da população” no Corredor de Nacala através de um “desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo” e consequente geração de empregos através de investimentos agrícolas. Porém a forma como está sendo planejado é problemática e pode fazer com que a comunidade conteste como está acontecendo, alerta Schlesinger (2013).

A sua área alvo, a região do Corredor de Nacala, está situada entre os paralelos 13°S à 17°S, compreendendo as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Niassa e Tete (SCHLESINGER, SERGIO 2013, p.17; PROSAVANA-TEC 2011, p.3). No entanto, os distritos-alvos, consideradas no estudo, no âmbito do Programa são: Monapo, Muecate, Meconta, Nampula, Mogovolas, Murrupula, Mecubúre, Ribáuè, Lalaua e Malema na província de Nampula; Cuamba, Mecanhelas, Madimba, Ngauma, Lichinga, Majune e Sanga na província do Niassa; e Gurué e Alto Molocué, na província da Zambézia.

A província do Niassa inclui: Chimbunila (Lichinga), N’Gauma, Mandimba, Cuamba, Sanga, Majune, Mecanhelas. E por último a província da Zambézia: Gurué, Alto Molocué (PROSAVANA-TEC 2011, p. 3; SCHLESINGER, 2013, p. 17).

⁴ Sétimo encontro de negócios de CPLP em 23 de abril de 2013 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z7nV98GQrx8>. Acessado em: 13 de Nove. 2015.



Figura 1: Mapa geográfico da República de Moçambique



Figura 2: Corredor de Nacala em Moçambique

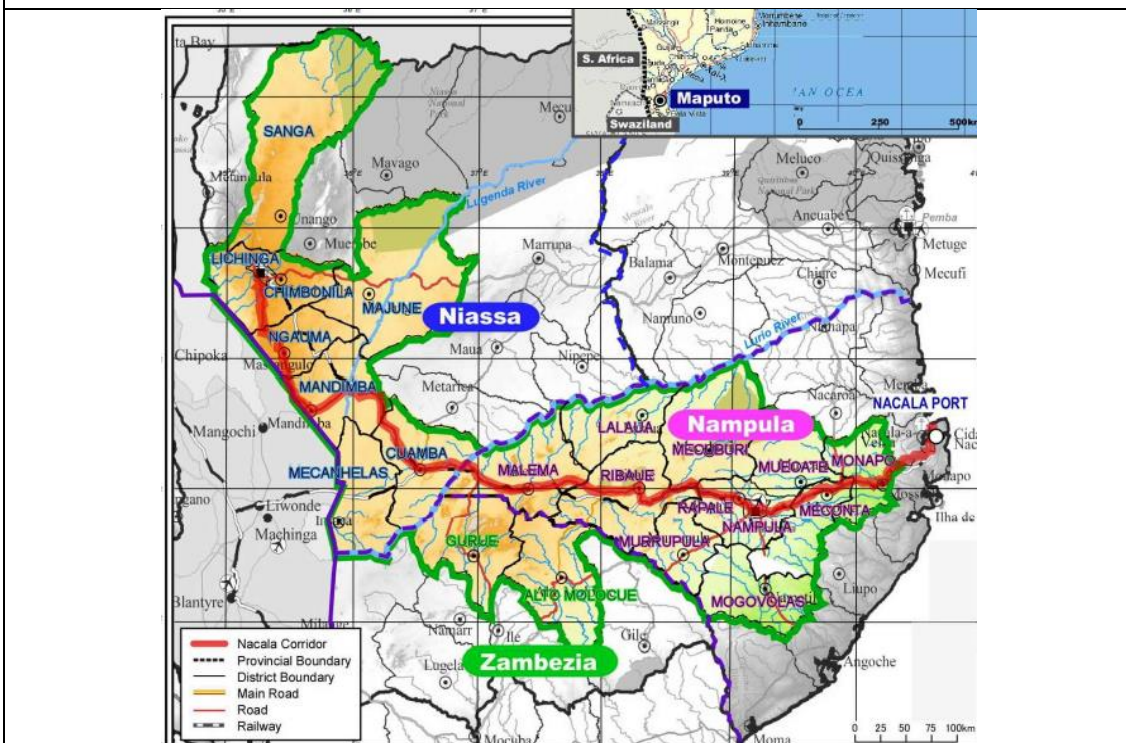


Figura 3: Nacala dentro da província de Niassa

Tendo em vista a importância dos principais atores da sociedade civil em qualquer projeto que seja digno dos agricultores, as cooperativas, associações, setores público e privado e a sociedade civil possuem um papel importante na implementação do Plano

Diretor. Além disso, as parcerias entre as partes serão favorecidas quando aplicáveis, aponta o Plano Diretor (2013).

Para que a atuação dos participantes do programa ProSAVANA, não fique apenas no papel, propomos resumir os pontos de tarefa de cada um em pequenos parágrafos:

Os agricultores (pequeno, médio e comercial) – espera-se melhorar a vida destes através do aumento da produção e da produtividade na agricultura, usando métodos e técnicas melhoradas, além da implementação de atividades econômicas autossustentáveis relacionadas ao mercado. Os agricultores de pequena escala, em particular, mudarão do cultivo de subsistência para um sistema autossustentável, alcançando benefícios que levarão ao desenvolvimento no futuro. O setor público tem o papel de criar condições favoráveis para os agricultores (pequeno, médio e comercial) e empresas privadas poderem realizar suas atividades em um ambiente competitivo, fornecendo bens e serviços, tais como pesquisa agrícola, extensão agrícola e serviços especializados em sementes, saúde animal e vegetal e gestão da terra (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, 2009).

A forma de beneficiar os pequenos agricultores, no programa, é via aumento de produção e da produtividade agrícola, como explica a citação acima.

O setor público também terá por missão será assegurar as normas jurídicas e a boa governança (PLANO DIRETOR, 2013). No setor público, o Ministério da Agricultura e Pecuária, tomará a iniciativa de promover o Plano Diretor e coordená-lo com suas organizações subordinadas, outros ministérios, outras entidades públicas, como as instituições financeiras, o setor privado, a sociedade civil, parceiros do desenvolvimento e agricultores, aponta o Memorando de Entendimento 2009.

Da parte do setor privado, espera-se no programa, que seja a força propulsora do desenvolvimento. O setor privado inclui a agricultura empresarial, comerciantes, provedores de processamento e de serviços de financiamento rural, pesquisadores e outras profissões liberais. Para desenvolver redes de fornecimento de insumos e cadeias de valor, será necessário o crescimento do setor privado, especialmente a expansão da rede de comércio e processamento. Através da cadeia de valor, o valor dos produtos agrícolas irá multiplicar e este acréscimo será distribuído entre as pessoas de cada segmento da rede, aponta Memorando de Entendimento (2009).

Espera-se das organizações da sociedade civil, em particular, as organizações não governamentais e universidades, que exerçam um papel fundamental no desenvolvimento do capital humano e social, contribuindo também para a transparência das atividades do Plano Diretor, por meio do monitoramento independente e do diálogo regular. Este processo também será apoiado pela mídia ou imprensa e pelas universidades, especialmente no que diz respeito a estudos e análises de políticas (MEMORANDO DE

ENTENDIMENTO, 2009). O que significa que pequenos agricultores não poderão sobreviver na competição de livre concorrência do mercado.

Referente aos ganhos de cada país, expressa-se a Cooperação Moçambique-Brasil-Japão (2013) com pouca clareza na sua definição. Por exemplo, no caso do Brasil, sabe-se que precisa produzir e vender aos japoneses, para pagar a dívida do PRODECER II. Por sua vez, Moçambique mostra que o documento não está nada claro em termos dos ganhos e das vantagens práticas destes negócios. E por último, o Japão vai proceder à coleta da produção dos ‘fazendeiros brasileiros’, para exportar para o mercado asiático (COOPERAÇÃO MOÇAMBIQUE-BRASIL-JAPÃO, 2013).

E vale destacar o que o Plano Diretor (2013) afirma, o que tange a agricultores pequenos, médios e comerciais:

1) Assegurar os direitos de uso da terra através da promoção da obtenção de DUATs para suas áreas e empoderamento da gestão de investimentos privados de acordo com a Lei das Terras e regulamentos relacionados. 2) Melhorar o acesso a técnicas agrícolas necessárias para o cultivo fixo e serviços de extensão por meio do fortalecimento dos serviços públicos de extensão e popularização dos sistemas de produção sob contratos com empresas privadas. 3) Melhorar o acesso para assegurar mercados, através da diversificação de culturas, divulgação de informações de mercado e sua disseminação; promover a conexão entre agricultores e comerciantes e/ou empresas privadas pelo setor público; melhorar o acesso físico por meio do melhoramento das estradas, fortalecimento da força de barganha através da promoção de organizações de produtores, aumento do preço de venda etc. 4) Melhorar o acesso a insumos agrícolas por meio da combinação das seguintes ações: aumentar o volume da existência de sementes certificadas e fertilizantes, estabelecer redes distantes de distribuição e melhorar o financiamento aos agricultores (grupo de agricultores), oferecendo empréstimos razoáveis por meio de fundos.” (PLANO DIRETOR, 2013).

Para o ProSavana-TEC (2011), o setor privado visa gerar a força propulsora do desenvolvimento com o melhoramento da vida na área do Corredor de Nacala, assim sendo, o ProSAVANA irá fornecer o seguinte apoio ao setor privado:

“1) Estabelecimento e desenvolvimento de empresas do agronegócio de pequena e média escala, por meio da preparação de serviços de apoio financeiro e serviços de desenvolvimento de negócios. 2) Estabelecer um sistema claro de serviço governamental para empresas privadas nas áreas agrícolas, por meio da integração das informações necessárias relacionadas. 3) Apoiar a criação e o desenvolvimento de redes de cadeias de valor pela alocação de armazéns de propriedade do governo, aplicando um tratamento preferencial para as indústrias alvo e elaborando padrões de qualidade para um comércio transparente.” (PROSAVANA, TEC 2011).

Com estas responsabilidades entre o privado e público, de acordo com a nossa leitura das partes que constituem o programa, entendemos que podemos ter uma mínima compreensão da concepção do desenvolvimento exposta no ProSavana-JBM, como temos apresentado, que é o desenvolvimento sustentável. Mas devido a isso e a detalhes do

programa, ainda não é tarefa fácil a plena compreensão de que se trate, ou não, de um desenvolvimento sustentável, por estar o programa na sua fase inicial.

CAPÍTULO 4: CONCEPÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO PROSAVANA E NOSSAS CRÍTICAS

Vale salientar que a nossa percepção sobre o programa ProSavana não é a de emitir juízos de valor, mas sim de entender a fundo a concepção do desenvolvimento colocada, depois apresentar as partes chaves do ProSavana. E ainda vale mencionar que o programa já executou a primeira fase e está em busca de afirmação das ações da mesma. Noutro sentido, pretendemos com isso dizer que com a nossa metodologia e objetivos não nos permite entender o futuro do programa, mas o que constitui problema na execução. Em outras palavras, queremos dizer, por que o “Não ao ProSavana!” como apontou a ADECRU? (2014).

Como apresentamos na metodologia, incorporamos ao nosso estudo a avaliação da quinta geração, a fim de nos possibilitar analisar e ter com pormenores informações concisas. Aplicando o último ponto do método da ‘da quinta geração’, permitimo-nos fazer a avaliação do programa. Logo de início nos deparamos, ao longo da análise e a partir das nossas perspectivas, com o fato de que o ProSavana se coloca como programa de ‘desenvolvimento sustentável’ que o Brasil, o Japão e o próprio Moçambique construíram e têm como fundamento a concepção do desenvolvimento por meio da agricultura de agronegócios, baseada nas leis do mercado, da ‘livre concorrência no mercado’, mas com a ausência dos movimentos sociais na elaboração do plano diretor, assim como no Memorando de Entendimento do programa assinado em Maputo, em 2009 (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, 2009).

O estudo do desenvolvimento é um campo multidisciplinar que faz uso de conceitos da sociologia, da antropologia, da economia e da política, para pensar a realidade social (MALOMALO, 2009 p. 136). Tudo isso, porque cada ciência faz estudos de acordo com os seus objetivos e métodos que com eles se identificam. Para compreender estas questões, vale repensar o próprio desenvolvimento, nos dias atuais, que é disputado por vários discursos.

O desenvolvimento por ter sempre acompanhado de múltiplos discursos e conceitos que lhe atribuíram maior significado, pelos posicionamentos dos seus debatedores e usuários, que têm o fim de legitimar os seus argumentos ou as suas práticas em projetos, que visam o próprio desenvolvimento, com todas as suas consequências, sejam elas positivas ou negativas, vem sendo ponto de criação da credibilidade dos países,

a fim de alcançar o bem-estar das suas populações. O entendimento destas disputas pode ser esclarecido por Bas 'Ilele Malomalo, quando afirma que,

[...], as palavras disputadas pelos políticos, cientistas de direita e de esquerda, conservadores, liberais, socialistas, progressistas, radicais e moderados; colonizadores e colonizados, dominadores e dominados. É nessa circunstância que, no auge do debate sobre o desenvolvimento do continente africano, o filósofo congolês Shamalenga Ntumba (1984), alertava que o conceito de desenvolvimento é enfeitado; e que é preciso exorcizá-lo antes de qualquer uso que se possa fazer (2009, p.203).

No decorrer dos anos 90 e início dos anos 2000, a famosa cantiga entoada em todos os cantos do mundo, que traria o mais esperançoso e novo desenvolvimento, começou a dar provas de desaprovação (MARANHÃO, 2012, p. 78). O fato tomou lugar de grande destaque no estudo dos projetos de cooperação atrelados ao mercado internacional e a cooperação técnica começou a receber novas críticas, por estar sem assistência técnica.

A década de 90 foi marcada por uma série de debates sobre o chamado desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2002, p. 38). Esta marca vem perseguindo as políticas de desenvolvimento dos países, até a presente data.

De acordo com Ana Elizabete Mota (2012, p. 78), dentre inúmeros conceitos, podemos ter, em destaque, desenvolvimento local, sustentável, capital humano e social, empreendedorismo, crédito popular, os quais têm sido propagados por diversas organizações multilaterais, agências, cooperações, instituições públicas e privadas, empresas multinacionais, como alternativas viáveis para a superação da pobreza e inserção dos 'países periféricos' na nova globalização do século XXI.

Para Malomalo (2013 p. 136), o que concerne ao nascimento deste conceito tem a ver com o período após a segunda guerra mundial, num contexto histórico que Gunnar Myrdal caracterizou como guerra fria, período da descolonização e da aspiração dos países em desenvolvimento. Em razão disso, estes países visavam ocupar melhor lugar na ordem política e econômica mundial, com condições de vida mais dignas para o conjunto de suas populações. Para atingir o verdadeiro sentido do entendimento deste conceito em seus campos de conhecimento, ou o seu uso, propomos enfatizá-lo nas perspectivas de Malomalo (2009, p.136).

Para ele, na atualidade, existem duas correntes desse campo de conhecimento. A primeira constitui o pensamento dominante do desenvolvimento, que tem a economia como núcleo duro. A segunda, por outro lado, constitui o pensamento crítico do

desenvolvimento, conhecido também como pensamento alternativo (MALOMALO, 2013, p. 136).

A primeira abordagem peca pelo seu economicismo. Esta primeira linha de pensamento tem como seus defensores as grandes instituições financeiras, tais como FMI, BANCO MUNDIAL, as agências de cooperação para o desenvolvimento, que têm os programas de desenvolvimento visando o mercado, baseadas nas próprias leis do mercado, com os países com os quais fazem a cooperação. Estes são os defensores dessa linha de pensamento, como a única alternativa.

Segundo César Henrique Maranhão (2012, p. 79), a abordagem dominante do desenvolvimento tem escolhas impopulares que se expressam com a frase ‘não há alternativa’ usada por governantes de todo o mundo. É esse discurso da ‘inexistência dessa alternativa’ que os países do terceiro mundo ou, melhor, africanos, vêm seguindo.

As mesmas trajetórias do desenvolvimento que, depois são retificadas com as políticas públicas, o que o Brasil vem fazendo nos governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ou, seja um desenvolvimento que gera desigualdade social, concentração de recursos na posse da minoria.

A ‘inexistência de alternativa’ ao mesmo tempo é a legitimação de todas as consequências provocadas pelo mercado com os camponeses e a sociedade civil no seu todo. É o caso específico da ‘usurpação’ das terras por empresas brasileiras em Moçambique⁵. Na Carta aberta dos movimentos sociais e da sociedade civil direcionado aos presidentes de três países, Brasil, Japão e Moçambique, em 2013, os signatários apontavam a existência de indícios evidentes de vícios na concepção do ProSavana, graves irregularidades na consulta e participação pública e o risco do surgimento de famílias moçambicanas sem-terra, à semelhança do que aconteceu com o PRODECER, no Brasil, implementado em 1978.

O que vale ressaltar é que o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico.

“De fato, sabemos que pode coexistir um processo de crescimento com desenvolvimento econômico negativo, como ocorreu com o Brasil na época do ‘milagre econômico’; e, ao contrário, podemos encontrar casos de desenvolvimento econômico com crescimento negativo como em Moçambique na mesma década de 70.” (DOMINGUES, 2001).

⁵ Relatório de UNAC e GRAIN, Fev. 2015 Disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>> Acessado em: 12 de Jun. de 2015.

A predominância da seguridade dessa alternativa tem seus argumentos de base sólida patenteados pela atuação das empresas e de seus próprios países. É a segurança argumentativa, apresentada ou legitimadora, das ações das organizações são mostradas por Ana Elizabete Mota.

“Ao argumentar o distanciamento tanto do fundamentalismo do Consenso de Washington, como também daquilo que chamam de velha concepção de desenvolvimentismo, o discurso sobre um novo tipo de desenvolvimento gradativamente ocupando um papel de destaque no debate político e acadêmico em torno das alternativas para combate à pobreza nos países periféricos.” (MOTA, 2012, p. 78)

Para Cézár Henrique Maranhão (2012, p.78), relatórios do Banco Mundial sobre a estratégia de combate à pobreza, nas pesquisas e índices da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento social e humano ou em muitos acordos traçados pelos objetivos do Milênio, apresentam as próprias consequências e folgas deixadas na sociedade.

Perante a crise atual, a corrente do pensamento economicista de desenvolvimento que tem a economia como núcleo duro, considera que não há outra saída (MALOMALO, 2013 p. 136). A própria lei do mercado será o corretor das desigualdades sociais criadas pelo próprio mercado, a chamada livre concorrência do mercado.

Os defensores do pensamento alternativo pensam diferentes. Estes fazem parte da nova sociologia econômica, da teoria econômica social e solidária, do desenvolvimento humano, do desenvolvimento social, do desenvolvimento econômico comunitário, do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento das capacidades em que se sustenta o nosso referencial teórico. Para eles, é preciso introduzir novo olhar sobre o conceito da economia e desenvolvimento econômico (Malomalo, 2013, p. 136).

De acordo com Malomalo (2013, p. 136), a economia, o mercado e as suas transições são vistos como construções sociais. Nessa ordem de raciocínio, a superação das desigualdades sociais contemporâneas, da pobreza e de uso desenfreado dos recursos naturais e do meio ambiente, feito pela manipulação política do próprio sistema econômico capitalista, só são possíveis definindo-se novas leis. E são novas leis em diferentes formas de pensar e construir a economia e sociedade. Ou seja, nas chamadas livre concorrências do mercado, no seu todo, há a necessidade da intervenção do Estado a fim de corrigir as destruições provocadas, sejam elas, humanas, ambientais e sociais (MALOMALO, 2013, p. 136).

Em outras palavras, isto significa que desenvolvimento é um conceito que vai além do simples crescimento econômico (soma dos lucros, multiplicação de valores

monetários) (MALOMALO, 2013, p.136). Diz respeito à qualidade de vida das populações e do seu meio ambiente. A busca pela alternativa não se resume ao simples combate à fome. Isto é, a concepção do desenvolvimento que as organizações e os países emergentes, através das suas agências de cooperação, apresentam nas suas concorrências e levam, com objetivos pouco implícitos, nos seus projetos de desenvolvimento para um Estado, sociedade civil, com as respectivas consequências que os alvos (comunidades locais, populações indígenas, movimentos sociais) sofrerão, ao longo do tempo⁶.

Para Carlos Lopes (2005, p.73), quando a ideia de desenvolvimento se estabeleceu no século XX, parecia que tudo o que os países pobres tinham de fazer era imitar os países ricos. Tratava-se de uma concepção alienada e dominadora.

De fato, pensava-se que os países mais pobres seriam capazes de fazê-lo de forma ainda mais rápida. Nesta concepção enfatiza Carlos Lopes, em dois vieses:

Em primeiro lugar, eles poderiam tirar vantagem de experiência dos seus predecessores ao adotar as mesmas medidas e tecnologias comprovadas. Em segundo lugar teriam condição também de se beneficiar de assistências vindas dos países ricos – não apenas na forma de doação e empréstimo para ajudar construir infraestruturas (estradas, indústrias escolas e hospitais), mas até por meio de competências adquirindo informações, habilidade e conhecimento necessário a uma sociedade industrial moderna (2005, p.74).

No entanto, o que a realidade mostra está muito longe de ser tão fácil, como se imaginava. E as contradições a serem enfrentadas, quando pensamos o desenvolvimento são de tal modo sérias, que não se baseiam na simples busca do bem-estar social ou de todos, pois ele tem os seus privilégios, que não incluem toda a camada social, a qual pertencem os recursos que são utilizados pelo processo.

César Henrique Maranhão (2012, p. 78) é ainda crítico ao afirmar que “o novo desenvolvimento oferece novas promessas de superação de atraso econômico e de resolução da dívida acumulada nos países periféricos”. Ao tentarmos compreender este processo do ‘desenvolvimento’ ou o ‘desenvolvimento sustentável’, percebe-se logo que a concepção do desenvolvimento sustentável está embutida no ProSavana-JBM com a famosa livre concorrência do mercado, como único regulador da vida econômica e social, aponta o (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, 2009) e isto está muito mais projetado no mercado privado do que nas próprias comunidades de Nacala.

⁶ Sobre este assunto consulte: como PRODECER e ProSAVANA.

<<http://www.farmlandgrab.org/post/view/23765> dia 03 de fevereiro de 15

Com isso enfocamos os países de costume político e não acadêmico. Estes são os países do Norte, que podiam fazer com que os do Sul se desenvolvessem. Sem ir longe nesse argumento, seria importante ver as consequências ou a total contradição do próprio desenvolvimento apresentado no documento intitulado Memorando de Entendimento, assinado no ano 2009, em Maputo, pelos representantes destes três países, que baseia a concepção do desenvolvimento Prosavana no disfarce da ‘livre concorrência do mercado’. Para fazer as nossas críticas a este disfarçado desenvolvimento sustentável, é importante um esclarecimento a partir da leitura teórica de István Mészáros. Segundo este autor,

[...] o desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou seja, a divisão entre norte e sul, tanto globalmente quanto no interior de cada país); apresenta ao mesmo tempo a produção e destruição (esta última geralmente glorificada como ‘produtiva’ ou ‘destruição criativa’); forma absolutamente utilitarista de tomada de decisões no processo de *planejamento* e produção e a necessidade de sua implementação; [...] expansão de emprego e geração do desemprego; [...] impulso de economizar recursos materiais e humanos e combinado ao absurdo desperdício deles; [...] crescimento de produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental; [...] tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercidas pelos estados nacionais contra os seus rivais; e a *acelerada deslocação da populações nas suas terras* (grifo nosso) (2012, p.20).

A leitura crítica de César Henrique Maranhão (2012, p.78) e Istvan Mészáros (2012, p.20), comparando com o que o Memorando de Entendimento (2009) apresenta, torna bem claro que a concepção do desenvolvimento colocada no Prosavana, o chamado ‘desenvolvimento sustentável baseado nas leis do mercado’ não é mais do que aquilo que podemos chamar de ‘destruição criativa’, assim como o novo desenvolvimento, as novas promessas de superação de atraso econômico e de resolução da dívida acumulada nos países periféricos, a contínua poluição ambiental, sem alongar muito, são os mesmos fatores que colocaram o homem em crises contínuas, tanto na vida social, como na sua relação com o meio ambiente e com as próprias tecnologias que vem desenvolvendo. Observa-se que existe a possibilidade de se pensar em modelos do desenvolvimento da sociedade sem minimizar as particularidades da mesma. Um modelo com tanta contradição não garante o bem-estar presente e nem o futuro, a não ser o bem-estar de uma minoria e a contínua desigualdade social, fenômenos que vêm merecendo debate em Moçambique. Fato é, que este tipo de desenvolvimento, quanto mais contraditório é do seu contexto, menos controle sobre a previsão de recursos para o futuro nos permitirá.

Segundo István Mészáros (2012, p.31), a questão remete ao reaparecimento maciço, no século XX, daquilo que Marx denominou de “ajuda externa”, ‘políticas agrícolas comuns’ e garantias de exportação de imensos fundos de pesquisa financiados.

Especificamente no presente caso, temos a EMBRAPA na África, pelo Brasil e Japão, num contexto de aspiração insaciável do complexo industrial.

O que torna muito mais complexa a nossa problemática é a insuficiência da ‘ajuda externa’, independentemente da quantidade oferecida (MÉSZÁROS, 2012, p. 31). E esta alternativa de desenvolvimento implica num caminho para chegar à solução, que se torna cada vez mais longínquo. Em outras palavras, este caminho nos mostra que quanto mais empréstimo, mais dívidas acumuladas para pagar, mais atraso e todos estão cientes do que o atraso tem significado para um país como Moçambique, que é um dos países africanos com mais alto nível de dependência externa, como mostrou Orlando Nipassa,

“Todavia, esta ajuda não tem se reflectido em termos de desenvolvimento do país. Observa-se que, contrariamente ao que o bom senso permitia esperar, a pobreza teima em persistir. Carências alimentares, de saúde, educação, habitação e emprego continuam a fustigar mais de metade da população. Este quadro tem desafiado, claramente, todos os que acreditavam que com a ajuda externa e umas doses de ‘prescrições’ a situação dos moçambicanos melhoraria. [...]. Face a este quadro, pretendo defender que a ajuda externa não nos pode desenvolver. Pelo menos, não nas modalidades em que ela é realizada. Penso que a ajuda está a ser processada numa perspectiva instrumental, servindo preferencialmente aos interesses dos próprios doadores.” (2009, p. 5).

O capital na fase atual de desenvolvimento tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de ‘ajuda externa’. Ou seja, os países têm sempre que apostar as suas alternativas de desenvolvimento nas ajudas externas e os seus doadores só têm a ganhar nos seus próprios empréstimos, a fim de desenvolverem as suas instituições.

Frente a essas contradições, vale perguntar o que seria ou o que deveria ser desenvolvimento, para os países africanos, num processo de busca pela globalização de capitais internacionais? O conceito de desenvolvimento, na nossa atualidade, o seu entendimento nas perspectivas críticas, deve ser pensado em todos os níveis do país, com o reconhecimento da importância de se criar um processo de endogenização do desenvolvimento de Nacala e de todo Moçambique. Em nível amplo, a chamada globalização de capitais internacionais em outros países, vem sendo o ponto focal e alternativo da justificação do desenvolvimento como processo global, sem ignorar as consequências que acabamos de apresentar.

Segundo István Mészáros,

Independentemente das alegações da atual ‘globalização’, é impossível existir universalidade no mundo social sem *igualdade substantiva*. Explica, que o sistema do capital, em todas as suas formas entendidas com suas próprias projeções – ainda que distorcidas e estropiadas de – universalidade globalizantes. É enormemente mais incompatível com a única realização significativa da universalidade viável, capaz de harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas com o desenvolvimento abrangente das

capacidades e potencialidade dos indivíduos sociais livremente associados, baseados em suas aspirações e seus valores (2012, p. 17).

A harmonização do desenvolvimento, na nossa perspectiva, é fazer projeções do desenvolvimento da agricultura do cerrado brasileiro, como modelo a ser aplicado na savana moçambicana sem levar em conta as diversidades culturais que estes dois países apresentam. E as suas perspectivas do desenvolvimento a partir das suas capacidades locais, a sua concepção e relação com o meio ambiente e a definição de propriedade, seja ela público ou privado. As potencialidades da tendência universalizante do capital, por sua vez, se transformam na ‘realidade da alienação desumanizante e na reificação, quando são deslocadas as populações’ (MÉSZÁROS, 2012, p. 17).

A busca do que seria o desenvolvimento não é uma tarefa simples, tem concepção e perspectivas diferenciadas, que dependem dos seus autores ao objetivar as atividades que buscam alcançar o sucesso. Em outras palavras, o desenvolvimento não tem modelo eficaz para todos, pois é um processo de construção das capacidades dos agricultores e moradores do Corredor de Nacala, que assumem o seu próprio processo. Mas, dessa forma, entendemos que, o desenvolvimento, por ser legal, tem fortes dependências do seu gestor ou planejador. Por outro lado, sem ignorar o papel do desenvolvimento nisso, há a relação com valores que podem (e normalmente são) diferentes de sociedade para sociedade, mediante costumes e culturas diferentes (DOMINGUES, 2001).

Para Ronald Domingues (2001), o desenvolvimento é definido como ‘um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores’. O centro de todas as contradições acerca da teoria do desenvolvimento socioeconômico está exatamente na definição desses ‘valores’, num programa de desenvolvimento como o ProSavana, que foca suas atividades no mercado e conseqüentemente desperta o antagonismo dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral, pois não prevê a inclusão significativa dos agricultores e de suas organizações, discussão que apresenta a Carta Aberta de 2013.

Todo o processo de desenvolvimento tem a ver com alterações nas relações sociais, desde que visa a ‘livre concorrência do mercado’, possibilita a dinâmica de recriação social. Reprodução social como conceito refere-se ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade (MÉSZÁROS, 2012).

De acordo com Gilson Oliveira (2002, p. 40), “o desenvolvimento depende das características de cada país ou região”. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos

naturais que possuem, as suas concepções do que seria o bem-estar, sem ignorar as pretensões e técnicas usadas pelos agricultores de Nacala para melhoria das capacidades.

Definir o desenvolvimento de capacidade como essencialmente um processo endógeno, tem implicações fundamentais na cooperação externa (THEISON, THOMAS e LOPEZ, 2006, p. 53). A sua justificativa tem relevância no nosso estudo, por Moçambique ser um país dependente devido aos encargos da dívida externa. E isso tem fatores, como encargos de vícios e efeitos de ajustes estruturais, os déficits crônicos no comércio, que prejudicam decisivamente o desenvolvimento de capacidade. Nestas nuances, vemos a importância de integrar a cooperação externa, seja ela, tripartida e técnica, ao sistema nacional. Trata-se da endogenização da cooperação, antes mesmo que o próprio desenvolvimento.

No Memorando de entendimento às funções elencadas, vimos que a sociedade civil em geral, compreendendo os movimentos sociais, a organização dos agricultores, os pequenos agricultores, ONGs e universidades, apresenta, como simples contribuintes da transparência, meras monitorias, frente às concorrências das empresas tanto nacionais como multinacionais, públicas e privadas (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, 2009).

Ao discutir esta questão, vale afirmar que o programa ProSavana, não é pensado para os próprios sujeitos beneficiários (comunidades locais) como agentes de desenvolvimento locais de um desenvolvimento de capacidades dentro de um processo de endogenização, mas sim como um desenvolvimento mais atrelado ao mercado do que ao alavancamento da pobreza enraizada. Não temos a pretensão de subestimar os esforços, mas sim uma preocupação de fazer a população de Nacala chegar a uma *performance* social de verdade, que repudie as crises rotativas ou continuadas, bem como as exclusões sociais.

O alavancamento da pobreza enraizada quer dizer que a eliminação da pobreza, devido, em primeiro lugar, ao papel engajador do próprio sujeito alvo, ou seja, um desenvolvimento que comece da capacidade local, de instituições como União Nacional de Camponeses, ADECRU, Justiça Ambiental e toda a sociedade civil do Corredor de Nacala, formal e informalmente, indo até o meio ambiente. Este fato pode ser percebido no espaço sublinhado correspondente à ‘função do setor privado’ no Memorando de Entendimento assinado em Maputo em 2009, por representantes das instituições pertencentes a três países, como “propulsora do desenvolvimento às empresas, comerciantes provedores de processamento e serviços de financiamento rural, pesquisa

rural e outras profissões liberais” (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO, 2009). Ainda, acrescenta o sentido das funções de agricultores (pequenos, médios e comerciais), embora isto também conste no setor privado nacional, que mudarão de subsistência para autossustentabilidade.

Um desenvolvimento sustentável, como é mostrado no projeto, econômico (plena competição), alternativo, se baseia no intuito de provocar a competição para poder alçar as bandeiras do IDH sem preocupação com as consequências dessa competição. Nada leva às pessoas-alvo a ‘superação da fome’ se não uma autêntica dominação do imperialismo (ISTVÁN, 2012).

O problema maior desse programa, quando colocado em questão, é como se indica, na cooperação entre os três países, a ‘transferência da tecnologia’. Isto nos faz voltar a pensar a modernidade.

Desde o advento da modernidade, imaginou-se que os processos de modernidade decorrentes eliminariam o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais. Essa visão, que para o autor se insere no processo histórico, conduzia a uma supervalorização da busca de uma identidade ‘moderna,’ sem uma perspectiva crítica no que diz respeito ao que se quer construir. Ou seja, frente a uma visão unificadora do que poderia aliviar as dificuldades, depois de ter desenvolvido a alta e sofisticada tecnologia, falta perguntar como seria o uso desta com a mais eficiência, sem haver a desvalorização do homem. Ou seja, a exclusão social como uma das consequências, a corrida pela soma maior dos lucros ou o alcance dos objetivos traçados e pretendidos pelos desenvolvimentistas (ALMEIDA, 2009, p.29).

Segundo Jalcione Almeida (2009, p.29), a verdade incontestável da fraqueza do moderno, como sendo portador de valores dos estudos generalizados que corrigiriam naturalmente os desequilíbrios, está em como evitar as consequências imprevisíveis. As crises e conflitos dos movimentos sociais na luta pela diminuição das desigualdades e na distribuição, e não só, como também, a busca da participação nas tomadas de decisões que visam resolver seus próprios problemas.

A agricultura pretendida no projeto ProSavana no norte de Moçambique, na província de Nacala, enfoca com clareza de entendimento a racionalidade da modernização, por um lado, a dinamização dos setores de produção em áreas de grande escala de ‘terras improdutivas’, a abertura de comércio aos fluxos econômicos internacionais, isso à custa da transnacionalização da economia em geral, por outro lado, a eliminação por completo dos valores da comunidade, dos assentamentos das

comunidades, de suas práticas agrícolas, do tratamentos de terras, da proteção do meio ambiente para não destruí-lo maciçamente, por uma simples, justificada e ao mesmo tempo supostamente legitimada única alternativa, chamada de livre concorrência do mercado. Sem fechar a questão, mais valeria realçá-la no questionamento de como se pode colocar as pequenas produtoras agrícolas e as empresas multinacionais em livre concorrência no mercado, sem a intervenção do Estado?

Observa-se que a racionalidade que tem a ver com o uso das novas tecnologias para revolução da agricultura tem as suas consequências que impactam o meio ambiente e a vida das pessoas. De acordo com Almeida (2009, p.31), o país pode passar por exclusão pelo êxodo de grande número de habitantes rurais, pela forte diferenciação social, pela concentração elevada de terras, dos meios de produção, pela poluição do meio ambiente e pelo forte esgotamento dos recursos agrícolas que poderá se converter em escassez.

A alternativa liberal no campo de agricultura pode ser monótona, se carregar as perspectivas sem elevar o desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2009, p. 31). Em outras palavras, garantir do mercado a não intervenção do Estado, seria manter o desenvolvimento da mesma forma que o sistema nos tem apresentado, com mesma exclusão social. Ou seja, a intenção do Estado se foca na direção da liberalização total e do fim de todo o sistema de subvenção e de proteção política e econômica para agricultura, dando ao mercado a tarefa de regulação das relações sociais em geral e de produção, principalmente.

De acordo com Almeida (2009, p. 32), dentre as noções introduzidas pela modernização / industrialização da agricultura e a transferência das tecnologias no meio rural, uma é portadora de grande significação, trata-se do ‘crescimento’, com suas derivações que são o ‘progresso’ e o ‘desenvolvimento’. A modernização apresenta nos seus cálculos a organização e a gestão de forma excludente, quando se discute a participação de movimentos sociais no desenvolvimento, como portadores de valores e conhecimento. E a sua razão legitimadora sempre se pauta em ignorar estes conhecimentos, taxados de ‘incalculáveis’ ou vistos como conhecimento tradicional entendido como ‘arcaico’, pelo olhar de uma visão excludente.

Conforme Jalcione Almeida (2009, p. 33), nem tudo, no entanto, pode ser calculado e medido e essa opinião remete ao mesmo tempo à questão da hegemonia do mercado. Na medida em que diferentes movimentos e atores sociais questionam a

modernização, tanto na esfera agrícola como na sociedade global, a precariedade e a fragilidade do sistema aparecem à luz de uma maior compreensão, a qual tende a revolucionar a responsabilidade social no que toca à construção de um futuro.

No entanto, é novamente afirmado e percebido como construção coletiva por excelência (ALMEIDA, 2009 p. 33). Neste sentido, os movimentos que se movem com maior dinâmica são as aspirações à autonomia, à democracia e à justiça social que visam atingir um verdadeiro desenvolvimento das suas próprias capacidades. Neste sentido entendemos a razão da frase: “Não ao ProSavana!”

No próximo capítulo pretendemos problematizar o posicionamento dos movimentos sociais nacionais e internacionais, organizações dos agricultores, acadêmicas e pastorais de igreja contra o ProSavana-JBM no corredor de Nacala em Moçambique.

CAPÍTULO 5: MOVIMENTOS SOCIAIS - NÃO AO PROSAVANA! OU NÃO AO CAPITALISMO IMPERIALISTA?

Tendo procurado anteriormente entender a relação Brasil -África no domínio da Cooperação Sul-Sul Tripartida, da cooperação Brasil-Moçambique, analisando a concepção do desenvolvimento segundo o programa ProSavana-JBM, neste capítulo pretendemos levantar a discussão do assunto, que tem chamado a atenção dos pesquisadores, estudos acadêmicos, lutas pela organização da sociedade, movimentos sociais nacionais e internacionais. Mereceu estudo sério e crítico a forma pela qual são traçados os projetos que visam desenvolver as populações locais e o modelo de desenvolvimento agrícola. As consequências da exploração dos recursos naturais/minerais que levam à ameaça ambiental e a da própria vida humana, pelo uso da ciência experimental (ATINGIDOS PELA VALE 2013; ATIVISTA MOÇAMBICANO, 2012).

A compreensão da visão dos movimentos sociais internacionais e nacionais e da sociedade civil moçambicana em relação ao programa ProSavana nos dá a possibilidade do entendimento, não só da visão dos movimentos sociais, mas também da própria cooperação para o desenvolvimento e da CSS, quando os programas são traçados nestas modalidades, que visa mais o mercado, de que maneira são recebidos os projetos ou o programa, independentemente de ser brasileiro ou não. Nesta discussão de análises, propomo-nos a trabalhar este capítulo como o nosso terceiro objetivo específico da pesquisa. E em termos de aporte teórico, pretendemos englobar o debate, que não é do nosso estudo ou de nossa pesquisa, mas que também é um debate que de uma forma específica tem marcado o estudo dos autores acadêmicos, a atenção dos jornalistas e os próprios movimentos sociais em relação à modalidade que os seus países têm como a alternativa viável para fazer com que as suas população ultrapassem as condições de déficits (fome e pobreza) principalmente no domínio da agricultura. Fato que vale a nossa pergunta: “Não ao ProSavana? Ou não ao capital imperialista?”

Discutir a posição dos movimentos sociais na nossa perspectiva não é de fácil entendimento, se nos aprofundarmos somente no que os estudiosos dos movimentos sociais colocam e criticam, por isso também seria importante focar nossa atenção no entendimento das críticas à transnacionalização do capital, nos países de baixo desenvolvimento, como é o caso Moçambique. Isso quer dizer que a disputa do governo de Moçambique com a sociedade civil e com os movimentos sociais nacionais e internacionais, não se baseia simplesmente na crítica ao modelo de desenvolvimento

agrícola, mas sim também na rejeição de uma entrada forte do capital internacional, através das multinacionais, juntos às agências da cooperação dos seus próprios países. Não estamos sujando os projetos da cooperação do Brasil com Moçambique, por exemplo: no domínio da cooperação humanitária ou solidaria, muito embora que a solidariedade pela definição dependendo do contexto pode reseber deversas percepções. E devido à acirrada busca e domínio do lucro “dizemos não ao ProSavana, assumindo o impacto nefasto e devastador que esse programa vai trazer para milhares de famílias camponesas residentes no Corredor de Nacala”.

A Cooperação Sul-Sul a Cooperação Técnica para o desenvolvimento brasileira e podem ser vistas como marco da intenção de disseminação e utilização de conhecimentos técnicos provenientes do Brasil (AVELHAN, 2014). Isto tem sido objetivado em relação à capacitação dos recursos humanos e fortalecimento das instituições. Por outro lado, destacam-se os princípios de horizontalidade, *demand driven*, a ausência de condicionalidades e a preferência pela implantação de projetos estruturantes, visando o aumento do impacto social e econômico sobre o público-alvo (ou país recipendiário) e maior sustentabilidade dos resultados.

Para Livia Liria Avelhan (2014) é de suscinto interesse indicar as três matrizes da Cooperação Sul-Sul existentes na literatura: a idealista, a estruturalista e a realista. A primeira embasa a cooperação Sul-Sul apenas em motivações éticas, culturais ou históricas. A segunda aponta a base de conscientização dos países do Sul em relação à sua posição periférica no sistema mundial. Sendo assim, os incentivos dos países fornecedores para cooperar seriam utilitários, visando sua potencialização no cenário internacional. A última matriz, por sua vez, entende a CSS como um dos instrumentos disponíveis aos países em desenvolvimento, para defender seus interesses individuais no cenário internacional (AVELHAN, 2014) e acrescentamos, coletivos, no cenário internacional (MALOMALO, 2014)

Para Boaventura Santos (2013 p.87), as reivindicações vieram a traduzir-se em meados dos anos 1970, no movimento para a nova ordem econômica internacional, na qual os países desenvolvidos ocupam uma posição frontal inequívoca, cuja intensificação se evidenciou após a decomposição do bloco soviético. A resposta do Norte global foi o neoliberalismo, com o qual o direito ao desenvolvimento se tornou dever ao desenvolvimento (SANTOS, 2013, p. 87).

Com isso faço uma longa citação que nos traz a percepção possível. Num quadro de modelo de desenvolvimento criticado e imposto ainda pela força determinante, que

nunca repousa das críticas e da possibilidade de alternativas e que continua a nos apresentar ou impor um sistema em crise, nos fazendo pagar pelas consequências do mesmo. Diante disso, todos os movimentos sociais têm lutado e ainda estão lutando por uma dignidade humana e um padrão de vida esperançoso e não desanimador e ferrenho, como este que temos acompanhado. Nesta perspectiva, segundo Santos,

Uma vez neutralizadas as possibilidades de desenvolvimento que se não pautasse pelas normas do consenso de Washington, cuja obediência era garantida pelo fundo monetário internacional, Banco Mundial e mais tarde a Organização Mundial de Comércio, o desenvolvimento capitalista passou a ser uma condicionalidade ferreamente imposta. As vozes discordantes continuaram a propor concepção alternativa, mas a verdade é o que o desenvolvimento passou antissocial, mais vinculado do que nunca ao crescimento econômico, mais dominado pela especulação financeira, mais predador do meio ambiente (2013, p.89).

O tempo nos mostra o resultado percorrido. Um percurso de forte e acelerada busca de crescimento, que no século XXI começou a dar indícios, ao mesmo tempo, da busca de alternativas vindas da base e que só podem se sustentar pelas medidas horizontais verdadeiras.

A gênese do século XXI vem chamar a atenção da vida humana, para o uso dos recursos disponíveis. E pretendemos com isso enfatizá-los, por meio de três características, a partir de leitura de Santos (2013). Para ele, a primeira característica quanto à alteração da economia do mundo, evidenciou-se com a queda do muro de Berlim, a virada comunocapitalista da China, a liberalização dos fluxos de capitais e o surgimento dos BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul). A segunda característica, no início do século XXI do efeito de desenvolvimento do capitalismo sobre a carga do limite do planeta Terra, teve como consequências os fenômenos extremos, que se repetem com cada vez maior frequência e gravidade nos EUA, na Índia, no Ártico etc.

O autor ainda apresenta a terceira e última característica, que diz respeito especificamente à América Latina e que torna as duas características anteriores bem mais complexas (SANTOS, 2013, p88). Nesta ordem de sentido, vários países da América Latina chegaram ao poder no início do ano 2000, em especial, no caso de Venezuela, no ano de 1998, com governos progressistas, resultantes de fortes mobilizações sociais de âmbito nacional e continental, fato que podemos assinalar no Brasil, em relação ao próprio partido PT, que elegeu o ex-presidente Lula no seu primeiro e segundo mandatos.

Dentre as características apresentadas pelo autor, pretendemos dar mais peso à segunda característica, que acabamos de apresentar. E nesta entende-se que as

consequências da atuação do homem sobre o planeta e sobre sua própria vida, merecem atenção, a partir do momento em que aumentam os alertas quanto ao risco de vidas.

“Aí as secas, as inundações, crise alimentar, a especulação com produtos agrícolas, a escassez crescente de água potável, desvio de terrenos agrocombustíveis e o desmatamento das florestas. [...] Tudo está ligado: a crise alimentar, a crise ambiental, a crise energética, a especulação financeira sobre as *commodities* e recursos naturais, a grilagem e a concentração de terras, a expansão desordenada da fronteira agrícola, a voracidade da exploração dos recursos naturais, a escassez de água potável e privatização da água, a violência no campo, a expulsão da população das suas terras ancestrais para abrir caminhos a grande infraestruturas e megaprojetos, as doenças induzidas pelo meio ambiente degradado [... o consumo de agrotóxicos etc Santos (2013, p.114).

As enormes consequências que apresentou, não ficam fora do capítulo que estamos desenvolvendo. E este se prolonga para demonstrar o quanto é importante, cada vez mais, criar possibilidades de inclusão de todas as partes da sociedade, pela sua própria construção e eliminação da pobreza, sem seguir o fracasso que presenciamos com a aprovação da tendência ao crescimento, que a Cimeira da Terra, Rio+ 20 (20-22 de junho de 2012) apresentou. A possibilidade que focam para a superação destas consequências e a criação da possibilidade de alteração do modelo necessário para cada país ou comunidade, de acordo as suas características econômicas, sociais e culturais.

Para Santos (2013, p. 89) esta Cimeira foi um fracasso rotundo, devido à complexidade mal disfarçada pelas elites de Norte global e os países chamados emergentes, para dar prioridade ao lucro das suas empresas, à custa do futuro da humanidade.

De fato, este modelo de desenvolvimento é menos flexível do que se imagina na distribuição social e totalmente rígida na sua estrutura de acumulação (SANTOS, 2013, p. 93). As locomotivas de petróleo, do gás natural, da fronteira agrícola (expansão de agronegócios em países menos desenvolvidos, como Moçambique) são cada vez mais potentes e tudo o que lhes surge no caminho torna-se o seu obstáculo (lutas dos movimentos sociais em Moçambique pela Vale) (ATINGIDOS PELA VALE, 2013). E por próprio ProSavana (PROJETO AGRÍCOLA, 2013), o que impede o caminho, tende a se estrangular, enquanto obstáculo ao desenvolvimento. E a pergunta é: o que está acontecendo na política externa brasileira, principalmente no domínio da agricultura? Em outras palavras, o que resultou das revoltas dos movimentos sociais, nos projetos de desenvolvimento da política externa brasileira?

Ter uma resposta cabal a essa pergunta seria elaborar outro projeto de pesquisa com objetivos muitos maiores. Mas também merece a nossa atenção uma resposta a partir

do nosso objeto de estudo. Dentre estas visões, tanto da literatura, como dos próprios movimentos sociais, destaca-se ainda, entre os estudos acadêmicos que merecem atenção e que apontam a intervenção do Brasil nestas modalidades de cooperação, bem como as diversas críticas que recebeu, o conceito de subimperialismo, tese de Ruy Marini, que teve a revisão de Mathias Seibel Luce (2007), quando estudou a política da integração regional do governo Lula em 2003.

E quem seria Marini que mereceu esta recomendação para leitura? Para Santos, “Ruy Mauro Marini seria se não um ‘ilustre desconhecido’ no Brasil, de onde se exilou durante o período de ditadura militar, é hoje pouco estudado, apesar de seu trabalho sobre os modos de afirmação do Brasil, enquanto potência regional, ter uma renovada atualidade no Brasil de hoje.” (2013, p. 114).

A visão de Marini apontava a projeção da política internacional que o Brasil tinha e que da qual, a realidade de hoje nos apresenta outra versão, que não se baseia somente na relação do país com os Estado Unidos na política expansionista. Marini foi um dos formuladores da ‘teoria da dependência’ e cunhou o conceito de ‘subimperialismo brasileiro’ (SANTOS, 2013, p. 114).

O Brasil era centro mediano de acumulação de ‘capital’ ou ‘potência capitalista mediana’ (SANTOS, 2013, p.114). Mostra o autor ainda, que no final dos anos 1970, o Brasil dava sinais de reproduzir atos imperialistas, nas suas relações econômicas internacionais. Hoje, a realidade nos impõe procurar entender a continuidade da existência desse conceito, ao mesmo tempo da crítica que o país reativou por parte dos movimentos sociais e acadêmicos, nos governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, na cooperação com a África.

O próprio partido que elegeu Lula como presidente, que vinha com as ideias do seu nascimento diferencial dos outros, agora tem leituras diferentes. Uma delas, demonstra que o PT originalmente lutava contra a exploração capitalista e trazia um novo modelo de se fazer política [...] ser uma nova política de moral contra a hegemonia capitalista (HOLANDA, 2013, p.11).

Hoje, com o mesmo autor, podemos verificar, se não uma significativa mudança, uma mudança na qualidade dos princípios do PT, quanto às defesas, seja dos movimentos sociais nacionais ou internacionais. O partido abandonou seu compromisso com a organização e a luta dos explorados e passou a ser administrador e defensor da ordem capitalista no país (HOLANDA, 2013, p.11).

Bas Itele Malomalo (2014, p. 75), na sua análise do discurso do presidente Lula sobre a cooperação solidária, observou que a cooperação do Brasil para com a África comporta as seguintes estratégias, chamadas de ‘ajudas’: gestos de solidariedade, ajuda humanitária, ajuda ao desenvolvimento através do conhecimento científico e tecnológico. Dentre estas estratégias, além do discurso, onde o presidente faz a propaganda, também a mídia e a elite política propagandeiam estar ‘ajudando a África’, porque ‘o Brasil tem a dívida histórica que não pode ser paga em dinheiro’, mas, ‘em gestos’. Sem ir muito longe discutindo estes tipos de ‘ajudas’, para não nos desvincularmos dos nossos objetivos, resumimos que estes tipos de ajudas seriam apenas efeito de marketing político (MALOMALO, BAS ILELE 2014, p. 75).

Para Santos (2013, p.116) o Brasil começa a ser visto em diferentes contextos internacionais pelos movimentos sociais, que defendem os interesses das populações afetadas pelos projetos de expansão econômica do Brasil. São projetos de grande aportes de investimentos diretos, como é o caso do nosso projeto de agronegócios, o ProSavana-JBM.

Muitos estudiosos fazem reservas à política externa dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, apontando suas ambiguidades e questionando se seria cooperação ou dominação (HELENO; MARTINS, 2014), ou se Brasil em relação à África não estaria praticando o neocolonialismo ou um *imperialismo soft* (VISENTINI, 2013). Santos (2013, p. 113) apelou para a “atenção com os direitos dos povos de se libertarem do colonialismo e do neocolonialismo”.

Nesse sentido o que se pode observar é que o Estado brasileiro usou a política externa para conseguir expandir o capital de seus empresários no plano global, especialmente na África, que se tornou a bola da vez, no início de século XXI (MALOMALO, 2014, p.75).

Para István Mészáros, (2012, p. 73) esta modalidade política e ideológica é definida como imperialismo, que em outro sentido mostrou a sua estratégia, ao mesmo tempo em que levava as suas empresas. Por sua vez, aponta a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), uma organização da sociedade civil fundada em outubro de 2007 por jovens estudantes universitários, empenhada numa ação mobilizadora entre os seus membros:

[...], ato que se pretende manipular e buscar legitimar o Programa junto das Comunidades do Corredor de Nacala, OSC, Movimentos Sociais que há mais de dois (anos) se opõem a este programa imperialista e colonial. [...] atentamente e denuncia a nova configuração e emparelhamento dos interesses e das investidas coloniais entre os actores imperialistas envolvidos no

ProSavana cujos contornos nos remetem à Conferência de Berlim (1884-1885), com a divisão e partilha efectiva do Corredor de Nacala e não só, entre o Japão e Brasil, aponta a ADECRU. (2014).

A política externa brasileira, ao apontar caminho da África para as suas empresas, encontra outro contexto no continente africano que as favorece e onde coloca uma das prioridades de seus projetos, a agricultura de agronegócio. Assim foi aberto o escritório da EMBRAPA em terras africanas, não só em Gana. Para tanto o governo brasileiro serviu-se da *expertise* científica, para saber o que é que a África pode lhe oferecer.

Para Malomalo (2014, p.69) devido ao contexto do crescimento econômico do continente africano, o presidente Lula buscou aproximar-se, cada vez mais, do continente na sua totalidade, não só dos países africano da língua portuguesa (PALOPs), visando satisfazer os interesses do seu governo e do seu país.

O estudo do ProSavana-JBM, nos mostra a luta dos movimentos sociais não só, na África, vindo se posicionar contra os projetos de plantação de agronegócios de soja, cana e óleo, dentro a cooperação brasileira. Como exemplo, os gritos de desespero da Comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS, na carta enviada ao Governo e Justiça Federal do Brasil (SANTOS, 2013, p. 111; GUARANI, 2012).

Segundo Santos (2013, p. 111), Guarani (2012), “assim queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e justiça Federal para não decretar a ordem despejo expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para nos enterrar todos aqui. [...] já aguardamos essa decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva, Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos desse local com vida e nem mortos.” Aponta a Carta Guarani-Kaiowá (2013, grifo nosso).

Não vamos nos deter nos projetos liderados pelo Brasil, que desembocaram nas lutas dos movimentos, nem também no projeto de construção da ponte na Bolívia mencionado por Santos (2013, p. 117), a cargo da empresa brasileira de construção OAS S.A., com o financiamento do BNDES. Acrescenta o autor ainda, que aspecto subimperialista brasileiro emergiu: em primeiro lugar, foi a exploração de carvão da Vale do Rio Doce em Tete, Moçambique e em segundo, o nosso próprio objeto de estudo, o ProSavana-JBM.

O ProSavana mereceu a oposição dos movimentos sociais nacionais e internacionais, da comunidade acadêmica e de pesquisadores atentos em acompanhar até

aonde vão os projetos da cooperação brasileira, neste caso com o Japão em Moçambique, para o desenvolvimento da agricultura no corredor de Nacala. Exemplo desta oposição é a Carta Aberta para deter de forma urgente o programa ProSavana, endereçada ao presidente de Moçambique, Armando Guebuza, à Presidente do Brasil, Dilma Rousseff e ao Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe:

Assim, nós camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil nacionais signatárias desta Carta Aberta manifestamos, publicamente, a nossa indignação e repúdio contra a forma como o Programa ProSavana tem sido concebido e tende a ser implementado nas nossas terras e comunidades do nosso País. [...] O Programa ProSavana, já está a ser implementado através da componente “Quick Impact Projects” sem nunca ter sido realizado, discutido publicamente e aprovado o Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental, uma das principais e imprescindíveis exigências da legislação moçambicana para a implementação de projetos desta dimensão, normalmente classificados como de Categoria A. [...] Defendemos o desenvolvimento da agricultura baseado em sistemas de produção e não em produtos, ou seja, a não destruição da lógica produtiva familiar que para além de questões económicas incorpora sobretudo a lógica de ocupação de espaços geográficos, a dimensão social e antropológica, que tem se revelado muito sustentável ao longo da história da humanidade. Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, a cooperação internacional deve alicerçar-se com base nos interesses e aspirações dos povos para construção de um mundo mais justo e solidário. Entretanto, o Programa ProSavana não obedece esses princípios e os seus executores não se propõem, muito menos, se mostram disponíveis a discutir, de forma aberta, as questões de fundo associadas ao desenvolvimento da agricultura no nosso País (CARTA ABERTA, 2013).

Através da cooperação tripartida, que resultou no ProSavana, vimos a importância da inclusão social, que pode dar alicerce às novas possibilidades de fazer com que a pobreza e a fome sejam eliminadas, sem a criar outro obstáculo para o progresso.

O ProSavana, com os estudos feitos, ainda mostra uma face oculta, sem apresentar na sua totalidade as possíveis empresas que poderão integrar o seu corpo funcional. E como também foca o desenvolvimento da agricultura familiar, aflora a dúvida, de como é que os agricultores, junto das empresas, estarão num programa de ‘desenvolvimento sustentável baseado na livre concorrência do mercado’.

Até aqui a nossa pergunta é porque “Não ao ProSavana”? A nossa resposta segue a citação da ADECRU-2014, apontando os gritos de voz dos movimentos sociais moçambicanos à frente da defesa dos seus direitos:

dizemos não ao ProSavana, assumindo o impacto nefasto e devastador que esse programa vai trazer para milhares de famílias camponesas residentes no corredor de Nacala”. [...], assistimos permanente secretismo, omissão, manipulação e deturpação deliberada e contraditória de documentos, a multiplicação de intimidações e manipulação dos líderes das organizações camponesas, representantes dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e activistas, protagonizadas pelos proponentes e executores do prosavana [...]. “a usurpação da terra é **uma luta que nos vai levar à morte, há camponeses e activistas dos direitos humanos que vão morrer**”, Alice

Mabota, Presidente da Liga moçambicana dos Direitos Humanos, anunciando assim, o início de uma luta sem fim até que o programa seja interrompido (ADECRU, 2014).

A declaração da presidente da Liga moçambicana dos Direitos Humanos nos fez lembrar a luta dos movimentos sociais das comunidades indígenas - Guarani Kaiowá, que mereceu a nossa citação.

Cabe a eliminação destas atrocidades do capital, orientado pela atuação da política brasileira no agronegócio, como nos mostra a proibição da entrada do ativista moçambicano no Brasil (ATIVISTA MOÇAMBICANO, 2012) e a intimidação do governo de Maputo aos líderes dos movimentos sociais por estarem lutando contra o ProSavana-JBM, como aponta a ADECRU (2014):

“A presença de elementos da força de segurança fardados e armados provocou medo aos participantes e instaurou um ambiente opressivo. Algumas sessões, como a de Mutuali, Distrito de Malema, foram seguidas por atos de perseguição, opressão e intimidação aos representantes das organizações dos camponeses locais que manifestaram objeções ao ProSavana. Estes camponeses estão sendo forçados pelo Governo Distrital a ir de casa em casa, nas comunidades numa tentativa de obter consentimento aceitação ao ProSavana, sob risco de prisão caso se recusem a fazê-lo.” (2014)

Entretanto, o ProSavana mostra-se bastante controverso na literatura. As principais críticas feitas a ele são: falta de transparência e participação da sociedade civil, suspeita de incentivo ao *land grabbing* e privilégio às produções em larga escala, voltadas para a exportação em detrimento do incentivo à agricultura familiar. O seu diálogo é intimidador, por não falar na possibilidade de construção ou de desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados (MÉSZÁROS, 2012, p. 801).

Para Itsván Mészáros (2011, p. 801), o lado humano paralisante deste desenvolvimento é visível não só na obscenidade do ‘subdesenvolvimento’ forçado, mas em todos os lugares, inclusive na maioria dos países de capitalismo avançado. E a expansão nestes países, através das suas empresas, obriga a um forte sufocamento político e econômico, que traz sérias consequências como a alienação, dominação e destruição maciça dos recursos dos povos dominados. Estas aceleradas expansões do capital no século XXI não levam em consideração o já conhecido discurso que passou a ser cantiga conhecida por todos os níveis de vida humana, a ‘proteção do meio ambiente’. Estamos a caminho de ter toda a tecnologia, de salvar o planeta e de destruí-lo em seguida. Mas isso não significa que toda a população ou países sofre a consequência no mesmo nível.

Para a ADECRU (2014), os movimentos denunciam a tentativa de cooptação de acadêmicos e instituições de pesquisa nacionais e internacionais, para se contraporem às críticas e demandas soberanas apresentadas pelos povos de Moçambique, através da infiltração de agentes estranhos, ligados ao Brasil e Japão, em tentativas de aniquilação das estratégias de luta.

Portanto, faz-se necessário levar em consideração as críticas para buscar um aperfeiçoamento do projeto de forma que ele esteja de acordo com o objetivo principal dos projetos de cooperação agrícola entre Brasil e Moçambique, visando o desenvolvimento sustentável da agricultura moçambicana, que envolve e valoriza os recursos humanos e naturais dos Estados-nações em cooperação. Além disso, a população deve ser o centro de qualquer tipo de política de desenvolvimento digna do seu nome (MALOMALO, 2014, p. 78).

Para Santos (2013, p. 117), o ProSavana-JBM prossegue no maior secretismo, sem priorizar o diálogo, consulta ou participação pública. O autor explica que o Brasil no ProSavana-JBM, assumido com o Japão e Moçambique, transmite ao mundo uma mensagem perturbadora, de potências intermediárias, agora emergentes, que antes de tudo são do terceiro mundo e que tiveram a experiência de passar pelo processo de colonização. Em outras palavras, o Brasil e Moçambique (governos de Lula e Guebuza) se colam numa posição de caráter colonialista, já tendo também sido vítimas disso anteriormente em relação às potências europeias. Aprenderam melhor as lições dos colonizadores do que as dos seus antepassados que lutaram contra o colonialismo em nome da autodeterminação dos povos e da justiça social (SANTOS, 2013, p. 122).

E nesta total contradição e resistência não podíamos fechar este capítulo sem tecer, em poucas parágrafos, algumas considerações críticas sobre a ‘usurpação das terras’ dos camponeses por parte das companhias agrícolas ou empresas voltadas para as práticas de agronegócio. As empresas que destacamos não são as únicas na disputa de espaço em Nacala, mas quisemos aqui trazer a mais destacada. Entre estas que apresentamos e junto com a leitura e análise que fizemos, resta muita dúvida. Ou seja, quanto mais aprofundamos a pesquisa, mais se levantam dúvidas e ‘respostas’. A UNAC e a GRAIN duvidaram também como seria possível para as empresas portuguesas, chinesas, inglesas, italianas, indianas, sul-africanas, holandesas, suecas, norte-americanas, brasileiras, alemãs e até libanesas passar acima de proteções legais tão específicas como as de Moçambique, que impedem expropriação das terras a não ser para projetos de interesse público? Como um governo liderado pela Frente de Libertação de Moçambique

(FRELIMO), conhecido partido da libertação do país, permitiu que esse fenômeno acontecesse com a população e os camponeses? E ainda se pergunta como é que um país liderado pelo Partido Trabalhador (PT), declaradamente de esquerda, teria participado na usurpação das terras dos camponeses e na alimentação da expansão do capital internacional?

Segundo o relatório da União Nacional de Camponeses (UNAC) e da Organização Internacional sem Fins Lucrativos (GRAIN) publicado fevereiro de 2015, são apontados com clareza os usurpadores das terras dos camponeses (UNAC e GRAIN, 2015). E GRAIN é entendida como Organização Internacional sem Fins Lucrativos, que visa apoiar os agricultores de pequena escala e os movimentos sociais nas suas lutas por sistemas alimentares controlados pelas comunidades e baseados na biodiversidade. E as duas organizações mostram as empresas que estão em processo de apropriação das terras dos camponeses.



Figura 4: Camponeses marcham contra o ProSavana no Corredor de Nacala.

As empresas investidoras no Corredor de Nacala, segundo o relatório da UNAC e da GRAIN (2015, p. 05), estes têm a colaboração do partido no poder, FRELIMO e somaram grandes superfícies agrícolas na área e têm desalojado milhões de famílias camponesas. Estas empresas na sua maioria são de grande porte e de capital estrangeiro. Dentre estas, são apresentadas as que já estão desalojando a população.

A SLC Agrícola, que foi fundada em 1977 pelo GRUPO SLC, entendida como empresa produtora de *commodities* agrícolas, focada na produção de algodão, milho e soja⁷. A Mozambique Agriculture Corporation (Mozaco) foi constituída em Moçambique, em Junho de 2013, pela Rioforte Investments e João Ferreira dos Santos (JFS Holding). A Mozaco diz que obteve um DUAT relativo a 2.389 ha na Aldeia de Natuto, Distrito de Malema, Província de Nampula, em Junho de 2013, onde planeja cultivar soja e algodão. A empresa diz que o seu “objetivo é expandi-lo até chegar aos 20 000 hectares”. A Mozaco já desalojou cerca de 1500 camponeses para desimpedir as terras para as suas atividades.

A Mozaco tem como acionista majoritário a Rioforte Investments, que detém 60% das ações da empresa. A Rioforte é uma empresa com sede no Luxemburgo, que foi criada em 2009 como veículo para os ativos não financeiros do Grupo Espírito Santo – uma dinastia financeira portuguesa com profundas ligações políticas que está atualmente envolvida em escândalos econômicos em Portugal (UNAC E GRAIN (2015)).

Neste processo, afirma o relatório, dez famílias perderam as suas casas e receberam ‘reembolsos’ que variam de 3.000 meticais, que corresponde a um valor de 90 dólares americanos a 10.000 meticais, que corresponde a 300 dólares. E não só as casas das famílias, mas também a igreja local de Santa Lucia foi destruída numa flagrante violação da Lei de Terras.

⁷ O grupo SLC foi fundado em 1945, na cidade de Horizonte, no estado de Rio Grande do Sul, por três famílias de imigrantes alemães. Disponível em: <http://www.slcagricola.com.br/>. Acessado 2 de Out. De 2015.



Figura 5: A casa de uma família reassentada pela empresa Mozaco (Foto de GRAIN).

A JFS Holding é 100% propriedade da família Ferreira dos Santos de Portugal. Estes têm um longo histórico de envolvimento na agricultura em Moçambique e a JFS é hoje a maior empresa de algodão no país. Na sua presença observa em Moçambique⁸.

A Alfa Agricultura Lda, segundo UNAC E GRAIN (2015, p.8), obteve a posse de um DUT de 1000 hectares no Distrito de Monapoda, Província de Nampula, em 2013.

A empresa AgroMoz, que é uma sociedade comercial moçambicana dos grupos Américo Amorim (Portugal), Inteltec (Moçambique) e Pinesso (Brasil). A sociedade está na cultura de soja, milho, algodão no distrito de Gurué, província da Zambézia, através de projeto da AgroMoz Moçambique, em vias de expansão para outras regiões nacionais⁹.

O AgroMoz é uma *joint venture* entre o homem mais rico de Portugal, Américo Amorim, Moçambique através de seu antigo presidente Guebuza e um dos maiores detentores de terra no Brasil, que se estabeleceu na produção de soja. A sociedade AgroMoz e empresários, segundo a UNAC e a GRAIN (2015), começaram a arrancar a população e a desalojá-la das terras, mais de mil camponeses da aldeia de Wakhua, no distrito de Lioma. O governo de Moçambique concedeu à AgroMoz o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) que corresponde à área de 9.000 hectares, qbuando

⁸ Sobre JFS disponível em: <http://www.jfs.co.mz/jfsweb/categorias/companhia-agricola-jfs> > acessado em 21 Out. 2015.

⁹ Novos investimentos de Agromoz em Moçambique Disponível em: <<<http://www.pinesso.com.br/noticias/agronegocio/agromoz-grupo-agricola-interessado-na-cultura-de-milho-e-algodao-no-pais>>> Acessado em 12 de Nov. 2015

Armando Guebuza ainda era presidente do país. No que registram a UNAC e a GRAIN (2015, p.9), nos anos 2013-2014, a Agromoz cultivava de 2.100 hectares, dos quais soja em 1.700 hectares e arroz em 400 hectares e ainda visa chegar a 12.000 hectares.

A New Horizons, apresentada como a New Horizons Africa LLC, pertence à família Ron Cameron de Arcansas, é da família Ron Cameron de Arcansas, que é também proprietária da Mountaire Corp, a sexta maior empresa avícola nos Estados Unidos, e ainda um importante financiador do Partido Republicano. A empresa tem a estreitas parcerias com a igreja evangélica Newfrontiers no Zimbábue está a construir o que chama de "Comunidade de Fusão" na área, que concentra atividades de avicultura, escolas religiosas e igrejas (UNAC e GRAIN. 2015 p. 10).

O Rei do Agro- Tarp e a empresa de Laren, Aslan Global Management, são empresas que angariaram fundos nos Estados Unidos para adquirir e explorar uma área de 10.000 hectares na Ucrânia. A Aslan através de da sua subsidiária moçambicana, Rei do Agro, recebeu Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para 2.500 hectares, “com um compromisso do governo de Moçambique de mais 10 000 hectares”, segundo UNAC e GRAIN (2015) no Gurué, na província da Zambézia, a cerca de 130 km a oeste das operações de aves New Horizons, assim como uma farma de 42 000 ha de gado em Morogoro, na Tanzânia. Ambas as áreas são epicentros de conflitos de terra entre investidores estrangeiros e as populações locais

De acordo com a UNAC e GRAIN (2015, p. 10), a empresa Aslan Global Management é financiada por 50 americanos, onde cada um investe \$100.000 na empresa. Entre estes americanos, há investidores, médicos, fazendeiros, corretores de seguro e ainda pessoas de todas as esferas da vida social, aponta (UNAC e GRAIN 2015 p.10).

Corredor Agro é uma empresa moçambicana controlada por duas famílias ricas da Europa: a família Von Pezold da Alemanha e da Áustria e a dinastia de transporte marítimo, Hoegh, da Noruega (UNAC e GRAIN 201, p. 13). Corredor Agro começou recentemente a explorar duas farmas: a fazenda em Nampula, Meserepane de 2.200 hectares onde cultiva culturas extensivas, e a farma Metocheiria de 6.000 hectares, onde cultiva bananas e explora projetos de produção por contrato para a produção de mandioca em termos de um acordo com a empresa de cerveja SAB Miller, aponta a UNAC GRAIN (2015, p. 13).

Outra empresa que trazemos nesta análise é a Hoyo Hoyo. De acordo com a UNAC e GRAIN (2015, p.14), é uma ‘empresa moçambicana’, de corporação com Quifel Resources, um conglomerado português controlado pelo aristocrata e piloto amador

automobilista, Miguel Pais do Amaral. Esta empresa recebeu dois títulos DUAT: um que corresponde a 20.000 hectares na Zambézia e outro é de 8.000 hectares em Tete.

A empresa Regional Development Company (Moçambique) Limitada, uma empresa moçambicana criada em 2010 e detida a 100% pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros das Ilhas Maurícias, a fim de realizar investimento em Moçambique, visando a produção de alimentos (UNAC e GRAIN, 2015, p. 14). Segundo um acordo inicial com o governo de Moçambique, a RDC recebeu DUAT relativo a 5.000 hectares na província de Manica e outro Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) de 18.500 hectares na província de Maputo, cada um por período de 49 anos.

A última que merece a nossa atenção é a Trigon Mozagri. Segundo UNAC e GRAIN (2015), a Trigon Capital é uma empresa com sede em Estónia controlada pelo empresário filandês Joakim Johan Helenius e a empresa de private equity finlandesa Thominvest Oy. Tem como subsidiária a Trigon Agri A/S, sediada na Dinamarca e foi criada para arrecadar fundos para aquisição de farmas na Europa Oriental. Em 2014 tinha acumulado explorações de terras agrícolas de cerca de 170.000 hectares na Ucrânia e na Rússia. No ano 2013, a empresa Trigon Capital lançou uma nova empresa na Estónia chamada Trigon Mozagori SPV para investir em atividades de agrícolas em Moçambique, com Helenius e Jan Peter Ingman como diretores.

A eliminação da fome, a minimização da destruição ambiental e a previsão da poluição, como condições para o ‘desenvolvimento sustentável’ na África, publicitada por organizações internacionais no caso do Corredor de Nacala em Moçambique, deve ser a condição imperativa para o empoderamento social. Ou seja, alcançar segurança alimentar continuará ser um objetivo inatingível, enquanto a população camponesa, ou melhor, a sociedade civil, incluído todos os movimentos sociais empenhados na temática e que têm papel majoritário na produção alimentar, não tiverem maior controle sobre as suas vidas, como afirma no seu relatório o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012).

A fim de findar o nosso capítulo, vem-nos a ideia ainda continuar com a crítica e interpretação de Itsván Mészáros (2012, p. 103). Segundo este autor, o sistema do capital no seu metabolismo, controle e expansão são formados por componentes inevitavelmente conflitantes e antagônicos, complementados sob o capitalismo pelo poder absoluto da mão invisível e pelas funções compreendidas pelo Estado como legais. Isto é, a dinâmica de capital internacional disfarça na livre concorrência do mercado, tido como regulador da vida social e ainda no liberalismo, as necessidades (‘redução de pobreza’) que são a

objetivação capitalista da forma como influenciam as escolhas e as perspectivas expansionistas do mercado. Mais interessante ainda nessa discussão é a inovação tecnológica, estimulada pelo o desenvolvimento capitalista, que não fornece qualquer tipo de indícios a respeito de como se deveria enfrentar ou lidar com a pobreza/fome. Em alguns aspectos, estando a livre concorrência do mercado legitimada, surge a mais profunda necessidade de sermos alienados a um modelo sedutor, que não coloca nas necessidades ou problemas o seu fim, mas, se torna o seu alimentador, pelo fato de que a existência do sistema depende destes.

A total sedução da expansão do capitalismo em Moçambique, mostra a percepção de como problemas sociais são úteis na argumentação dos defensores deste modelo. Ações como a redução da pobreza, desigualdade social, em caso de acesso à terra e aos meios de produção de alimentos, assim como às técnicas de produção, não podem decorrer fora das perspectivas ou desafios de inclusão. Estas incapacidades reduzem a alimentação em vez de mitigar a fome. Resume István Mészáros (2012, p.103), que em todos os aspectos vitais do metabolismo social, o capital é capaz de definir separadamente a esfera constituída pela legitimação política, como uma questão estritamente formal, excluindo *a priori* a possibilidade de qualquer contestação em sua esfera legítima, substantiva de operação reprodutiva socioeconômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região com sua importância e riqueza nos recursos naturais, o território que hoje conhecemos como República de Moçambique, aproximadamente no século XV, quando os colonizadores portugueses e de demais potências se interessavam esta área, disputando-a, com comerciantes árabes e indianos. E isto nos traz a percepção de que Moçambique não é um país de disputas de potências hoje internacionais, mas sim é um fenômeno que marcou a história da sua existência.

Considera-se que, a principal atividade econômica do governo português nos finais do século XIX, era a contínua exportação de mão de obra para alimentar grandes empresas como a Companhia de Moçambique em 1891, com capital da Alemanha, Inglaterra, África do Sul, que acabou em 1892, gerando outras quatro companhias, a companhia de Luato, a Companhia de Boror, a Societé du Madal e a Sena Sugar States. De 1875 a 1910 aumentou o recrutamento destas companhias de forma acelerada. Em 1975 este número foi reduzido para 40 mil pela África do Sul. Então compreendemos que no século XXI a realidade é outra, mas não distante.

Ao discutirmos o colonialismo das grandes potências hoje, nos deparamos com outra estratégia, já que a dominação imperialista é por outras vias, através das empresas, haja visto o que está acontecendo nas disputas de terras, que constituem o cerne das lutas dos movimentos sociais. Em outras palavras, os movimentos sociais em Moçambique estão sempre em luta e em resistências, para poder manter a soberania nacional. Com a declarada usurpação das terras pelas empresas contra as comunidades, reforça-se a afirmação de que Moçambique está engajado no modelo de desenvolvimento econômico extrativista, isto é, as alternativas liberais no campo da agricultura podem ser monótonas. Garantir ao mercado a não intervenção do Estado é manter o desenvolvimento do país de forma excludente socialmente. O mercado por si só não cria a possibilidade de um desenvolvimento de capacidade sem exclusão social. Ao mercado não pode ser dada a tarefa de regulador das relações sociais e econômicas.

A diplomacia do Brasil com a África apresenta duas faces: uma cooperativista, materializada em diversos programas de transferência de conhecimento e outra dominadora, revelada pelo interesse brasileiro em expandir sua influência política e pela ação predatória de empresas brasileiras nos países africanos. A primeira face nos possibilita entender a política externa brasileira com as suas empresas privadas, que se

projeta mais pelo mercado privado internacional, na exploração de recursos, exportação / importação de serviços.

A segunda face tem como exemplo ‘solidariedade’ que podemos observar no domínio da educação superior pela sua nova Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB.

Temos isto como certo, mas até certo ponto, a partir de outro conceito, entendemos que as empresas de capital internacional estão engendrando no Corredor de Nacala um ‘subimperialismo disfarçado num desenvolvimento econômico extrativista’. Em relação à cooperação Sul-Sul, é entendida como um complemento das outras modalidades existentes, com o intuito de ser capaz de adicionar forças na consecução dos objetivos de Milênio, não como aquela que modificaria toda a cooperação Técnica Norte-Sul. Ou seja, a Cooperação Sul-Sul de princípios do século XXI, que percebemos em Moçambique, não é mais aquela definida na conferência de Bandung em 1955. Significa com isso dizer que a CSS, de modo algum, substituiu a modalidade tradicional Norte-Sul. Ou seja, dentro da cooperação Sul-Sul Tripartida, cooperam os países de Norte com os do Sul e também os do Sul com os do Norte, segundo a estratégia de Cooperação Triangular. Em muitos aspectos os próprios países emergentes, através das agências ou ainda das suas empresas multinacionais, que atuam como parceiros de desenvolvimento.

Trata-se, também, de uma tática de autopromoção nacional dentro de uma estratégia mais ampla de relações externas. A cooperação triangular aos poucos começou a conquistar o reconhecimento na política internacional, com a maior relevância a partir dos anos 2004, com a entrada direta do Brasil nos esforços diplomáticos. Observa-se que a racionalidade, que tem a ver com o uso das novas tecnologias para revolução da agricultura, tem as suas consequências que impactam o meio ambiente e a vida das pessoas. O país pode passar por exclusão, pelo êxodo de grande número de habitantes rurais, pela forte diferenciação social, pela concentração elevada de terras, dos meios de produção, pela poluição do meio ambiente e pelo forte esgotamento dos recursos agrícolas que poderá se converter em escassez.

Isso tudo tendo em conta a concepção de desenvolvimento sustentável, baseado na livre concorrência do mercado, que programa está criando e definindo no seu documento Memorando de entendimento, assinado em Maputo em 2009.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Manuela Maria; FERNANDES, Ana Maria. **abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr, 2005.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

AVELHAN, Livia Liria. A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**. Brasília v.02, n. 03, 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sicp/files/2015/09/AVELHAN-2015-A-Presen%C3%A7a-Brasileira-na-%C3%81frica.pdf>> Acessado em: 14 de Nov. 2015.

BRITO, Luís de. **Cidadania e governação em Moçambique**. Maputo: ed. Nelson Saúte / Marimbique, 2008

BRUNDTLAND, G.H. **Nosso futuro comum**. 2 ed., Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues#scribd>>. Acesso em:

CAU, Hilário Simões. **A construção do Estado em Moçambique e as relações com Brasil**. Programa de pós- graduação em Ciências Políticas. Porto Alegre, 2011.

COSTA LEITE, Iara; SUYAMA, Bianca; WAISBICH, Laura T. **Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização**. Iara Costa Leite, Bianca Suyama e Laura Trajber Waisbich. Policy brief, Julho de 2013. Disponível em: <http://www.beta.cebrap.org.br/.../para-alem-do-tecnicismo-a-cooperacao-brasileira-para> Acessado em: Maio 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais: Introdução aos estudos da sociedade global**. São Paulo: Atlas, 2010.

DOMINGUES, Ronald. **Conceito e medição de Desenvolvimento Socioeconômico**. disponível em: <http://www.domingues.f2s.com> Acessado em: 22de Mar. de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, M. Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acessado em: 10 de Agos. 2015.

HELENO, Maurício Gurjão Bezerra; MARTINS, Mônica Dias. **Cooperação ou dominação?** A política externa do governo Lula para a África. Revista Tensões do Mundo, 2014.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier. **O PT e a lenda do Boto cor de rosa.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

IPEA; BANCO MUNDIAL. **Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana:** parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/120113_livropontesobreatlantico2.pdf acessado em: 14 de Mar. 2014.

LOPES, Carlos. **Cooperação e Desenvolvimento de Capacidade:** A agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: UNESPE, 2005.

LOPEZ, Carlos; THEISOHN, Thomas. **Desenvolvimento para o cético:** melhorar o desenvolvimento de capacidade. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2006.

MAGALHÃES, A. C. Moreira; MOTTA, Ana Beatriz Passos. **A construção do desenvolvimento sustentável.** Passos Motta. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/22847/a-construcao-do-desenvolvimento-sustentavel/2>>> Acessado em: 26 de Agos. 2015.

MALOMALO, Bas Ílele. **A integração Brasil África:** uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luíz Inácio Lula da Silva. In: Bas Ílele Malomalo. Democracia Equidade e Cidadania / Org. Raquel Coelho de Freitas, Hugo de Brito Machado Segundo. Curitiba. CRV, 2014.

_____. Tese de doutorado- **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil:** políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009). Araraquara. SP 2009.

MARANHÃO, Cezar Henrique; MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimento e construção de hegemonia:** crescimento e reprodução da desigualdade (Org.). São Paulo: Cortez, 2012. Disponível: <http://literaturamarxista.wordpress.com/.../desenvolvimnto-e-constru>. Acessado em: 21 de Novem. 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição;** tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2012.

NIPASSA, Orlando. **Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique:** Uma Perspectiva Crítica. II CONFERÊNCIA DO IESE, “Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação em Moçambique”, Maputo: 22 a 23 de Abril de 2009.

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África** O caso do ProSavana em Moçambique. FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional).1ed. Maputo, 2013. Disponível em: http://fase.org.wp-content/uploads2013/5/caderno_ProSavan_Fase.pdf. Acessado em: 20 de Nov. 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FASE**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

PINTO, Bruno Ayllón. **A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento**. IPEA. Rio de Janeiro: junho de 2013.

PORTELA, Valdinei Furtano. **A evolução do pensamento: do conceito de desenvolvimento a desenvolvimento sustentável**. São Paulo 2012.

PUENTE, Carlos Afonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento -CCTPD- no período de 1995-2005**. Ministério de Relações Exteriores/Fundação Alexandre Gusmão. Brasília 2010. Disponível em: <<http://www.fung.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0715.pdf>>.

SANTOS, Boaventura de Souza; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceria do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do Século XXI**. Belo Horizonte: 2013

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau 1994-2006**. Recife: UFPE, 2010.

ULLRICH, Regina Ullrich; MARTINS, Bibiana Volkmer; CARRION, Rosinha Machado. **A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: análise dos governos Lula e Dilma**. In: XXXVII Encontro do ANPAD, Rio de Janeiro, 7 a 11 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2013/06%20-%20ESO/PDF%20ESO%20%20Tema%2011/2013_EnANPAD_ESO911.pdf> Acesso em: 15 jan. 2015.

VILLAS-BÔAS, Júlia Covre. **A presença de empresas brasileiras na África: incentivos, atrativos e motivações**. Programa de pós-graduação em Relações Internacionais. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/16244/.../2014_juliaCovreVilasBoas.pdf>> Acessado em: 20 de Jan. 2015.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul? a presença da China, Brasil e China**. Porto Alegre: 2013.

ABC. Moçambique. Disponível em: www.abc.gov.br/Projetos/CooperaçãoSul-Sul/Moçambique>. Acessado: 07/072015.

ADECRU. Lança campanha ao programa “Não ao Prosavana” em Moçambique Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2014/06/02/lancada-campanha-nao-ao-prosavana-em-mocambique/>> acessado em 12 de Agos. 2015.

PNUD. Relatório de desenvolvimento Humano da África Subsariana. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 16 Maio 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3600> Acessado em: 07 de Out. 2015.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO ABC. Competência. Disponível em: <http://www.relop.org/eventos/Documents/IV/ABC%20-%20Paulo%20Lima.pdf>
Acessado em: 12 de Nov. 2015.

ATINGIDOS PELA VALE. Articulação internacional dos atingidos pela Vale: consequências da Vale em Moatize, Moçambique. Radio Mundo Real, 21/04/2015. Disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/2015/05/as-consequencias-da-vale-em-moatize-mocambique/>. Acessado 08 de Jul. 2015.

ATIVISTA MOÇAMBICANO é deportado pela polícia federal e impedido de participar do Rio+20. 15 de Ju. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/510461-ativista-mocambicano-e-deportado-pela-policia-federal-e-impedido-de-participar-da-rio20> Acessado em: 17 Ju. 2015.

ASSIM NÃO VALE. Jornalista moçambicano impedido de entrar no Brasil disponível: http://www.brasiliaempauta.com.br/artigo/ver/id/194/nome/Assim_ao_Vale__Jornalista_mocambicano_impedido_de_entrar_no_Brasil/termo/Solidariedade/page/5. Acessado em 20 de Mar. 2015.

PROSAVANA. Cooperação Moçambique-Brasil-Japão: Interesses que movem o Proshavana. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519095-cooperacao-mocambique-brasil-japao-interesses-que-movem-o-prosavana> acessado 23 de Set. De 2014.

BRASIL, Presidente. Discursos de Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Presidente (2003 -: Lula). Ministério das relações Exteriores – Itamaraty– Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CARTA ABERTA. Carta Aberta para Deter e Refletir de Forma Urgente o Programa ProSavana. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/noticias/10/carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana> Acessado 03 de Fev. DE 2015.

CATÁLOGO. A Cooperação Técnica do Brasil para a África. ABC-2010. Disponível em: http://www.abc.gov.br/contet./abc/docs/catalogoabcafrica2010_p.pdf. Acessado 10 de Ago. 2015.

DECLARAÇÃO. Declaração Universal sobre o direito ao desenvolvimento 1986. Disponível em: <http://dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/lex170a.htm> >> Acessado 17 de Maio 2014.

EMBRAPA. Cooperação Técnica. Disponível: <<<http://www.embrapa.br/cooperacao-tecnica>>>. Acessado em: 07 de Jul. 2015.

FUNDO NACALA. FGV, fundo pioneiro de investimentos em agronegócio. Agos. 2012. Disponível em: http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1313 acessado em 17 de Agos. 2015.

GOVERNO lança. Governos de Moçambique, Brasil e Japão lançam última ofensiva contra resistência das osc e movimentos sociais ao ProSavana. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2014/04/21/governos-de-mocambique-brasil-e-japao->

lancam-ultima-ofensiva-contra-resistencia-das-osc-e-movimentos-sociais-ao-prosavana/> acessado em 12 de Agos. 2015.

GUARANI-KAIOWÁ. Carta da comunidade Guarani-Kaiowá do tekoha kuê/Mba-rakay. MatoGrosso do Sul, Municipio de Iguatemi. Disponível em:<<<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=65553>>> Acessado em: 13 de Maio de 2015.

JAPÃO, admite, que programa agrícola moçambicano ProSavana baseia-se em polêmico modelo brasileiro. Disponível em: <http://www.farmlandgrab.org/post/view/23764> >Acessado 03 fev. 2015.

JICA. O projeto de corredor de Nacala para estratégia de desenvolvimento econômico na República de Moçambique. Disponível em: www.jica.go.jp/english/mozambique/002/outline/index.html > Acessado: 03 de Maio de 2015.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA. Plano diretor de extensão agrária 2007 – 2016. Ministério de Agricultura. Maputo- 2007.

_____.Memorando de entendimento sobre a Cooperação Triangular para o desenvolvimento da agricultura das Savanas tropicais de Moçambique. Maputo, 2009. Disponível em: <http://www.prosavana.gov.mz/files/files/17%20set%202009%20P.pdf>>. Acessado em 13 de Nov. 2015.

MOÇAMBIQUE PARA TODOS. Japão define financiamento de ProSavana. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/03/mo%C3%A7ambique-e-jap%C3%A3o-definem-financiamento-do-prosavana.html Acessado em: 12 de Mar. de 2015.

PLANO DIRETOR. Elaboração do Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala. Disponível em: http://www.prosavana.gov.mz/pdf/note_pt.pdf > Acessado em: 20 de Ag. 2015.

PNUD. Relatório de desenvolvimento Humano da África Subsaariana. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 16 Maio 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3600> Acessado em: 07 de Out. 2015.

PRODECER. PROSAVANA. Prodecer e ProSavana. Disponível em: <http://www.farmlandgrab.org/post/view/23765> > Acessado 03 de fevereiro de 15

PRISIDENTE. Discursos de Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Presidente (2003 -: Lula). Ministério das relações Exteriores – Itamaraty– Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de Estado do presidente de Moçambique, Armando Guebuza. Palácio Itamaraty, 21 de julho de 2009. Fonte site da Secretaria: <http://www.imprensa.planalto.gov.br> Acessado: 03 de Fev. 2015.

PROJETO AGRÍCOLA. Novo projeto agrícola é tratado com secretismo pelo governo, denunciam ONGs. DW, 8 de Maio de 2013.

PROSAVANA-TEC. projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no corredor de Nacala em Moçambique. Junho de 2010. Disponível em: <http://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20EXECUTIVO.pdf>> Acessado em 12 Nov. 2014.

EMBRAPA PROGRAMA DE PARCERIA BRASIL-JAPÃO-PPBJ, 2011. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20EXECUTIVO.pdf>> Acessado 30 de Jul. 2015.

PNUD. RELATORIO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO. Disponível em: http://www.pnud.org.br/docs/4_relatorionacionalacompanhamento. ACESSADO 05 DE Mai de 2015.

MAPA DA REGIÃO DA SAVANA GUINEENSE (FAO). Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/en/item/20987/icode/>. Acessado em: 17 de Nov. De 2015.

SUYAMA, Bianca. Apoiando "autonomia e resistência": O Brasil-Moçambique-África do Sul projeto do banco de sementes nativas. Bianca Suyama / Melissa Pomeroy. Abril de 2014.

UNAC e GRAIN. **Os Usurpadores de terras no Corredor de Nacala: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique.** UNAC e GRAIN Fevereiro de 2015 Disponível em: <file:///C:/Users/cafacai%C3%A3/Downloads/grain-5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala.pdf>. Acessado em: 5 de Nov. 2015.

VALE E PROSAVANA. **“Vale e ProSavana simbolizam o saque dos recursos e violação de direitos das comunidades sobre a Terra” denunciam organizações moçambicanas no Brasil.** Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=747 >Acessado em: 15 de Agos. 2015.